



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE, SECRETARIADO E FINANÇAS.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA (PPAC)
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA
TURMA 2011-2013

CLÁUDIO AZEVEDO PEIXOTO JÚNIOR

ANÁLISE DO DESEMPENHO COMPETITIVO DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E
VESTUÁRIO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1994 A 2011

FORTALEZA
2013

CLÁUDIO AZEVEDO PEIXOTO JÚNIOR

ANÁLISE DO DESEMPENHO COMPETITIVO DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E
VESTUÁRIO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1994 A 2011

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – Acadêmico da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Administração e Controladoria.

Área de Concentração: Gestão Organizacional

Orientador: Prof^o. Dr^o. Francisco de Assis Soares

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P43a Peixoto Júnior, Cláudio Azevedo.
Análise do desempenho competitivo das indústrias têxtil e vestuário brasileiro no período de 1994 a 2011 / Cláudio Azevedo Peixoto Júnior. – 2013.
97 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. Francisco de Assis Soares.
Coorientação: Profa. Dra. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu.
1. Competitividade. 2. Constant-Market-Share. 3. Índice de Vantagem Comparativa Revelada. 4. 12 Pilares da Competitividade. 5. Indústrias Têxtil e Vestuário. I. Título.

CDD 658

CLÁUDIO AZEVEDO PEIXOTO JÚNIOR

ANÁLISE DO DESEMPENHO COMPETITIVO DAS INDÚSTRIAS TÊXTIL E
VESTUÁRIO BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1994 A 2011

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria – Acadêmico da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Administração e Controladoria.

Área de Concentração: Gestão Organizacional

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^º. Francisco de Assis Soares (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Cavalcanti Sá de Abreu
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Maria dos Santos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^º. Dr^º. Raimundo Eduardo Silveira Fontenele
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A Deus.

A meu pai, minha mãe e a minha noiva.

AGRADECIMENTOS

O Mestrado foi uma etapa curta, porém intensa, possibilitando diversas experiências, assim como aprendizado. Pensar que a graduação foi uma escola, faz entender que a pós-graduação é um sacerdócio. A carreira escolhida e a experiência no programa de pós-graduação, por mais complexo que tenha sido, foi agraciada por ótimos professores, além de colegas que se tornaram amigos ou atores desta obra em plena construção denominada vida.

Inicialmente tenho que agradecer a Deus, pois se estou concluindo este programa é porquê ele usou diversas pessoas para que permanecesse, pois foram muitos os questionamentos, assim agradeço a ele pelo dom da vida, e proteção, permitindo usufruir de tão fabulosa oportunidade de vivência em um ambiente tão próspero e edificante como foi estes anos que estudei na Universidade Federal do Ceará, que possibilitou excelentes subsídios proveniente de professores que são referências internacionais, assim como de infraestrutura e apoio institucional ímpar.

Agradeço a meu pai e minha mãe pela contínua paciência, compreendendo minhas atitudes e faltas, pois me permitiram contar com suas orações e assistência, assim afirmo que esta conquista também é destes. Agradeço a minha noiva pelo estímulo e perseverança em acreditar e orar pela minha continuidade, estando ao lado e fortalecendo diante das dificuldades, apoiando minhas escolhas.

Agradeço aos professores que muito contribuíram neste processo, assim início agradecendo a uma tríade fundamental ao meu desenvolvimento que foram Prof^ª Sandra Santos, Prof^ª Mônica Abreu e Prof^º Chico Soares, assim início pela Prof^ª Sandra Santos como exemplo de profissional e ser humano, cujo tive prazer de ser bolsista e orientando na graduação, que sempre prestou apoio e guardarei como eterna mentora. Agradeço a Prof^ª Monica Abreu, pois esta é um exemplo de pró-atividade e vitalidade com sua força e estímulo esteve sempre me impulsionando a prosseguir, usando de frases ou códigos emblemáticos como, por exemplo, “IVP”, “Pede para sair”, “Sempre junto”, “Gramando”, entre outros. Por fim tenho a sabedoria do meu orientador da dissertação, o Prof^º Chico Soares, como referência que considero, além de ser assim considerado por colegas e professores por sua profundidade e criticidade em seus conhecimentos estando disposto a educar e de forma marcante utilizando de metáforas tornava simples o complexo e fazia isto de forma sutil a me

disciplinar, por exemplo, “sair da órbita”, “esquema tático”, entre outros. Esta tríade me manteve na “estrada”, apesar dos problemas.

Agradeço também a alguns professores importantes neste período como o Prof^o José Carlos, em especial, pois me incentivou, promovendo oportunidades de exercitar a docência, além de boas discussões, presencialmente ou virtualmente, sobre diversos assuntos, assim como a orientação para primeiras publicações em eventos. Agradeço também a Prof^a Sílvia Pedro, Prof^o Augusto Cabral, Prof^a Márcia de Lucca, Prof^a Alessandra Vasconcellos e Prof^o Vicente Crisóstomo pela oportunidade de aprender.

Agradeço a segunda casa que foi o Laboratório de estudos em competitividade e sustentabilidade (LECoS) que dentro dos oito anos que estive entre graduação e pós-graduação, aproximadamente, cinco foram no LECoS. Este me possibilitou uma assistência e estímulo, propiciando a pesquisa e colaboração, além de momentos felizes.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria (PPAC), assim como a seus colaboradores, em especial, Ribamar que estava sempre disposto a esclarecer dúvidas e prestar suporte a como proceder com os tramites. Agradeço também a Cleverland e Marusa.

Agradeço aos amigos que fiz nestes anos na Universidade, LECoS e PPAC, em especial, a Ana Rita (Amiga do LECoS e PPAC que possibilitou a harmonia e ordem neste espaço, além da atenção prestada) e José Roberto (Bolsista de Iniciação Científica que muito contribuiu para conclusão deste trabalho, prestando suporte nas diversas coletas realizadas), também aos demais amigos do PPAC e LECoS (Josimar Souza, Ariella Brurali, Marcelo Teixeira, Vanessa Ingrid, Islane Fonteles, Anna Beatriz, Gisele Furtado, Juocerlee Guadalupe e Cícero Philip).

Agradeço ao Prof^o Ednilson Cabral por participar de minha qualificação, suas contribuições foram fundamentais para reestruturar o trabalho, possibilitando a defesa da dissertação.

Agradeço ao Prof^a Eduardo Fontenele por participar de minha defesa, além da sua presteza e atenção, participando de minha formação, assim sem sua participação não poderia ter concluído esta etapa.

Por fim agradeço a CAPES que forneceu recursos para que este permanesse na academia e pudesse pesquisar junto a universidade, em especial, programa de pós-graduação.

Obrigado por possibilitar cursar este aprimoramento que moldou este vaso, apesar de ter quebrado alguns pedaços.

“Muitos são os planos no coração do homem,
mas o que prevalece é o propósito do Senhor.”
(Provérbios 19.21)

RESUMO

As indústrias têxteis e vestuário são relevantes para o desenvolvimento do país, pois se constituem entre as maiores fontes de emprego industrial. Todavia, na recente história, estas indústrias experimentaram a liberalização do mercado com o fim do Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV) em 2004, assim o Brasil se percebe com diversos competidores internacionais em seu mercado interno. Diante deste cenário o objetivo deste trabalho é analisar a competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileira entre os anos de 1994 e 2011. A pesquisa é de natureza quantitativa, finalidade descritiva e baseada em dados secundários. O referencial teórico discute a competitividade, assim como seus conceitos e medidas. O trabalho opta por mensurar a competitividade revelada ou evidenciada pelo desempenho, *ex-post*, no período de 1994 a 2011, a partir dos indicadores mais referenciados: *Constant-Market-Share* (CMS) e Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR). Estes indicadores por tratarem de setor específico (concepção micro), tornam necessário complementar com os 12 pilares da competitividade para relacionar a competitividade setorial ao país (concepção macro), a fim de relacionar a competitividade da indústria com a do país. Os resultados sinalizam que o Brasil não se adequou aos padrões de competição internacional, apresentando desvantagem comparativa, tanto no *Constant-Market-Share* (CMS), como o Índice de Vantagem Comparativa (IVCR). Conclui-se com evidências que a indústria brasileira não possui vantagem desde a década de 80, mas experimentou, para o período em análise, melhorias nos efeitos internos de competitividade da indústria têxtil, mas residual, conforme o modelo CMS, porém não é suficiente para responder a dinâmica de competição no mercado, confirmado e explicado que os concorrentes que possuem vantagem e competitividade são de natureza espúria, conforme Fajnzylber (1988), esclarecido pela análise dos 12 pilares da competitividade.

Palavras-chave: Competitividade, *Constant-Market-Share*, Índice de Vantagem Comparativa Revelada, 12 Pilares da Competitividade, Indústrias Têxtil e Vestuário.

ABSTRACT

The textile and clothing industries are relevant to the country's development, as they are among the largest sources of industrial employment. However, in recent history, these industries have experienced market liberalization with the end of the 2004 Textile and Clothing Agreement (ATV), so Brazil is perceived by several international competitors in its domestic market. In view of this scenario the objective of this work is to analyze the competitiveness of the Brazilian textile and clothing industries between the years of 1994 and 2011. The research is quantitative in nature, with a descriptive purpose and based on secondary data. The theoretical framework discusses competitiveness, as well as its concepts and measures. The work opts to measure the competitiveness revealed or evidenced by the ex-post performance in the period 1994 to 2011, from the most referenced indicators: Constant-Market-Share (CMS) and Revealed Comparative Advantage Index (IVCR). These indicators, because they deal with a specific sector (micro conception), make it necessary to complement the 12 pillars of competitiveness to relate sectorial competitiveness to the country (macro conception), in order to relate the competitiveness of industry with that of the country. The results indicate that Brazil did not conform to international competition standards, presenting a comparative disadvantage in both Constant-Market-Share (CMS) and Comparative Advantage Index (IVCR). It is concluded with evidence that Brazilian industry has not had an advantage since the 80's, but experienced, for the period under review, improvements in the internal effects of competitiveness of the textile industry, but residual, according to the CMS model, but it is not enough to respond to the dynamics of competition in the market, confirmed and explained that the competitors that have advantage and competitiveness are spurious, according to Fajnzylber (1988), clarified by the analysis of the 12 pillars of competitiveness.

Keywords: *Competitiveness, Constant-Market-Share, Revealed Comparative Advantage Index, 12 Pillars of Competitiveness, Textile and Clothing Industries.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Índice Global da Competitividade do Fórum Mundial da Competitividade.	Erro!
Indicador não definido.	
Figura 2 - Estágios da competitividade quanto ao desenvolvimento econômico segundo o FEM (2013).	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 - Os 12 pilares da competitividade.....	66
Figura 4 – Fluxograma da trajetória teórica.	53
Figura 5 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada para os maiores exportadores da indústria têxtil mundial. Anos de 1994 a 2011.	80
Figura 6 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada para os maiores exportadores da indústria de vestuário mundial. Anos de 1994 a 2011.	81
Figura 7 - Evolução do comércio brasileiro da indústria têxtil e de vestuário e seu saldo comercial. Anos 1994 a 2011. Em milhões de US\$ FOB.	73
Figura 8 - 12 Pilares da competitividade para os principais exportadores mundiais de têxtil e o Brasil para o ano de 2013.	83
Figura 9 - 12 Pilares da competitividade para os principais exportadores mundiais de vestuário e o Brasil para o ano de 2013.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ponderação do Índice Global da Competitividade a partir do PIB per capita para os estágios do desenvolvimento econômico.....	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 - Ranking dos principais exportadores (fornecedores) das indústrias têxtil e vestuário mundial mais o Brasil. Ano de 2011. Em valores percentuais (%).	56
Tabela 3 - Ranking dos principais parceiros ou importadores (consumidores) das indústrias têxtil e vestuário brasileira. Ano de 2011. Em valores percentuais (%).	57
Tabela 4 - Estrutura e evolução do comércio mundial das exportações para o período analisado. Em valores percentuais (%).	67
Tabela 5 - Estrutura e evolução do comércio brasileiro das exportações para o período analisado. Em valores percentuais (%).	68
Tabela 6 - Evolução das commodities na pauta de exportações do Brasil e Mundo. Anos de 1994 a 2011. Em valores percentuais (%).	69
Tabela 7 – Evolução das exportações mundiais e brasileiras das indústrias têxtil e vestuário entre os períodos observados. Em valores percentuais (%).	70
Tabela 8 - Evolução percentual da participação das indústrias têxtil e vestuário no número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da transformação industrial para a indústria de transformação. Anos de 1994 a 2010. Em valores percentuais (%). .	71
Tabela 9 - Relação valor/peso e valor/quantidade da indústria têxtil e de vestuário para o período de 1994 a 2011.....	72
Tabela 10 - Cálculo dos efeitos internos e externos do Constant-Market-Share brasileiro para os principais exportadores mundiais das indústrias têxtil e vestuário.	76
Tabela 11 - Cálculo dos efeitos internos e externos do <i>Constant-Market-Share</i> brasileiro para os principais parceiros comerciais das exportações das indústrias têxtil e vestuário brasileira.	77
Tabela 12 – Cálculo dos índices de IVCR, IVCR# e IVCRS para os dez principais exportadores da indústria têxtil e o Brasil. Para os períodos I, II e III.	78
Tabela 13 – Cálculo dos índices de IVCR, IVCR# e IVCRS para os dez principais exportadores da indústria de vestuário e o Brasil. Para os períodos I, II e III.	79
Tabela 14 - Participação dos principais parceiros comerciais das indústria têxtil e de vestuário brasileira, caso das importações da indústria têxtil brasileira. Anos de 1994 a 2011. Em valores percentuais (%).	Erro! Indicador não definido.

- Tabela 15 - Participação dos principais países ou blocos para as indústrias têxtil e vestuário para as exportações da indústria têxtil brasileira. Anos de 1994 a 2011. Em valores percentuais (%). **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 16 - Participação dos principais países ou blocos para as indústrias têxtil e vestuário para as exportações da indústria de vestuário brasileira. Anos de 1994 a 2011. Em valores percentuais (%). **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 17 - Exportações e Importações brasileiras da Indústria Têxtil e de Vestuário. Anos 1994 a 2011. A preços correntes, milhões de US\$ FOB. 74
- Tabela 18 – Os 12 pilares da competitividade para os principais exportadores mundiais das indústrias têxtil para o ano de 2006-2007. Em escores. **Erro! Indicador não definido.**
- Tabela 19 – Os 12 pilares da competitividade para os principais exportadores mundiais das indústrias têxtil para o ano de 2012-2013. Em escores. 82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção
ALICEWeb	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior
ATV	Acordo de Têxteis e Vestuário
BCI	<i>Business Competitiveness Index</i>
CMS	<i>Constant-Market- Share</i>
FEM	Fórum Econômico Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free On Board</i> (Livre a Bordo)
GATT	<i>General Agreement of trade and Tariffs</i>
GCI	<i>Global Competitiveness Index</i>
GCR	<i>Global Competitiveness Report</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Crescimento da Competitividade
ICG	Índice da Competitividade Global
ICM	Índice da Competitividade Mundial
ICN	Índice de Competitividade de Negócios
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IMD	<i>International Institute for Management Development</i>
IVCR	Índice de Vantagem Comparativa Revelada
IVCR#	Índice de Vantagem Comparativa de Volrath
IVCRS	Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica
LTA	<i>Long Term Agreement Regarding International Trade in Cotton Textiles</i>
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NCM	Nomenclatura Comum Mercosul
OMC	Organização Mundial do Comércio
RCG	Relatório da Competitividade Global
STA	<i>Short Term Agreement</i>
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SITC	<i>Standard International Trade Classification</i>
UNIDO	<i>United Nations Industrial Development Organization</i>
WCY	<i>World Competitiveness Yearbook</i>

WEF

World Economic Forum

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Conceito de competitividade	23
2.2 Medidas de competitividade	30
2.2.1 Constant-Market-Share (CMS)	33
2.2.2 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)	38
2.2.3 Os 12 pilares da Competitividade: Relatório da Competitividade Global (RCG)	41
2.3 O Histórico da Competitividade Internacional de Têxteis e Vestuário	44
3. METODOLOGIA	51
3.1 Base de Dados	54
3.2 Tratamento dos Dados	55
3.2.1 Constant-Market-Share (CMS)	58
3.2.2 Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)	61
3.2.3 Os 12 pilares da Competitividade: Relatório da Competitividade Global (RCG)	64
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	67
4.1 Análise Descritiva	67
4.2 Análise dos Indicadores de Competitividade	75
4.2.1 Constant-Market-Share (CMS)	75
4.2.2 IVCR	78
4.2.3 Os 12 Pilares da Competitividade	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
RERERÊNCIAS	85

1. INTRODUÇÃO

As indústrias têxtil e vestuário são relevantes para a economia dos países. Estes setores contribuíram para a industrialização de inúmeros países, impulsionando revoluções como a 1ª Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX. De acordo com Sachs (2005) investir nestas indústrias é uma forma pela qual nações pobres, como por exemplo, Bangladesh, utilizam para ascender nos degraus do desenvolvimento.

O comércio internacional geral e principalmente o de têxteis e vestuário experimentou uma série de acordos e tratados para regular as relações entre os países e blocos, sendo criado mecanismos como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Porém nas últimas décadas, mais especificamente as indústrias têxtil e vestuário experimentaram o fim de um acordo que restringia o comércio destas indústrias, Acordo Têxtil e de Vestuário (ATV), ocorrendo a liberalização do comércio.

A liberalização ocorreu, mais especificamente, na década de 1990 com a abertura comercial brasileira e o advento do Plano Real que coincidiu com o início do ATV, sinalizando a necessidade de rever as fontes de competitividade, pois ocorreu um pareamento inicial entre o real e o dólar, permitindo a proliferação maciça de novos entrantes ao mercado brasileiro. Estes três eventos foram marcantes na década de 90 e se constituem como fatores cruciais e auxiliam para a definição do período inicial do presente estudo (ANTERO, 2005; CAMPOS; CAMPOS, 2005; ARENGUI; CARIO; FERNANDES, 2008; e ARMANDO; FISCHMANN; CUNHA, 2010).

No Brasil estas indústrias são importantes na geração de emprego e desenvolvimento deste, papel semelhante ao desempenhado em outras nações, pois de acordo com Campos e Campos (2005) estas indústrias são de grande importância desde a década 50, anterior a isto segundo Garcia (1994) o Brasil chegou a ser em 1941 o segundo maior produtor mundial de tecidos, tendo se tornado o principal fornecedor de têxteis para o mercado latino-americano.

O Brasil sendo um país em desenvolvimento têm nesta indústria uma importante fonte na geração de empregos. As indústrias têxtil e vestuário são responsáveis por 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria e 10,6% dos empregos industriais (ABIT, 2012).

Estas indústrias quando ampliadas para o conceito de cadeia produtiva tem seu impacto majorado, pois abrange desde a obtenção da matéria prima na agropecuária (algodão

e lã); e indústria petroquímica (sintético), posterior se passa para a fiação e beneficiamento na indústria têxtil, por fim se confecciona na indústria de vestuário e assim chega ao atacadista, varejista ou consumidor final. Além disso existe uma ampla rede de equipamentos para possibilitar, por exemplo, ganhos de produtividade.

O cenário destas indústrias conforme Araújo e Pereira (2006) é contraditório. Apresentando duas situações distintas, de um lado é um dos maiores produtores do mundo, porém de outro ao se observar suas exportações não refletem a produção. Segundo Gorini (2000) e Araújo e Pereira (2006) o Brasil é o 6^a maior produtor mundial, atrás apenas de países como China, Índia, Estados Unidos, Turquia e México, porém tem participação tímida no comércio internacional do segmento, ocupando a modesta 41^a posição no ranking dos maiores exportadores e a 45^a posição dos maiores importadores.

A partir destas considerações se percebe a tímida inserção do Brasil no comércio internacional, mas leva a questionar a competitividade do país e das indústrias têxtil e de vestuário. Conforme Porter (2004) a competitividade é um conceito heterogêneo, assim como são heterogêneas, segundo Antero (2006), as indústrias têxtil e vestuário.

Essas indústrias são assim entendidas, pois variam desde a matéria-prima, processos produtivos, padrões de concorrência e estratégias empresariais. Além disto sua diversidade é quanto a intensidade da utilização dos fatores de produção, pois ora é intensiva em capital físico (Indústria Têxtil), ora intensiva em capital humano (Indústria de Vestuário).

A importância de se observar o comércio internacional é que o contexto econômico é da redução das barreiras, pressionadas pela globalização, assim as fronteiras são diminutas, pois segundo Krugman (1996) a competitividade não deve se delimitar a compreender esta como a competição entre nações pelo mercado mundial, pois quem compete nos mercados são as firmas e não as nações. Este fato não diminui a importância da estrutura nacional para a formação de um ambiente competitivo favorável para as firmas.

Afinal, se um país apresentar condições competitivas ruins, as empresas nacionais sofrem esses impactos e passam a apresentar maus resultados, porém estas últimas tendem a falência, enquanto que os primeiros não têm bem delimitado esta possibilidade (KRUGMAN, 1996; ARRUDA *et al*, 2009).

A competitividade das indústrias têxtil e vestuário são caracterizadas por duas estratégias competitivas, competição em preço ou em qualidade (Inovação ou Moda). Estas

estratégias são consoantes ao cenário do comércio internacional, caracterizado pela competição entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, ou relação norte-sul.

Basicamente, o direcionamento estratégico destas indústrias surge a partir da década de 1980, quando os países desenvolvidos, sem conseguir competir em preço com os em desenvolvimento estabelecem um novo padrão de concorrência, baseado não apenas em preços, mas também em qualidade, flexibilidade e diferenciação de produtos, reunindo os avanços tecnológicos e investindo em novas tecnologias de concepção, processo e vendas ou moda (GORINI, 2000; RANGEL, 2008; E FERNANDES; CAIRO, 2009).

A Associação Brasileira das Indústrias Têxtil e Confecção – ABIT (2012) afirma que o Brasil apresenta sucessivos déficits na balança comercial, déficit estimado em 4,749 bilhões em 2011. Para o Instituto de Estudos e Marketing Industrial – IEMI (2011) a participação de manufaturas têxteis (fios, tecidos, malhas e outras matérias-primas) importados, sobretudo da China, Índia e Vietnã, já representam nada menos que 31,6% da produção nacional e que os artigos de vestuário asiáticos já dominam 10% de todo o varejo brasileiro.

Diante deste contexto, as indústrias têxtil e vestuário brasileira se encontram em dificuldades, pois não são competitivas, de acordo com Gorini (2000) representam apenas 1% das exportações brasileiras, e menos de 1% do comércio internacional global de têxteis e vestuário, mesmo o país possuindo um dos maiores mercados consumidores.

Desta forma se apresenta a pergunta de pesquisa: Qual a análise do desempenho competitivo das indústrias têxtil e vestuário brasileira entre 1994 e 2011? Tendo por objetivo analisar a competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileira, a fim de compreender o padrão de concorrência global. Os objetivos específicos são: a) Mensurar o IVCR e o CMS das indústrias têxtil e vestuário brasileira; b) Comparar o IVCR dos principais exportadores internacionais com os do Brasil para as indústrias têxtil e vestuário; e c) Explicar os motivos da competitividade potencial dentre os países que apresentaram vantagem comparativa, para as indústrias têxtil e vestuário mundiais.

A análise da competitividade utilizado no presente trabalho é aquela evidenciada ou revelada pelo seu desempenho passado, decorrente de vantagens já adquiridas no comércio internacional. Este conceito decorre da utilização de indicadores “*ex-post*”, possibilitando evidenciar se teve maior inserção ou não no período analisado, porém nada garantindo que

esta situação será mantida, caso, por exemplo, ocorram alterações no padrão da concorrência (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA 1992; FARINA; ZYLBERSTAJN, 1998).

Diante da existência de diversas variáveis (exportações, importações, balança comercial, corrente de comércio) para mensurar a competitividade revelada ou pelo desempenho se utiliza as exportações no mercado internacional, pois seria o “mais” importante para mensurar a competitividade no comércio internacional, pois seus resultados sofrem menor influência de políticas protecionistas e evidencia o sucesso ou fracasso para a promoção de políticas públicas, reformas institucionais ou promoção de investimentos no setor e/ ou indústria específica, visto que está diretamente ligada ao potencial das indústrias locais, enquanto que as importações evidenciam a competitividade de outro país (GASQUES; CONCEIÇÃO 2002; HIDALGO; MATA 2004).

Na perspectiva que se busca realizar um estudo da competitividade das indústrias têxtil e vestuário, a partir da utilização de indicadores, pois para Arruda *et al* (2009) a avaliação da competitividade, através de indicadores, fornece ferramentas de *benchmarking*.

Dentre os métodos mais utilizados de avaliação para competitividade revelada ou evidenciada pelo seu desempenho, *ex-post*, têm-se destaque dois que são os desenvolvidos por Tyszynski (1951) e Balassa (1965) em que criaram, respectivamente, o índice denominado na literatura por *Constant-Market-Share* (CMS) e o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR). Basicamente a quantificação desses é fundamentada em dados realizados após o processo de comercialização, revelando assim se possuem vantagem ou desvantagem comparativa, porém estes indicadores evidenciam a situação de uma indústria específica, aspecto microeconômico.

A competitividade é um tema recente e que conta com diversas teorias. Conhecedor desta heterogeneidade e desta forma se utiliza os indicadores de competitividade revelada ou evidenciada pelo desempenho (CMS e IVCR), segundo Haguenauer (1989), Kupfer (1993) e Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1996) e por se tratarem de indicadores relacionados ao desempenho da firma, enfoque microeconômico, ou seja, indústrias têxtil e vestuário se relacionando as características das organizações empresariais, quanto a sua produção e vendas de um determinado produto em relação aos seus concorrentes, segundo Chudnovsky e Porta (1990).

Passando a compreender a limitação dos indicadores microeconômicos, por permitirem inferir somente a situação da indústria, é que utiliza o enfoque macroeconômico

para observar a capacidade do país apresentar resultados econômicos, principalmente, através de seus desempenhos no comércio internacional. Ao considerar os fatores macroeconômicos pode se considerar, por exemplo, a capacidade de elevar o bem-estar geral de seus habitantes, se tratando de escolhas políticas que alavancam, ou restringem sua expansão internacional, assim como externalidades a competitividade (FAJNZYLBER, 1988; CHUDNOVSKY e PORTA, 1990; e COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Desta forma se utiliza o conceito dos 12 pilares da competitividade adotado pelo Fórum Econômico Mundial – FEM (2013) ou *World Economic Forum* (WEF), e que propiciará subsídios para a análise macroeconômica do Brasil, pois devido a limitação microeconômico dos modelos citados, anteriormente, se complementa com adição desse que explica a competitividade do país, a partir dos fatores: infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação de nível superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, sofisticação do mercado financeiro, preparo tecnológico, tamanho do mercado, sofisticação empresarial e inovação.

Durante esta seção (introdução), o presente trabalho apresentou justificativa para enfatizar a importância de compreender o cenário brasileiro de suas indústrias têxtil e vestuário e será seguido, respectivamente, por: referencial teórico, elucidando o constructo de competitividade, assim como de suas medidas de competitividade; metodologia, esclarecendo os procedimentos metodológicos; análise dos resultados para responder aos objetivos do presente trabalho; e considerações finais para o fechamento do trabalho, além de elementos pré-textuais (capa, contracapa, folha de rosto, resumo, abstract) e pós-textuais como referências, apêndice e anexo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de competitividade

O conceito de competitividade conta com um número significativo de trabalhos científicos que o abordam. Discorrendo sobre este tema, tem-se que iniciar pelos clássicos do comércio internacional, como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill. A partir de Adam Smith, que publicou em 1776 seu livro que o tornou, na literatura, um dos clássicos do pensamento econômico, e considerado o pai da moderna economia.

A contribuição deste último a competitividade, segundo Maia (2006), foram substanciais de tal forma que introduziu conceitos que potencializavam a produtividade como a divisão do trabalho, que leva a especialização, ao aumento da produção e à redução dos custos, gerando bem-estar. Adam Smith contribui também com a Teoria da Vantagem Absoluta (TVA), que em síntese o país só deveria produzir a mercadoria que possuísse custos menores que os outros, porém esta teoria recebeu críticas por só equacionar os preços em função do fator trabalho.

Desta forma surge David Ricardo publica sua contribuição em 1817 que era mais abrangente do que a de Adam Smith, pois sua teoria abandona a ideia dos custos absolutos e parte para os custos comparativos, sua teoria fica conhecida como a Teoria da Vantagem Comparativa (TVC). Em comum, Adam Smith e David Ricardo, segundo Maia (2006), tinham a proposta de apresentar a especialização da produção como um estímulo ao Comércio Internacional e benefício ao consumidor. Apesar de que, este último, comete o mesmo erro da Adam Smith, ao observar somente um dos três fatores básicos para o custo das mercadorias, que são: natureza (matéria-prima), trabalho (mão-de-obra) e capital (Maquinário, Investimentos, P&D, entre outros).

De acordo com Krugman e Obstfeld (2001), um país possui vantagem comparativa na produção de um bem, se o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais países é mais baixo nesse do que em outros. Uma percepção fundamental de acordo com o autor é que o comércio entre dois países pode beneficiar a ambos, se cada um exportar os bens em que possui uma vantagem comparativa, assim este modelo Ricardiano é o mais simples e capaz de mostrar como as diferenças entre os países produzem o comércio e os ganhos do comércio, apesar de diversas críticas, seu pressuposto básico de

que os países tenderão a exportar os bens em que possuem produtividade alta, tem sido confirmado em diversos estudos.

Esta limitação da observação dos três fatores em que, tanto a teoria da vantagem absoluta, como a teoria da vantagem comparativa só trabalham com o fator trabalho (mão-de-obra) e que a competitividade das nações não é somente entre as diferenças de produtividade, mas diferença entre recursos dos países. Surge Eli Heckscher e Bertil Ohlin em 1977 com a chamada Teoria de Heckscher-Ohlin (THO) ou Teoria das Proporções de Fatores (TPF) em que a vantagem comparativa pode ser influenciada pela interação entre os recursos das nações, podendo determinar as relações de comércio, possibilitando a análise a partir de dois fatores. No entanto, segundo Krugman e Obstfeld (2001), as constatações empíricas quanto este modelo são inconclusivas e não são capazes de explicar a competitividade, porém seja extremamente útil para analisar os efeitos do comércio sobre a distribuição de renda.

Apesar de que segundo Pinheiro, Moreira e Horta (1992) existe uma multiplicidade de variáveis que influenciam a competitividade, logo existem muitas concepções relacionadas a diversos indicadores, demonstrando, além da falta de unidade na literatura sobre o que significa competitividade, ambiguidades e dificuldades a respeito do conceito.

Vale salientar alguns conceitos de competitividade apresentados na literatura econômica como o apresentado por Araújo Jr (1982) em que associa a competitividade a fatores tecnológicos. Assim, o progresso técnico e as formas de concorrência surgem como elementos importantes para explicar os ganhos de competitividade na estrutura industrial. Desta forma, quanto maior o conteúdo tecnológico dos produtos, maior a capacidade de competição no mercado internacional.

Fajnzylber (1989), no conceito de competitividade autêntica e espúria, explica que a competitividade pode ser distinguida por duas modalidades, que vão de acordo com as fontes que as originam, podendo uma ser denominada como competitividade espúria (baseada em baixos salários, manipulação da taxa de câmbio, subsídios concedidos pelo governo, excessivo apoio estatal, abundância de recursos naturais, depredação do meio ambiente, e/ou quanto ao nível de exploração da força de trabalho), e a competitividade autêntica (baseada em fatores, como diferencial tecnológico, escala e eficiência).

Chudnovsky e Porta (1990) contribui com a concepção de competitividade ao citar a existência de enfoques para os níveis macroeconômicos e microeconômicos.

- No enfoque microeconômico, a competitividade é relacionada ao desempenho da firma, realizando avaliações em torno das características das organizações empresariais, quanto a sua produção e vendas de um determinado produto em relação aos seus concorrentes.
- No enfoque macroeconômico, a competitividade é concebida como a capacidade das nações apresentarem resultados econômicos, obtidos, principalmente, através de seus desempenhos no comércio internacional e até pela capacidade de elevar o bem-estar geral de seus habitantes e que seria fruto de escolhas políticas.

As escolhas políticas, segundo Pinheiro e Horta (1992), são de grande relevância para o resultado. As variáveis de política econômica, principalmente a cambial (taxa de câmbio) e fiscal (subsídios), podem ser usadas como mecanismos de aumento da competitividade das exportações. Um instrumento bastante empregado para medir a competitividade segundo esse critério é a taxa de câmbio real (HORTA, 1983).

Uma outra vertente que tem como destaque o trabalho de Tauile (1990), sublinha a relação que existe entre competitividade, salários e dinamismo do mercado interno. Segundo o autor, salários reais mais altos tendem a estimular as empresas a buscar novos processos produtivos, mais eficientes e atualizados, os quais têm como consequência um aumento da competitividade internacional.

Outro aspecto importante é a globalização, por mais que tenha levantado a urgência de discutir o constructo da competitividade dos países, porém desde as décadas de 80 e 90 se discutia sobre as limitações do *mainstream*, intensificadas recentemente, mas nas décadas anteriores sofreram diversas críticas como as teorias da vantagem absoluta e comparativa. Conforme Araújo Jr, Haguenuer e Machado (1990), Pinheiro e Horta (1992), Pinheiro, Moreira e Horta (1992), Coutinho e Ferraz (1993), e Farina (1999) a competitividade passa a ser questão prioritária neste período para o debate econômico mundial, não importando se é um país desenvolvido ou em desenvolvimento.

Para Pinheiro e Horta (1992) os países desenvolvidos (Japão e Alemanha) obtiveram ganhos de competitividade, a partir da produtividade, enquanto que os latinos americanos obtiveram ganhos de competitividade, a partir da desvalorização do câmbio, contração do salário real e dos preços dos serviços públicos, com algumas melhorias da produtividade. Segundo Farina (1999) para um país integrado a economia global possuir competitividade é fundamental evitar estagnação e o declínio econômico, tornando-se um objetivo de política inquestionável.

A globalização que acirrou a competição entre nações, faz com que a competitividade tenha que ser observada com uma visão macroeconômica, ou seja, percepção de país, pois segundo Farina (1999) a competitividade tem um claro significado quando aplicado as empresas, ou indústria específica, assim como a escolha do conceito de competitividade tem consequências diretas para a escolha dos indicadores de desempenho, porém sendo impossível e até vazio, conforme Krugman (1993), que uma nação seja competitiva em todas as indústrias, o que gera grande dificuldade de tratar da competitividade das nações.

De acordo com Gasques e Conceição (2002) a competitividade é a capacidade de um país em produzir determinados bens, igualando, ou superando os níveis de eficiência observáveis em outras economias. O crescimento das exportações seria uma provável consequência da competitividade, e não sua expressão.

Diante de um contexto mundial, complexo, se passa a reconhecer e fomentar os aspectos qualitativos do crescimento, tanto quanto os quantitativos que promovem a competitividade. Desta forma, segundo o Fórum Econômico Mundial (FEM, 2013), com as preocupações a respeito do futuro da economia global, passa a planejar os fundamentos da competitividade no longo prazo.

Seguindo o raciocínio da competitividade, em dependência de aspectos macro e micro, como apresentando por Chudnovsky e Porta (1990) e das “externalidades”, como afirma Fajnzilber (1989), surge a partir de meados de 80, mais especificamente 1979, conforme Fórum Econômico Mundial – FEM (2013), ou *World Economic Forum* (WEF), um relatório com o propósito de identificar, medir, e comparar os fatores determinantes da competitividade dos países. Este relatório surge de uma parceria, de acordo com Arruda, Araújo e Kux (2009), entre FEM e o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Administrativo (IDA), ou *International Institute for Management Development* (IMD).

De tal forma que se tornou um dos estudos sobre competitividade de maior popularidade, atualmente, como afirma o FEM (2013) e este relatório é denominado como o Relatório da Competitividade Global (RCG), ou *Global Competitiveness Report* (GCR), publicado anualmente, desde 1979.

De acordo com o FEM (2013) a competitividade é a habilidade futura e imediata, ligada as oportunidades de que empreendedores desenvolvam produtos de alcance internacional, isto quer dizer que seus preços e qualidade se apresentam com uma oferta mais

atrativa que a de competidores nacionais e estrangeiros. Os países e suas firmas possuem uma tendência a influenciar positivamente o crescimento sustentável da competitividade internacional de uma nação.

Para Arruda, Tello e Araujo (2006) o FEM busca investigar a causa de muitos países serem capazes de manter um crescimento econômico no longo prazo, melhorando o bem-estar de sua população, no entanto há outros países que permanecem estagnados, ou até mesmo regridem em seus padrões de vida de sua população. Segundo estes, o objetivo do FEM é ao apontar a competitividade dos países através de indicadores, seria o de oferecer aos países, ferramentas de *benchmarking* para seus gestores e formuladores de políticas, assim são propostos os 12 pilares da Competitividade.

Apesar de existir uma pluralidade de conceitos, este trabalho se restringe a utilização de conceitos na pesquisa a uma delimitação estratégica para a competitividade, que é quando se busca mensurar a mesma. Desta forma, conforme Haguenauer (1989), Kupfer (1993), e Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1996) a competitividade nesta perspectiva pode ser potencial (*ex-ante*) ou revelada (*ex-post*).

- a. Potencial (*ex-ante*) - A metodologia para mensuração da competitividade, também conhecida pela ótica da eficiência. Trata a competitividade como uma possibilidade potencial, atribuindo à competitividade, uma condição “*ex-ante*”; e
- b. Revelada (*ex-post*) - Farina e Zylberstajn (1998) afirmam que a análise do desempenho na condição “*ex post*”, apresenta um desempenho passado, decorrente de vantagens já adquiridas, evidenciando se teve maior inserção ou não no período analisado, porém nada garantindo que esta situação será mantida, caso, por exemplo, ocorram alterações no padrão da concorrência.

A primeira, ou seja, competitividade potencial, segundo Haguenauer (1989), é determinada pelas estratégias a serem utilizadas, de acordo com as condições gerais em que se realiza a produção, em rivalidade com as condições da concorrência. Resultante de cinco formas relacionadas a análise da competitividade, que seriam: os diferenciais de preço e qualidade internacionais, a tecnologia de produção, os salários vigentes, a produtividade associada à relação valor adicionado/pessoal empregado, e finalmente, as condições gerais externas de produção, ou seja, ao aspecto macroeconômico.

Marinho e Façanha (2001), consideram ainda a eficiência sob dois pontos de vista: técnica e empírica. Sob a ótica técnica, a otimização dos resultados é uma definição que busca definir o nível mais relevante de produção para os insumos consumidos. Já sob a ótica

empírica, dado um nível de consumo de fatores de produção, compreende-se como uma relação de produção, criando uma ligação entre produtos e insumos para um conjunto de níveis possíveis de produção.

Este tipo de análise com utilização de indicadores “*ex-ante*”, ou seja, pela ótica da eficiência, segundo Guimarães e Campos (2006), associam a competitividade a capacidade de um país em produzir bens com níveis de eficiência e qualidade em níveis superiores aos seus competidores no mercado. Porém este tipo de análise leva a aspectos qualitativos de difícil mensuração, por muitas vezes tratarem de aspectos intangíveis como, por exemplo, a curva de aprendizagem, capacidade dos funcionários, atitude do empresariado, ente outros. Outro fator que lesaria este método seria o problema da competitividade espúria e autêntica explicada por Fajnzilber (1988), que dificultaria a interpretação da competitividade, identificando se ela promoveria a produtividade e bem-estar geral da nação.

A competitividade quanto à eficiência associa a competitividade das exportações à capacidade de um país de produzir bens com níveis de eficiência e qualidade superiores aos seus competidores no mercado. Envolve a comparação entre a evolução de custos e a das receitas médias e das exportações, para verificar o quanto da variação das exportações é devido ao aumento da eficiência e quanto se deve ao aumento da qualidade (GUIMARÃES; CAMPOS, 2006). Um indicador utilizado para medir a competitividade é a rentabilidade das exportações (FUNCEX, 2003).

Para Araujo Jr, Haguenaer e Machado (1990) uma economia é competitiva na produção de uma determinada mercadoria quando consegue, pelo menos, igualar os padrões de eficiência vigentes no resto do mundo, quanto a utilização de recursos e à qualidade do bem. Apesar de que, segundo os autores, esta capacidade pode ser transitória, pois resulta de fatores migratórios que operam no âmbito da firma, setor e da economia.

Isto se confirma pelo argumento de que quando se compete no mercado internacional, não competem apenas empresas, mas sim sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, nos quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado a uma rede de vínculos com: o sistema educacional, a infraestrutura tecnológica, as relações gerenciais-trabalhistas, o aparato institucional público, o sistemas financeiro, entre outros (FAJNZILBER, 1998, p. 22).

Sabendo que são diversos os fatores que determinam a competitividade de uma empresa, Fajnzilber (1988) condiciona a capacidade de um país de manter e expandir sua

participação nos mercados internacionais a sua capacidade de elevar o bem-estar da população.

Porter (1989) ressalta que o ambiente competitivo da empresa nacional determinaria o sucesso desta empresa, pois se o mercado nacional for caracterizado como avançado e dinâmico, logo estes estariam mais possibilitados de competir no internacional, assim a competitividade deveria ser entendida em uma dimensão nacional, porque quando avaliado em perspectiva macro, o autor afirma que dependeria da capacidade de sua indústria em gerar inovações constantemente, incentivadas, geralmente, pela concorrência interna do país. Assim, muitas firmas são superiores aos seus concorrentes no comércio internacional, em alguns casos, devido ao alto nível de concorrência em seu próprio país. Em outros como apresenta Fajnzilber (1989) seria resultado de “externalidades”, como o sistema educacional, sistema financeiro, P&D, aparato institucional, etc.

A segunda, ou seja, a competitividade revelada ou pelo desempenho, segundo Pinheiro, Moreira e Horta (1992) decorre da utilização de indicadores “*ex-post*”. Farina e Zylberstajn (1998) afirmam que a análise do desempenho na condição “*ex post*”, apresenta um desempenho passado, decorrente de vantagens já adquiridas, evidenciando se teve maior inserção, ou não, no período analisado, porém nada garantindo que esta situação será mantida, caso, por exemplo, ocorram alterações no padrão da concorrência.

Explicado isto, pode se inferir que a abordagem da competitividade, seja ela potencial (*ex-ante*), ou revelada (*ex-post*), é complementada pelos 12 pilares do FEM (2013), pois segundo Arruda *et al* (2009) é um *ranking* que classifica os países de acordo com o seu desempenho e eficiência competitiva, mesmo que se tratando de um indicador que considera, tanto fatores micro e macroeconômicos, coincidindo com o conceito de competitividade de Chudnovsky e Porta (1990).

Segundo Chudnovsky e Porta (1990) estes pilares permitiriam visualizar a competitividade global, pois esta apresenta informações microeconômicas e macroeconômicas para compreender a competitividade das indústrias e país.

A seguir, será apresentado a importância de se mensurar a competitividade e o uso dos indicadores selecionados. Os métodos selecionados neste trabalho para avaliar a competitividade foram: a competitividade micro, revelada, ou pelo desempenho (*ex-post*), a partir do *Constant-Market-Share* (CMS) e o Índice de Vantagem Comparativa (IVCR); e a

competitividade macro, potencial, ou pela eficiência (*ex-ante*), retratada pelo ICG, publicado anualmente no RCG, além de considerações quanto às limitações destas.

2.2 Medidas de competitividade

Como apresentado na seção anterior existe dois métodos mais utilizados para mensurar a competitividade revelado, ou pelo desempenho (*ex-post*), que são: a) *Constant-Market-Share* (CMS), desenvolvido por Tyszynski (1951); e b) Índice de Vantagem Comparativa (IVCR), desenvolvido por Balassa (1965). Recentemente, se utiliza, também, os 12 pilares da competitividade que se trata de um indicador misto e mais amplo, pois possibilita a percepção macro e micro enfatizados por Chudnovsky e Porta (1990), permitindo compreender os fatores da competitividade nacional (ARRUDA *et al*, 2009).

Segundo Guimarães e Campos (2006), e Coelho e Berger (2004), o indicador identifica a competitividade a partir de quatro efeitos: crescimento do comércio internacional, composição da pauta, destino das exportações e competitividade, aonde este último seria obtido a partir do resíduo das demais variáveis. Conforme Carvalho (1995) várias são as críticas ao método CMS, por desconsiderar os fatores de oferta nas inter-relações mundiais de comércio, porém Leamer e Stern (1970) ressalta que o efeito competição por incorporar os preços, reflete a interação das condições de demanda e oferta.

Posterior a esse índice, Balassa (1956), propôs o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), que segundo Hidalgo e Mata (2004) este índice colabora para que as nações conheçam as diferenças em seus diversos recursos disponíveis, a fim de saber, com base nas suas relações com o comércio internacional, quais indústrias que são competitivas no comércio internacional, passando a compreender quais possuem vantagem ou desvantagem.

Permitindo uma fonte fundamental para elaboração de estratégias de crescimento e geração de bem-estar econômico para uma determinada região ou país, pois possibilitará a construção de estratégias sólidas de inserção internacional. Ainda segundo os autores o IVCR recebeu algumas alterações produzidas por Laursen (1998), baseado em limitações do índice apontadas posteriormente, exemplo disto é o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas (IVCRS) que se trata do índice normalizado.

Diante da existência de diversas variáveis para mensurar a competitividade revelada, ou pelo desempenho, os autores Gasques e Conceição (2002) contribuem afirmando que a participação das exportações de um setor no mercado internacional seria o “mais” importante padrão para mensurar a competitividade no comércio internacional. Isto porque, segundo Hidalgo e Mata (2004), a competitividade deve ser calculada pelas exportações, pois os resultados obtidos, depois de verificado o comércio entre regiões, deve ser feito retirando a utilização das importações, porque esta, muitas vezes, sofre restrições via políticas protecionistas, que se caracteriza como o principal motivo do descarte da utilização das importações.

E segundo Araujo Jr, Haganauer e Machado (1990) indica que o uso do conceito de desempenho baseado nas exportações ainda são uteis para uma avaliação geral e preliminar das condições de competitividade vigentes na economia, desde que obedecidos cuidados metodológicos quanto a especificação do conceito de competitividade como apresentado pela heterogeneidade de conceitos de competitividade na literatura como exposto por Haganauer (1989).

Trabalhos que tratam sobre os determinantes das exportações foram desenvolvidos por vários autores, especialmente em relação às exportações de manufaturados, produtos básicos e ao saldo da balança comercial. Entre os mais citados estão os estudos de Horta (1983), Rios (1992), Zini (1998), Bonelli (1991), Pinheiro e Horta (1992), Horta e Souza (2000) e Nonnemberg (2001).

Horta (1983) analisou os fatores que orientam o crescimento das exportações brasileiras durante a década de 1970, utilizando-se do modelo *Constant-Market-Share* (CMS). Rios (1992) examinou as exportações de manufaturados para o período 1964-1984, com o objetivo central de determinar a demanda e a oferta das exportações e, também, as fontes de crescimento destas. Na mesma linha, Zini (1998) buscou estimar a elasticidade de exportações e de importações para o Brasil, por grupo de bens. Bonelli (1991) avaliou as exportações, tentando determinar o impacto do aumento da produtividade sobre o crescimento das exportações para o período 1975-1985. Pinheiro e Horta (1992) comprovaram que as exportações brasileiras, entre os anos de 1980 e 1988, passaram por três momentos diferentes no que se refere à competitividade: estabilidade, melhora e queda.

É importante destacar que o *Constant-Market-Share* (CMS) é diferente do IVCR, pois utiliza tanto as exportações como as importações no cálculo do índice, porém segundo

Coelho e Berger (2004) o objetivo é estudar o comportamento e o desempenho das exportações, permitindo decompor o crescimento das exportações em três componentes e avaliar a contribuição de cada um dos fatores na explicação do crescimento das exportações.

A medida de “competitividade”, utilizando a exportação para encontrar o *market-share*, por exemplo, consistiria de acordo com Coelho e Berger (2004) na obtenção por resíduo, descontando-se do crescimento das exportações de uma determinada indústria do país o efeito conjuntura internacional (taxa de crescimento do comércio mundial), o efeito produto (evolução das transações internacionais da indústria), e o efeito mercado (evolução das importações dos países de destino).

Para o IVCR também existem diversos trabalhos, como os de Barbosa e Waquil (2001) que estudaram o comportamento dos principais produtos de base agrícola das exportações brasileiras; Souza e Ilha (2005) que mensuraram a evolução das vantagens comparativas da soja e das carnes bovinas e de frango no mercado internacional; Ilha e Coronel (2006) que verificaram a competitividade da soja brasileira frente a blocos específicos; e Coronel e Dessimon (2007) em que verificaram a competitividade da soja brasileira. No caso, específico da indústria têxtil e vestuário pode ser citado Pessoa (2010).

Porém, alguns trabalhos utilizaram os índices, conjuntamente, para possibilitar uma análise com maior detalhamento, como exemplo Horta e Souza (2000) que procura avaliar a evolução das exportações brasileiras entre 1980 e 1996 com a utilização do IVCR e CMS; Sereia, Nogueira e Câmara (2002) para o complexo agroindustrial em que utilizou o CMS para analisar o desempenho das exportações paranaenses e do IVCR para verificar o padrão de classificação dos complexos agroindustriais. Para a indústria em estudo neste trabalho que são as indústrias têxtil e vestuário existe o estudo de Amorim (2011) que consubstanciou ambos os indicadores para possibilitar com o CMS analisar o comportamento e a competitividade das exportações brasileiras de artigos têxteis e como padrão de classificação do complexo têxtil brasileiro adotou o IVCR para o período de 1998 a 2006.

O conhecimento dos produtos que detêm vantagem comparativa no comércio internacional é de extrema relevância para a formulação de estratégias de crescimento e o bem-estar econômico de uma determinada região ou país. A determinação de tais produtos permite estabelecer estratégias sólidas de inserção internacional para a economia em um mundo que é cada vez mais globalizado e competitivo (HIDALGO; MATA, 2004).

Diante das opções de indicadores e pelo uso de mais que um se justifica pelo fato que a competitividade, conforme Durand e Giorno (1987) e Haguenaer (1989), não deve ser medida por apenas um indicador, mas por um conjunto deles. Em particular para produtos manufaturados é importante combinar indicadores.

Segundo afirma Diz (2008) é cabível fazer uso destes indicadores conjuntamente para não se restringir a evolução da competitividade de um produto, firma ou país no mercado internacional, mas com mais de um indicador possibilita análises complementares, afim de minimizar erros na análise dos resultados, segundo Vitti (2009) ainda é pelo uso de indicadores de desempenho a forma mais utilizada para analisar a competitividade.

2.2.1 Constant-Market-Share (CMS)

Segundo Coronel, Machado e Carvalho (2009) os trabalhos baseados no modelo *Constant-Market-Share* (CMS), desenvolvido por Tyszynski (1951) tem como objetivo avaliar a participação de um país ou região no fluxo mundial ou regional de comércio, e desagregar as tendências de crescimento das exportações e/ou importações de acordo com seus determinantes. Com este propósito o modelo tem sido utilizado para análise da determinação dos fatores que contribuíram para o desempenho das exportações de um país ou bloco econômico em determinado período.

Segundo Sousa, Câmara e Sereia (2008), o modelo CMS atribui ao crescimento das exportações, como sendo favorável ou desfavorável, tanto à estrutura das exportações do país quanto à sua competitividade.

O pressuposto básico do modelo é que cada país ou bloco mantém constante sua parcela no comércio mundial. Se houver alteração nesta parcela, ela deve estar implícita no modelo, e sua performance é atribuída à competitividade, associada aos preços relativos (LEAMER; STERN, 1970). Desta forma o modelo atribui a um resíduo negativo o fracasso em termos de manutenção no comércio e a um positivo significa o sucesso em participar do comércio internacional.

O pressuposto básico do modelo é que cada país ou bloco mantém constante sua parcela no comércio mundial. Os fatores que colaboram para que as exportações ou importações de um país não acompanhem a média mundial são: concentração destas em mercadorias cuja demanda cresça mais lentamente que a média dos produtos; ou destinadas a

regiões estagnadas; e/ou falta de condições de o país competir com os seus concorrentes no mercado internacional. Considera-se ainda que a relação de preços de dois países exportadores no comércio internacional determina a escolha dos países importadores, ou seja, qualquer alteração nessa parcela deve estar implícita no modelo, e sua performance é atribuída à competitividade, associada aos preços relativos (LEAMER; STERN, 1970). O que pode ser escrito da seguinte forma:

$$\frac{q_1}{q_2} = f\left(\frac{p_1}{p_2}\right) \text{ com } f' < 0 \quad (1)$$

A equação (1) é oriunda da relação básica da elasticidade de substituição, onde q_1 e q_2 são as quantidades vendidas pelos exportadores 1 e 2 e p_1 e p_2 , seus respectivos preços. A equação (1) pode ser representada na forma de *market-share*, multiplicando-a por $\frac{p_1}{p_2}$.

$$\frac{p_1 q_1}{p_2 q_2} = \frac{p_1}{p_2} * f\left(\frac{p_1}{p_2}\right) \quad (2)$$

Rearranjando-se os termos, tem-se:

$$\frac{p_1 q_1}{p_1 q_1 + p_2 q_2} = \left\{ 1 + \left[\frac{p_1 * f\left(\frac{p_1}{p_2}\right)}{p_2} \right] - 1 \right\}^{-1} = g\left(\frac{p_1}{p_2}\right) \text{ com } g' < 0 \quad (3)$$

A equação (3) indica que o *market-share* do país permanece constante, caso não haja alterações nos preços relativos, $\frac{p_1}{p_2}$ representando o princípio do modelo *Constant-Market-Share* para um determinado período. Se o país não mantiver sua parcela no mercado mundial, o termo poderá ser negativo, indicando que os preços estão subindo mais rapidamente para o país em questão em relação aos seus concorrentes no mercado internacional.

A forma mais simples do CMS define que a parcela de mercado de um país depende de sua competitividade relativa. Isso pode ser mais bem observado na equação (4):

$$\frac{S}{Q} \equiv \frac{q}{C} = f(c) \text{ } f(c) < 0 \quad (4)$$

Onde:

S = parcela de mercado do país em questão;

q , Q = quantidade total exportada pelo país A e pelo mundo, respectivamente;

c , C = competitividade do país A e do mundo, respectivamente.

Rearranjando-se os termos e derivando-se em relação ao tempo, tem-se que:

$$\begin{aligned}
\frac{d}{dt} &\equiv S \frac{dQ}{dt} + Q \frac{dS}{dt} \\
q &\equiv S\dot{Q} + Q\dot{S} \\
\dot{q} &\equiv S\dot{Q} + Qf' \left(\frac{d(\frac{S}{Q})}{dt} \right) \\
\dot{q} &\equiv S\dot{Q} + Qf' \left(\frac{\dot{c}}{C} \right)
\end{aligned} \tag{5}$$

De acordo com a identidade (5), a variação total da quantidade exportada do país A (q) é explicada pelo efeito crescimento das exportações mundiais ($S\dot{Q}$) e pelo efeito competitividade ($\dot{S}Q$). O primeiro representa o crescimento nas exportações desde que seja mantida constante a parcela do mercado, e o segundo representa o crescimento adicional atribuído às mudanças na competitividade relativa.

A estrutura das exportações de um país pode estar afetando sua competitividade, ainda que não ocorram mudanças na competitividade relativa. O país pode estar concentrando suas exportações em mercadorias cuja demanda está crescendo mais rapidamente ou destinando-se às regiões de crescimento mais dinâmico.

Nesse sentido, a identidade (5) ficaria:

$$S_{ij} \equiv \frac{q_{ij}}{Q_{ij}} = f_{ij} \left(\frac{c_{ij}}{C_{ij}} \right) f'_{ij} > 0 \tag{6}$$

Onde:

i = mercadoria comercializada pelo país A; e

j = mercado de destino.

Nesse sentido, o crescimento total das exportações passa a ser dado por

$$q \equiv \sum_i \sum_j S_{ij} \dot{Q}_{ij} + \sum_i \sum_j Q_{ij} \dot{S}_{ij} \tag{7}$$

Leamer Stern (1970) e Richardson (1971), utilizando-se do instrumental matemático, decompuseram as taxas de crescimento das exportações em quatro efeitos, conforme Richardson (1971) na identidade 8, a saber:

$$\begin{aligned}
\dot{q} &\equiv S\dot{Q} + \left[\sum_i S_i \dot{Q}_i - S\dot{Q} \right] + \left[\sum_i \sum_j S_{ij} \dot{Q}_{ij} + \sum_i S_i \dot{Q}_i \right] + \sum_i \sum_j Q_{ij} \dot{S}_{ij}
\end{aligned} \tag{8}$$

(a)
(b)
(c)
(d)

A identidade (8) mostra que o crescimento das exportações é decomposto no crescimento das exportações mundiais, favorável ou desfavorável, associado à estrutura das mercadorias ou mercados e às mudanças na competitividade relativa. O termo indica: (a) o efeito crescimento do mercado; (b) o efeito mercadoria; (c) o efeito mercado; e (d) o efeito competitividade. O efeito competitividade, quando associado apenas às alterações nos preços relativos, indica que os países ou as regiões importadoras tendem a substituir o consumo de mercadorias que se tornam mais caras por aqueles cujos preços se tornam relativamente mais baixos.

Para representar matematicamente o modelo *Constant-Market-Share*, faz-se necessário considerar como variável básica o valor das exportações. Primeiramente, parte das exportações não diferenciadas por mercadorias e regiões, de modo que se pode escrever a seguinte identidade:

$$V'_{..} - V_{..} \equiv rV_{..} + (V'_{..} - V_{..} - rV_{..}) \quad (9)$$

Onde:

$V_{..}$ = Valor total das exportações do país ou região A, no período (I);

$V'_{..}$ = Valor total das exportações do país ou região A, no período (II);

r = Mudança percentual nas exportações mundiais do período (I) para o período (II).

A identidade (9) expressa que a variação das exportações do país ou região A, do período (I) para o período (II), está associada ao incremento das exportações mundiais (a) e a um efeito residual atribuído à competitividade (b). Essa expressão é análoga à (5).

De acordo com Richardson (1971), as exportações são compostas por um conjunto diverso de mercadorias. Assim, tem-se para a i -ésima mercadoria uma expressão equivalente a (9), ou seja:

$$V'^i - V_i \equiv riV_i + (V'^i - V_i - riV_i) \quad (10)$$

Onde:

V_i = Valor das exportações da mercadoria do país ou região A, no período (I);

V'^i = Valor das exportações da mercadoria do país ou região A, no período (II);

ri = Mudança percentual nas exportações mundiais da mercadoria para o país ou região (j) do período (I) para o período (II).

A expressão (10) pode ser agrupada em:

$$V'_{i..} - V_{i..} \equiv \eta_i V_{i..} + (V'_{i..} - V_{i..} - \eta_i V_{i..}) \equiv (rV_{i..}) + \sum_i (\eta_i - r) V_{i..} + \sum_i (V'_{i..} - V_{i..} - r_i V_{i..}) \quad (11)$$

(a) (b) (c)

Com base na equação (10), pode-se inferir que o crescimento das exportações do país A está relacionado com: (a) crescimento das exportações mundiais; (b) pauta das exportações do país ou região A no período (I); e ao efeito residual oriundo da diferença entre a variação efetiva e a variação esperada nas exportações de cada grupo de bens.

Ainda nessa perspectiva, a desagregação do modelo *Constant-Market-Share* considera tanto a diferenciação por tipo de mercadoria comercializada quanto aquela por países ou regiões de destino (j). Nesse sentido, ao considerar a diferenciação das exportações por destino e por tipo de mercadoria, chega-se à seguinte expressão:

$$V'_{ij} - V_{ij} = r_{ij} V_{ij} + (V'_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij}) \quad (12)$$

Onde:

V_{ij} = Valor das exportações da mercadoria (i) do país ou região A para o país ou região (j) no período (I);

V'_{ij} = Valor das exportações da mercadoria (i), do país ou região A para o país ou região (j) no período (II);

r_{ij} = Mudança percentual nas exportações mundiais da mercadoria (i) para o país ou região (j) do período (I) para o período (II).

Desagrupando e reajeitando os termos, tem-se a seguinte identidade:

$$V'_{i..} - V_{i..} - V_{i..} \sum_i \sum_j \eta_j V_{ij} + \sum_i \sum_j (V'_{ij} - V_{ij} - \eta_j V_{ij})$$

$$\dots \equiv rV_{i..} + \sum_i (\eta_i - r) V_{i..} + \sum_i \sum_j (\eta_j - \eta_i) V_{ij} + \sum_i \sum_j (V'_{ij} - V_{ij} - \eta_j V_{ij}) \quad (13)$$

(a) (b) (c) (d)

A identidade (13) permite decompor a taxa de crescimento das exportações do país A em quatro efeitos, a saber:

O primeiro (a), efeito crescimento das exportações mundiais; (b), o efeito composição da pauta, $\sum_i (\eta_i - r) V_{i..}$, indica que, se as exportações mundiais do produto (i) aumentarem mais que a média mundial para todas as mercadorias exportadas, $(\eta_i - r)$, é positivo. O resultado tornará forte esse efeito se V_i for relativamente grande, ou seja, o efeito composição da pauta será positivo se as exportações do país A estiverem concentradas no produto de maior expansão ou quando a taxa de crescimento for superior à média mundial.

O efeito destino das exportações (c), $\sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i) v_{ij}$, será positivo se o país A tiver concentrado suas exportações em mercados que experimentaram maior dinamismo no período analisado e negativo se concentrado em regiões mais estagnadas.

O efeito competitividade (d), $\sum_i \sum_j (v'_{ij} - v_{ij} - r_{ij} v_{ij})$, significa que uma economia é competitiva na produção de determinada mercadoria quando consegue, pelo menos, igualar-se aos padrões de eficiência vigentes no resto do mundo, quanto à utilização de recursos e à qualidade do bem.

A diferença entre o crescimento das exportações verificado pelo modelo CMS e o crescimento efetivo das exportações é atribuída ao efeito competitividade. A medida desse efeito está relacionada com mudanças nos preços relativos, $\frac{p_1}{p_2}$. Nesse sentido, quando um país deixa de manter sua parcela no mercado mundial, o termo competitividade torna-se negativo e indica o fracasso do país em manter sua parcela no mercado mundial, bem como também que os preços estão aumentando para o país em questão, em proporção maior que seus competidores, ou seja, os importadores tendem a substituir o consumo das mercadorias cujos preços se elevaram pelo consumo daqueles com preços menores em termos relativos.

Conforme Leamer e Stern (1970), o efeito competitividade, além dos preços relativos, recebe influência de outros fatores, tais como mudanças tecnológicas, medidas de incentivo, maiores ações de marketing, aprimoramento dos mecanismos de financiamento e crédito e habilidade para atender com prontidão às encomendas dos importadores. Meyer e Paula (2009) destacam que entre estas sinalizações uma das que evidencia maiores sinais é a taxa de câmbio. A seguir será tratado sobre o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR).

2.2.2 Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR)

O Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) trata-se de um indicador “*ex-post*” de competitividade bastante aplicado para avaliar a capacidade de competição de determinada indústria, produto, região ou país. O IVCR parte do pressuposto de que o comércio exterior de um país revela suas vantagens comparativas. Foi inicialmente

proposto por Balassa (1965), dando origem ao desenvolvimento de outros indicadores de desempenho.

Farina e Zylbersztajn (1998) compreendem que o IVCR evidencia se a participação das exportações de determinado produto ou setor é maior ou menor do que sua participação nas exportações totais, em relação ao conjunto de referência. A utilização deste indicador é uma forma útil de identificar vantagens e desvantagens comparativas de produtos (setores) selecionados.

O IVCR parte do pressuposto, de que o país ou região em questão possui uma tendência em se especializar nas exportações de produtos que ofereçam vantagens competitivas. Isto significa que o indicador deve resultar num valor acima de uma unidade (1) para os produtos ou indústrias a serem considerados competitivos.

O índice de vantagem comparativa revelada expressa o desempenho relativo de um determinado setor, ou bem selecionado, em termos de seu fluxo de comércio, relativamente ao desempenho global de comércio para o país, com base no mesmo fluxo, que pode tanto ser exportação (X), como importação (M), como o comércio líquido (X-M).

Portanto, para o cálculo do IVCR, usa-se a definição de Balassa (1965), aonde o resultado do IVCR demonstra se um país ou região possui vantagem comparativa para determinado produto, confrontando sua participação na pauta exportadora nacional e mundial. Segundo Barbosa e Waquil (2001), índice acima da unidade indica que a área em estudo possui uma vantagem comparativa. Já se obtendo valores abaixo da unidade, o país ou a área em questão apresenta uma desvantagem comparativa revelada. Além disso, a análise da evolução da vantagem comparativa revelada permite identificar a especialização seguida pela economia regional.

O IVCR de Balassa (1965) original apresentado acima também pode ser calculado tomando-se com referência não apenas o comércio mundial, mas uma outra região de referência como país(es) selecionado(s), blocos econômicos ou até mesmo um estado ou município.

Existem outras diversas contribuições de índices para mensurar a competitividade pelo desempenho como o indicador proposto por Lafay (1992) que é o Índice da Balança Comercial (IBC), tendo em diferença com relação ao indicador de Balassa a consideração da balança comercial, ou seja, relaciona exportação vs importação da indústria em estudo para o país em destaque, assim como o método proposto por Gutman e Miotti (1996) apud Hidalgo e

Mata (2004) denominado como Taxa de Cobertura (TC) em que possibilita identificar o “ponto forte”, “ponto neutro” e o “ponto fraco” na pauta de mercadorias comercializadas pelo país, a partir da razão entre exportações e importações relacionando-as a vantagem comparativa a sua taxa de cobertura, porém estes não serão utilizados baseado nas justificativas que apontam a utilização preferencial da variável exportação no lugar de importações para avaliar a competitividade revelada ou evidenciado pelo desempenho (HIDALGO e MATA, 2004).

Retornando a abordagem do IVCR, se observa que este índice possuía uma crítica que foi superada com a contribuição de Vollrath (1991) que elimina o problema de dupla contagem apresentado no índice de Balassa (1965). Entretanto ainda possuía um outro déficit no índice de Balassa (1965) que reside no seu campo de variação de zero a infinito. Para superar esta deficiência do ponto de vista da sua interpretação Laursen (1998) introduziu um índice “normalizado”, o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico (IVCRS), cujo campo de variação se estende de -1 a 1, simetricamente repartido com o centro em zero, de modo que no intervalo de valores negativos verifica-se desvantagem competitiva, e no intervalo positivo, vantagem competitiva. No caso do valor zero os países exportadores têm a mesma competitividade média, ou seja, neutra. O índice de Laursen (1998) é calculado pela expressão:

$$IVCRS_{iy} = (IVCR_{iy} - 1) / (IVCR_{iy} + 1).$$

Os produtos que apresentam IVCR destacado constituem as chamadas “partes fortes” de uma economia (MAIA, 2002). Segundo Waquil *et al* (2004), o IVCR geralmente é calculado para indústrias ou produtos processados ou manufaturados.

É também de salientar que se o objetivo for apenas à ordenação dos países num determinado setor, não é necessário implementar qualquer “normalização”. O peso da indústria “i” no total das exportações tem informação suficiente para proporcionar uma medida ordinal entre países (AMADOR; CABRAL; MARIA, 2006).

Uma outra contribuição correlata as de Vollrath (1991) e Laursen (1998) é a diferença não negligenciável em comparação com o índice de Balassa de que a posição do país relativamente ao limiar que define a especialização pode variar. Em particular, os valores dos índices de Balassa podem não ser facilmente comparáveis em diferentes momentos no tempo, assim Amador, Cabral e Maria (2006) apresenta o índice de B* como solução.

Apesar dos ajustes relatados quanto ao IVCR se observa que, em geral, algumas limitações são inerentes, pois pertencem às relações comerciais, independente dos indicadores, se CMS ou IVCR, como exemplo de limitações se tem as tarifas sobre importação, subsídios às exportações, poder de mercado, desalinhamento cambial e outras que afetam a mensuração da vantagem comparativa revelada. Essas limitações aparecem uma vez que esses indicadores estão associados a fatores estruturais do processo produtivo, como por exemplo, aos custos relativos de produção.

Com isto a próxima seção propõe a explanar a competitividade em um aspecto macroeconômico que inclui variáveis que excedem as consideradas dentre as limitações microeconômicas do CMS e IVCR. Desta forma, na próxima seção se recorre a utilização da competitividade mensurada pelo enfoque macro, ou potencial, ou pela eficiência (*ex-ante*), de acordo com Chudnovsky e Porta (1990), a partir dos 12 pilares da competitividade.

2.2.3 Os 12 pilares da Competitividade: Relatório da Competitividade Global (RCG)

Após ter utilizado uma série de indicadores, de acordo com o FEM (2013), se passou a publicar, a partir do relatório de 2006, o Índice de Competitividade Global (ICG) ou *Global Competitiveness Index* (GCI). Este inicia-se com a publicação em 2006, fazem referência aos dados de 2005, sendo composto por 12 pilares que foram desenvolvidos, segundo Arruda, Tello e Araujo (2006), pela equipe do FEM, juntamente com o Prof. Xavier Sala-i-Martin da *Columbia University*. Com isto se passa a publicar o Relatório da Competitividade Mundial (ICM), ou *World Competitiveness Yearbook* (WCY). Vale ressaltar que existe o Índice de Desempenho Industrial, publicado pelas Organizações das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, ou *United Nations Industrial Development Organizations* (UNIDO).

Segundo Fendel e Frenkel (2005) o ICG é uma forma condensada de dois índices, que são o Índice de Competitividade de Negócios (ICN), ou *Business Competitiveness Index* (BCI). Este primeiro foi desenvolvido por Michael Porter, baseado no modelo diamante da competitividade de Porter (1989), e o segundo é o Índice de Crescimento da Competitividade (ICC), ou *Growth Competitiveness Index* (GCI). Assim o ano de 2005, marcaria a transição do uso destes dois para o uso exclusivo do ICG. Segundo FEM (2013) o ICG, a partir dos 12 pilares para a competitividade, mensura as fundações da competitividade nacional.

Mesmo existindo diversos relatórios, por diversas organizações internacionais, o ICG, elaborado pelo FEM, segundo Carvalho, Serio e Vasconcellos (2012) tem ganhado destaque pela sua composição estrutural, tamanho da amostra, e periodicidade. Passando a ser o mais utilizado, dentre os relatórios globais da competitividade dos países.

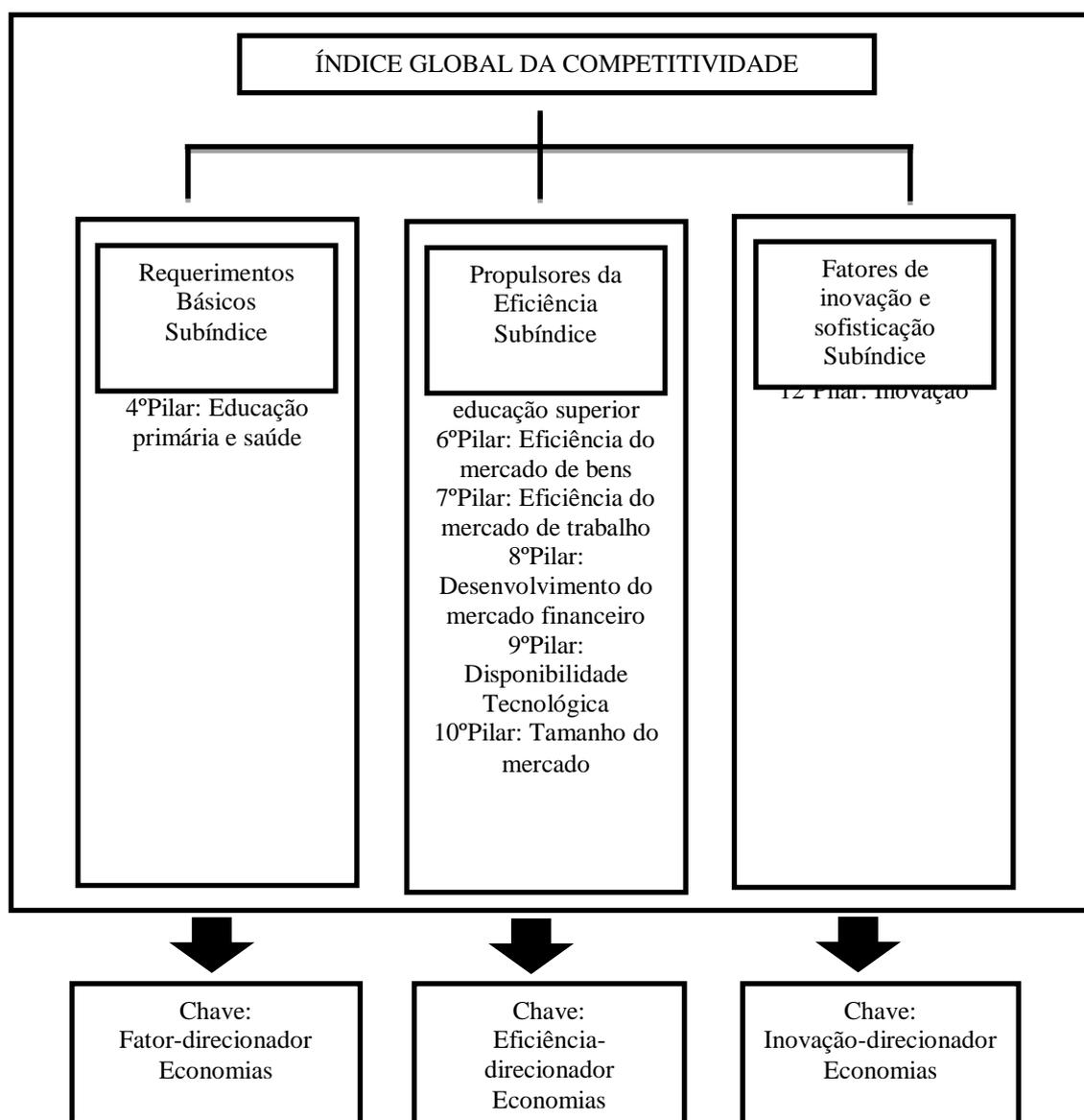
A procura pelo desenvolvimento econômico e a prosperidade de uma nação é uma das preocupações da sociedade e devido este fato se caracteriza como um tema constante dos estudos acadêmicos, por estar geralmente entrelaçada ao construto de competitividade, porém são muitos os determinantes que impulsionam a competitividade (FAJNZILBER, 1988; CHUDNOVSKY; PORTA, 1990; FEM 2013).

Mais recentemente o interesse em busca de explicar a competitividade, englobando fatores como: a educação e treinamento, o progresso tecnológico, a estabilidade macroeconômica, governança, a sofisticação da empresa e da eficiência do mercado, entre outros, recebe a contribuição do professor Sala-i-Martín que apresenta uma proposta de explicar como adicionar diversos fatores para possibilitar uma percepção mais abrangente sobre a competitividade (SALA-I-MARTÍN, DOPPELHOFFER E MILLER, 2004; FEM, 2013).

Desta forma o conceito de competitividade seria mais abrangente do que a percepção tradicional do conceito que muitas vezes se restringe a competitividade setorial, todavia o constructo elaborado pelo professor Sala-i-Martin, Doppelhoffer e Miller (2004), juntamente com o FEM extrapola esta perspectiva ao condensar os ambientes econômicos, políticos e sociais de um país, pois estes fatores determinam a realização de negócios, sucessos das empresas e desenvolvimento do país, assim Sala-i-Martin, Doppelhoffer e Miller (2004) captura e apresenta o Índice da Competitividade Global (ICG).

O ICG é constituído por uma média ponderada composta por vários componentes, cada um medindo um aspecto diferente da competitividade. Estes componentes são agrupados em 12 pilares de competitividade e o FEM os publica em seu Relatório da Competitividade Global (RCG), passando a ranquear, anualmente, a partir de 2006 a competitividade. O ICG resume e agrega diversos aspectos do país, a partir de 12 pilares para a competitividade (FIGURA 1).

Figura 1 - Índice Global da Competitividade do Fórum Mundial da Competitividade.



Fonte: Adaptado do FEM (2013)

Os pilares da competitividade oferecem um painel detalhado da competitividade nacional que segundo Schwab e Porter (2008) levam em consideração o nível de desenvolvimento dos países, avaliando: instituições, infraestrutura, macroeconomia, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência do mercado (bens, mão-de-obra, financeiro), aptidão tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação do negócio e inovação que definiriam a competitividade de uma nação, isto é, sua capacidade de crescimento futura.

A competitividade seria o resultado da integração de muitos fatores em diversas áreas de um país, entenda-se como questões de ordem econômica, política, acadêmica, dentre outros (FEM, 2013).

Um breve histórico sobre o RCG publicado pelo FEM permite elucidar que é gerado anualmente, desde 1979, apresentando estatísticas e índices para diversos fatores que moldam a capacidade competitiva de uma nação, porém somente a partir de 2006, liderado por Xavier Sala-i-Martin da *University of Columbia*, o RCG incorporou ao estudo de competitividade do FEM fatores que, apesar da sua importância, não eram, até então, incluídos como indicadores relacionados, por exemplo, à eficiência do mercado de trabalho de um país, exemplos que vão desde a mortalidade infantil a qualidade dos portos, telefonia, etc.

Ele é baseado em dados estatísticos e em uma pesquisa ampla realizada junto a executivos. Para o relatório da competitividade global de 2012 (FEM, 2013) foram mais de 14 mil líderes empresariais que participaram do estudo em 142 economias. Esse relatório foi desenvolvido de uma forma que possibilite examinar um grande elenco de fatores que podem influenciar o ambiente comercial da economia.

2.3 O Histórico da Competitividade Internacional de Têxteis e Vestuário

O comércio internacional das indústrias têxtil e vestuário é caracterizado por uma série de acordos internacionais. Estas indústrias por sua importância são marcadas por questões no mercado internacional, basicamente, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que se explicam, parcialmente, pela ausência de regras e disciplinas no comércio mundial.

Para compreender o desenvolvimento destas indústrias é necessário conhecer as interações regulatórias e comerciais no comércio internacional cabe em que basicamente o comércio entre nações é regido por tratados e acordos, devido a existência de diversas práticas comerciais e unilaterais de restrição ou barreiras ao livre comércio (por exemplo: monopólios, oligopólios, dumpings, trusts e cartéis), assim como práticas feito contrabando, pirataria, cotas para importação ou exportação e manipulação do câmbio, dentre outras. Desta forma foram realizadas convenções e estabelecidas cláusulas firmando direitos e obrigações no comércio internacional.

Na existência destas diversas barreiras, majoritariamente, de caráter alfandegário, em 1931 se deu um primeiro passo em busca de uniformizar os processos quanto ao uso de

cheques, letras de câmbio e notas promissórias e está ficou conhecido como a Convenção Internacional de Genebra que ficou restrita aos países que compunham a liga das nações. Posterior a isto em 1936 a Câmara de Comércio Internacional elaborou os Termos de Comércio Internacional (TCI) que definiu nas compras e vendas de mercadorias entre países.

Apesar das grandes contribuições presentes nestas convenções e cláusulas estabelecidas, um passo importante foi realizado em 1947 com a criação do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (AGCT/GATT), conforme Thortensen (2005). Representando um acontecimento de grande significado no mundo do pós-guerra, por ter introduzido um conjunto de regras e disciplinas no comércio mundial. Considerando aspectos como a legislação ou modelo regulador dos fluxos de comércio. Este acordo também foi relevante por complementar os propósitos da Conferência de *Bretton Woods* realizada em 1944 que criará o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

O ACGT representou uma espécie de local para apresentar questões e controvérsias, afim de dirimir impasses entre países quanto as suas relações comerciais. Possuindo como objetivo segundo Maia (2006) era promover o crescimento do comércio internacional, por meio das eliminações de todos os tipos de barreiras comerciais e de qualquer tipo de protecionismo.

Consoante a criação deste acordo as indústrias têxteis e vestuário continuaram como cenários para atrito constante entre a estratégia competitiva dos países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento, que segundo Campos (1993) é uma das indústrias mais afetadas por medidas restritivas de comércio, pois por serem indústrias intensivas em emprego são foco do protecionismo dos países desenvolvidos diante dos países em desenvolvimento que acusam estes último de dumping “social” por venderem produtos mais baratos devido aos baixos salários, assim mesmo com a criação do acordo os países procediam de formam inversa a finalidade do acordo, passando assim a adotarem barreiras não-tarifárias.

Assim, o fluxo de comércio das indústrias têxtil e vestuário sofreram uma série de intervenções, na prática eram acordos bilaterais entre desenvolvidos e em desenvolvimento, que iniciam com os Acordo de Curto Prazo (ACP) datado de 1961, seguido pelo Acordo de Longo Prazo em 1962 (ALP) que vigorou até 1973, mas que basicamente restringiam o comércio sobre têxteis de algodão, porém em 1974 surge o Acordo Multifibras em 1974 que

segundo Campos (1993) abrangia toda a indústria têxtil e vestuário têxtil e era um dos raros casos no comércio internacional de regulamentação a produtos manufaturados.

O AMF basicamente pretendia a expansão gradativa do comércio, eliminação gradual de barreiras, mas permitindo a coexistência da indústria dos países importadores e exportadores. Assim é apresentado um quadro sínteses que apresenta as decisões tomadas nas reuniões ocorridas durante o ACGT que ficaram conhecidas como “rodadas”.

Porém em 1994, após o fim da Rodada do Uruguai fica acordado o termino do ACGT e a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que substitui o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas. Esta rodada teve como uma de suas principais pautas a liberalização do comércio das indústrias têxtil e vestuário, que no período era regido pelo Acordo Multifibras (AMF) ou *Multifibres Agreement*. Após a rodada se estabeleceu que este acordo expiraria dia 31 de dezembro de 1994 e assim passaria a um processo de liberalização gradual do comércio destas indústrias que passou a ser compreendido como Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), ou *Agreement on Textiles and Clothing* (ATC) que era caracterizado por ser constituída pelos membros do ACGT e tinha por objetivo eliminar as restrições quantitativas, integrando completamente esta indústria no comércio internacional em um horizonte de 10 anos, porém somente alguns países se preparam para o cenário posterior ao ATV.

O ATV representa um processo de liberalização em que gradualmente ocorreram etapas de liberalização e que finalmente estas indústrias passariam a ser regulamentadas pelas regras da OMC aonde não existiria mais cotas, em síntese este acordo transcorreria em quatro etapas.

Porém, como afirma Araújo e Pereira (2006) a escolha dos produtos ficava sobre a responsabilidade dos países importadores os mesmos escolhiam os produtos onde sua competitividade não fosse tão desproporcional em relação aos países em desenvolvimento, assim basicamente os produtos intensivos em capital (fibras, fios e tecidos) foram liberalizados. De tal forma que segundo os autores após a quarta etapa, assim com o conseqüente fim do ATV o que se observou foi a abrupta inserção de importações sobretudo chinesas tanto nos mercados americanos, europeus ou brasileiro, de tal modo que acordos bilaterais foram estabelecidos buscando minimizar os efeitos da liberalização.

Todavia, o que se observa é que devido ao trabalho do ACGT e posterior o da OMC tem se observado a tendência de redução das barreiras alfandegárias, passando, porém,

segundo Maia (2006) se passa a adotar em maior intensidade barreiras não tarifárias como barreiras técnicas, ecológicas, burocráticas e sanitárias, assim o preceitos do multilateralismo acordado no comércio internacional diante estas iniciativas se encontram enfraquecidos após as últimas rodadas ocorridas em 2001 em Doha, conhecida como Rodada do Desenvolvimento em que os países em desenvolvimento lutavam para quebra das barreiras às exportações de produtos agrícolas e têxteis e os desenvolvidos ignoravam estas e buscavam maior abertura para as exportações de produtos industrializados e para serviços. Terminando em fracasso, assim posterior a esta ocorreu a rodada de Cancún em 2003 que também fracassou trazendo como consequências segundo Maia (2006) a criação do G-20 e a corrida por negociações bilaterais.

Desta forma o exemplo do período regido pelo ATV, ficou entendido a não geração da competitividade, pois o mercado brasileiro persistia majoritariamente pela promoção de um mercado cativo.

Além destas interferências no comércio internacional destas indústrias se observa, também na economia Brasileira. As indústrias têxtil e vestuário nas últimas décadas foram caracterizadas por uma série de acordos internacionais, se destacando o último que foi o Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), 1994 a 2004. Este acordo foi utilizado como aplicação de um regime transitório, eliminando gradualmente as diversas restrições ao comércio, de forma a incorporar aos produtos têxteis e de vestuário as regras de comércio da Organização Mundial do Comércio – OMC (GALVÃO e VERGOLINO, 2004).

Somado ao ATV ocorre neste período um fato relevante para a economia Brasileira que foi a implantação do Plano Real, 1994, que em seu primeiro momento realizou um programa definitivo contra a hiperinflação, promovendo a abertura econômica.

Segundo Bauman (apud VILLELA, 2002) o Brasil se insere neste período como um país que experimentara em décadas anteriores, década de 1980, o auge da promoção das exportações sinalizada por governos comprometidos na promoção destas, após a crise da dívida externa.

No entanto no final da década de 1980 passa a se tornar insustentável, assim como o baixo grau de abertura, simbolizado pelo mercado “cativo”, que pressionado por fatores como altos índices inflacionários, baixa liquidez e crise foram potencializados por um processo que iniciara na década de 1970 que foi segundo Gonçalves (1998) a intensificação

dos fluxos internacionais de comércio, capital e tecnologia, movimento genericamente chamado “globalização”.

Ainda para o autor na década 1990 ocorre o reverso em que a promoção das exportações sai da agenda econômica substituída pela questão da estabilização, enquanto que as exportações deveriam ser parte integral da política econômica lato sensu. Não obstante o autor afirma que esta perda de status relativo a agenda econômica governamental na década de 1990 coincidiu com um conjunto de iniciativas/programas para amenizar a área de exportações, a exemplo do Proex, Finamex, Seguro de Crédito, sem que, contudo, os problemas do setor tenham sido eliminados.

Desta forma o país experimenta uma mudança “forçada” e passa a adotar gradualmente a promoção das exportações em lugar da substituição de importações que foi acelerado pelo processo de abertura comercial, iniciado em 1990, conforme Gorini (2000), somado em 1994 pela estabilização monetária compreendido como o processo de implantação do plano real.

O país experimentou um cenário caracterizado pela defasagem tecnológica de nossas organizações que com a abertura comercial contribuiu para uma corrida em busca do tempo perdido, mas que porém, devido ao mercado interno ser parcialmente “refém” das empresas nacionais, isto beneficiava estas com reservas de mercado devido ao ATV que foi estabelecido com a proposta de remover estas gradualmente até seu término em 2004.

Baseado nestas confluências de episódios podemos denominar como uma espécie de “sorte temporal” entre o início do que seria o último dentre os acordos internacionais para eliminar as restrições ao comércio, ATV, e a implantação do plano real que desta forma se delimita o corte temporal para este estudo.

Neste contexto de vigência do ATV a indústria têxtil e de vestuário passou a conhecer, o que Porter (2004) define como uma “ameaça de entrada”. A indústria brasileira teve que se reestruturar, modernizar e conseguiu, por exemplo, aparentemente, apresentar superávits setoriais ou resultados econômicos positivos, todavia isto era garantido pela vigência do acordo, que garantia salvaguardas a “competitividade”, todavia ao fim deste ocorreu um novo choque externo que evidenciou que a indústria brasileira não se ajustou o suficiente, passando a apresentar resultados econômicos negativos, ou seja, déficits setoriais crescentes.

Com o fim do ATV ocorreu o aumento da concorrência através da chegada, no caso de produtos, de novos competidores. Confirmando-se o entendimento de Viana (2005), os resultados e a representatividade das exportações no cenário mundial, apontam que a indústria em destaque no trabalho, era realmente caracterizada neste momento, de estruturas e atividades voltadas para a demanda do mercado interno.

O ATV terminou sua vigência no final de 2004 e somado a isto ocorreram diversas mudanças na economia brasileira como o amortecimento do plano real em que este já não apresentava os mesmos efeitos para economia como foi durante a vigência do câmbio fixo (1994 a 1999) que com a mudança para o câmbio flexível se insere na globalização diante de um cenário crítico para os países emergentes marcado por diversas crises denominadas como, por exemplo, a crise dos países emergentes.

O que passa a se observar são sucessivas elevações da pauta de importações, mas que não tinham tamanho impacto devido uma situação econômica balizada pela alta do preço das *commodities* devido a um contexto internacional favorável a principal pauta de exportações nacional, mesmo com a maior participação de emergentes em sua economia, por exemplo, a China.

Neste período de amortecimento do plano real, final do ATV e inserção do Brasil na globalização surge novamente como apresentado por Bauman (apud VILLELA, 2002) projetos e políticas públicas que segundo Brasil (2003) tinham o propósito de promover novas diretrizes de política industrial, tecnológica e de Comércio Exterior para promover a competitividade, a partir da articulação na promoção de medidas e instrumentos dentro das quatro linhas de ação horizontais consideradas pelo governo federal para assegurar a competitividade que seriam a inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; e capacidade e escala produtiva.

Pelo elucidado a trajetória Brasileira, voltada por décadas em busca da industrialização, a partir da estratégia de substituição de importações resultou em um parque industrial abrangente e diversificado, porém fez isto beneficiado por meios espúrios como Farjnzyber (1988), assim utilizou de diversos mecanismos desde proteção tarifária a não-tarifária (empresas estatais, reservas de mercado, instrumentos regulatórios). Em poucos anos removeu-se um enorme e complexo sistema de proteção, exemplificando as tarifas nominais e efetivas foram reduzidas para cerca de um quarto do prevalecente na década de 1980, assim a

década de 1990 representa o mais relevante processo de transformação econômica das últimas quatro décadas que simbolizada com o plano real (ARBACHE, 2002; DE NEGRI, 2003).

Esta estratégia brasileira é um contraponto a estratégia dos países do leste asiático que possuíam como estratégia a industrialização tendo como meta a liderança em mercados internacionais, substituição de exportações, pois o processo de industrialização brasileiro não apenas negligenciou o desempenho das exportações, mas criou um viés “antiexportações”, assim a estratégia brasileira foi eficaz para o crescimento da produção, mas negligente quanto a promoção da competitividade e eficiência da produção industrial (BONELLI; VEIGA; BRITO, 1997; DE NEGRI, 2003).

Os resultados insignificantes das exportações brasileiras inserida no comércio mundial fundamentam o que relata Belik (1998) de que os níveis de exigências limitadas do mercado nacional, não proporcionavam, para esta indústria, no período de vigência dos acordos de têxteis e vestuário internacionais, um dinamismo para obter uma melhoria contínua na qualidade e atualização tecnológica de sua produção.

Exemplos de organismos para a promoção da competitividade são o Fórum de Competitividade para incremento do setor produtivo brasileiro que tem como principais objetivos: a) aumento das exportações; b) aumento da geração de empregos; c) descentralização da produção; e) geração de renda; f) aumento da competitividade tecnológica; e g) substituição qualitativa das importações. Este fórum selecionou 12 cadeias e entre elas tem destaque a Têxtil e Vestuário que foi instituída em 30 de maio de 2000. Além deste fórum foi criado o programa “Brasil Competitivo” criado em 2001 promovendo investimentos em tecnologia e inovação (BRASIL, 2005).

No entanto esta seção não pode concluir sem citar o case de sucesso mundial, exemplo chinês, pois o sucesso da indústria têxtil e de vestuário chinesa é explicada conforme o modelo de Porter (1989). Por ser resultado de alguns fatores fundamentais que elevaram a sua competitividade internacional, sendo:

1. Primeiro fator determinante seria as “condições da demanda”, assim a China possui um consumo interno expressivo, contando com a maior população do mundo. Logo este elevado consumo interno, estabeleceria uma pressão obrigando a inversão de investimentos contínuos, impulsionando a indústria têxtil e vestuário a obter ganhos de economia de escala;
2. Segundo fator determinante seria os “fatores de produção” que é abundante na China, que seriam os recursos humanos e capital físico.

3. Terceiro ponto determinante é as “indústrias correlatas e de apoio” da China, possuindo todos os elos da cadeia e competitiva na maioria destes.

A indústria têxtil e de vestuário mundial não se resume ao modelo competitivo chinês, modelo baseado em preço. Foi estabelecido um novo padrão de concorrência, baseado não apenas em preços, mas também em qualidade, flexibilidade e diferenciação de produtos, reunindo os avanços tecnológicos e investindo em novas tecnologias de concepção, processo e vendas.

Os principais exportadores mundiais, seja da indústria têxtil ou vestuário é representada por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, exclusivamente asiáticos, exceção Brasil por ser objeto do trabalho. Esta informação, converge para o que relatam Gorini (2000), Fernandes e Cairo (2009) e Rangel (2008) em que esta distribuição é possível, pois os países desenvolvidos (EUA e membros UE), manterem-se entre os principais exportadores, mesmo que não conseguindo concorrer diretamente com relação ao preço, pelo fato de estes países estabelecerem um novo padrão de concorrência, baseado não apenas em preços, mas também em qualidade, flexibilidade e diferenciação de produtos, reunindo os avanços tecnológicos e investindo em novas tecnologias de concepção, processo e vendas.

Os países desenvolvidos segundo Gereffi (1998) optaram por não concorrer nas faixas dominadas pelos artigos de pequeno valor agregado, provenientes principalmente da Ásia. Procuraram especializar-se em nichos mais lucrativos pela qualidade diferenciada.

3. METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é de natureza quantitativa, baseada em dados secundários. Os dados utilizados na pesquisa possibilitaram diversas quantificações para a construção dos indicadores de competitividade.

Quanto aos fins é descritiva, Hair Jr *et al* (2005) afirma que os planos da pesquisa descritiva se formam no intuito de medir características de um determinado construto teórico, no caso, competitividade, descrevendo as características e buscando estabelecer relações entre as variáveis. Mais especificamente, o setor, ou objeto de estudo, são as indústrias têxtil e vestuário.

Quanto aos procedimentos este trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica. Para tornar este trabalho possível ocorreu um levantamento de referencial teórico, a fim de

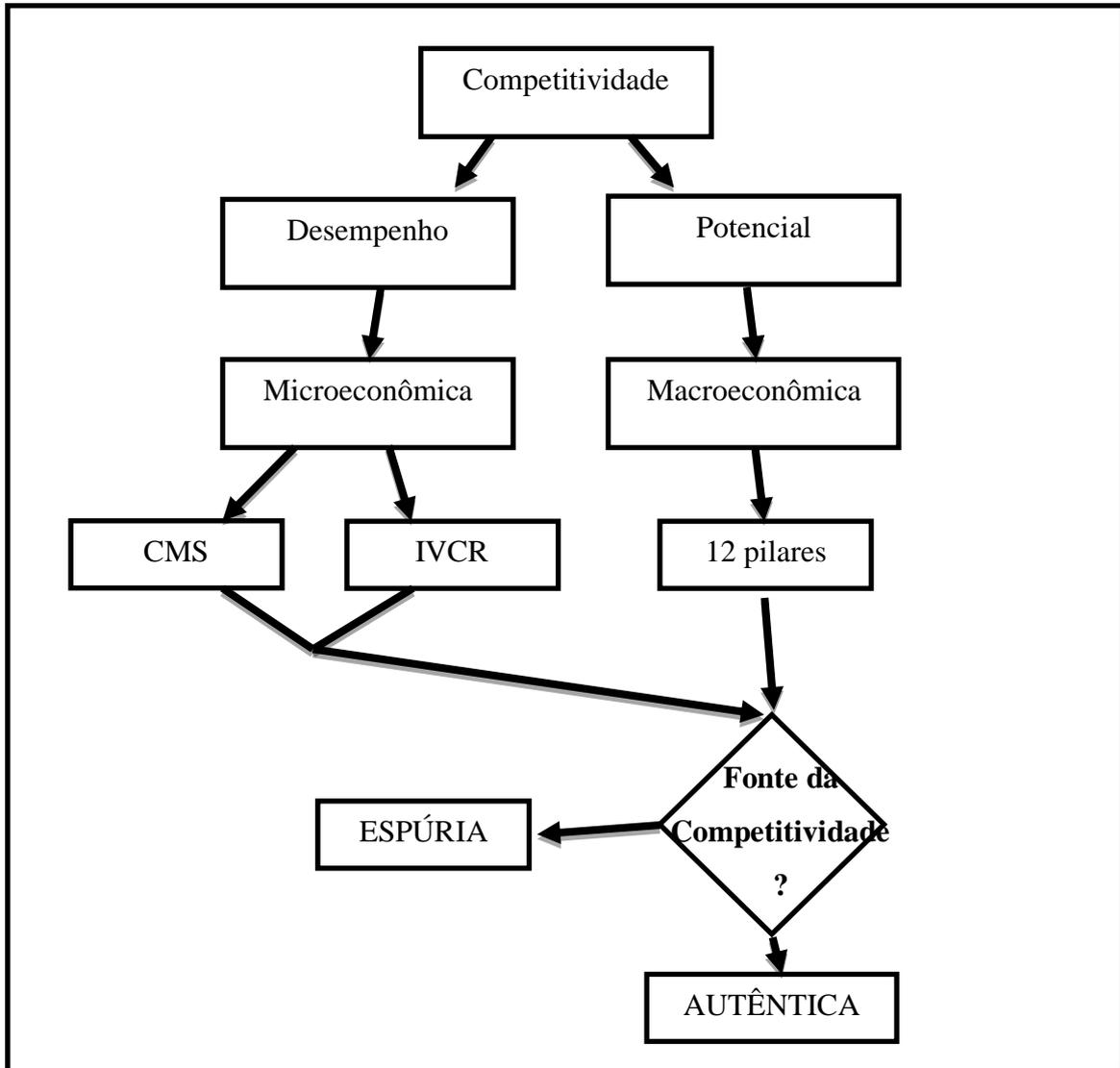
fundamentar a base teórica e caracterizar a competitividade das indústrias têxtil e vestuário, assim como os indicadores da competitividade.

Este estudo investiga as indústrias têxtil e vestuário separadamente. O constructo teórico adotado sobre competitividade do presente estudo é baseado nos conceitos:

- a) Competitividade macroeconômica, ou microeconômica, conforme Chudnovsky e Porta (1990); e
- b) Competitividade potencial (*ex-ante*), ou revelada (*ex-post*), de acordo com Haguenaer (1989), Kupfer (1993), e Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1996).

A partir desta escolha se utiliza indicadores e relatórios para mensurar a competitividade. Para mensurar a competitividade revelada (*ex-post*), a nível microeconômico, se utiliza o *Constant-Market-Share* (CMS) e o Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), a partir da variável exportações. A competitividade potencial (*ex-ante*), a nível macroeconômico, se utiliza os 12 Pilares. Por fim, ao relacionar revelada vs potencial, e o enfoque micro vs macro é possível compreender se as fontes da competitividade, segundo Fajnzilber (1989), são autênticas ou espúrias (FIGURA 4).

Figura 2 – Fluxograma da trajetória teórica.



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Conforme a figura 4 é possível compreender como a competitividade interage dentre os construtos tratados até o momento para analisar a competitividade para o período a ser analisado, entre 1994 e 2011. Fazendo com que o CMS e IVCR comunique o desempenho dos setores no comércio exterior e os 12 pilares da competitividade permite complementar com a perspectiva potencial, reforçada por Schwab e Porter (2008). Levando a analisar quais são os fatores geradores da competitividade.

A próxima subseção apresentará como foi realizada a coleta da base de dados utilizadas para a construção dos indicadores da competitividade, assim como os indicadores utilizados, amostra e variáveis.

3.1 Base de Dados

Inicialmente se realizou uma análise descritiva a partir de dados coletados do sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentando variáveis como exportações, importações, peso, quantidade, número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da transformação industrial.

Realizou-se a análise dos indicadores de competitividade com o uso de dados secundárias dentre os indicadores mais utilizados para calcular a competitividade revelada ou evidenciada pelo desempenho com base nos indicadores: *Constant-Market-Share* (CMS) e Índice de vantagem comparativa revelada (IVCR) que analisam as características microeconômicas, ou seja, da indústria em estudo e complementado pela utilização dos doze pilares da competitividade que possibilita um indicador que abrange as características macroeconômicas e microeconômicas, permitindo observa a competitividade potencial e nacional, não se restringindo a um setor.

A construção dos indicadores quanto ao enfoque microeconômico foi realizada a partir de dados coletadas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICEWeb), mantido pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do banco de dados estatísticos da Organização Mundial de Comércio (OMC). O enfoque macroeconômico foi feito a partir dos 12 pilares da competitividade, que é construído a partir de informações coletadas do Fórum Econômico Mundial (FEM) que publica anualmente o Relatório Global da Competitividade (RGC).

Os dados coletados no ALICEWeb, para a construção do enfoque micro, foram obtidas informações quantitativas referentes ao estudo. Abrangendo uma série entre 1994 e 2011. Foram selecionados os produtos classificados nos capítulos de mercadorias de 50 a 60 (Indústria Têxtil) e 61 a 63 (Indústria de Vestuário). Classificada segundo a Nomenclatura Comum Mercosul (NCM) que é baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), que é uma nomenclatura adotada pela maioria dos países. Quanto a OMC foi coletado informações sobre as indústrias têxtil e vestuário que segue definições de acordo com a terceira revisão da *Standard International Trade Classification*

(SITC), aonde Têxtil (CTCI divisão 65) e Vestuário (CTCI divisão 84), porém também se baseia na SH, conforme UNSTATS (2013).

Para a análise dos indicadores de competitividade pelo enfoque micro foram coletadas na ALICEWeb as informações como as exportações e importações brasileiras para o país destino e origem, respectivamente, das indústrias têxtil, vestuário e total em quantidade (volume), peso (Quilogramas) e o valor em US\$ FOB destas operações. Na OMC / TIME SERIES foram coletados as exportações e importações das indústrias têxtil, vestuário e total do comércio mundial e países selecionados em valor US\$ FOB.

Utiliza-se, dentre as variáveis citadas anteriormente, como principal variável “*ex-post*”, microeconômica, as exportações, para mensurar a competitividade, pois esta passa a ser entendida em função da sua participação no mercado internacional para a indústria analisada, (*market-share*). Do ponto de vista analítico da competitividade estes indicadores permitem depurar se possui ou não vantagem comparativa, mas não permitem compreender o problema macroeconômico, ou seja, do país para a competitividade.

Para análise dos indicadores de competitividade pelo enfoque potencial e macroeconômico se utilizou os 12 pilares da competitividade, presentes no Relatório Global da Competitividade (RGC), apresentados em índices e subíndices da competitividade como: infraestrutura, ambiente macroeconômico, saúde e educação primária, educação de nível superior e treinamento, eficiência do mercado de bens, eficiência do mercado de trabalho, sofisticação do mercado financeiro, preparo tecnológico, tamanho do mercado, sofisticação empresarial e inovação, além dos índices quanto ao estágio (Requerimentos Básicos, Propulsores de eficiência e Fatores de inovação e sofisticação), assim como o índice geral da competitividade. O relatório apresenta uma amostra com mais de 100 países, mais especificamente 142 países segundo FEM (2013), possuindo como base dados secundários.

Na próxima subseção será instrumentalizada como foi realizado o tratamento dos dados utilizados na construção dos indicadores da competitividade.

3.2 Tratamento dos Dados

A metodologia utilizada para analisar a competitividade neste trabalho são os indicadores de competitividade como o *Constant-Market-Share* (CMS), Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e os 12 pilares da Competitividade.

Para iniciar esta pesquisa se estabeleceu como ano de corte para a seleção da amostra o ano de 2011 que é o ano mais recente e disponível para as diversas bases utilizadas. Assim, inicialmente, se buscou realizar um levantamento para conhecer quem seriam os dez principais exportadores mundiais destas indústrias têxtil e vestuário, também quais seriam os dez principais parceiros comerciais (consumidores) das exportações das indústrias têxtil e vestuário brasileira para o ano de 2011. Este levantamento observou as indústrias de forma desagregada, ou seja, levantamento destas informações para a indústria têxtil e para a indústria de vestuário.

A partir dos dez principais exportadores foi possível visualizar que dentre os dez principais, seis estão presentes em ambas as indústrias (China, Alemanha, Índia, Itália, Hong Kong e Turquia), representando aproximadamente 56% do comércio de têxteis e 61% do comércio de vestuário (TABELA 1).

Tabela 1 - Ranking dos principais exportadores (fornecedores) das indústrias têxtil e vestuário mundial mais o Brasil. Ano de 2011. Em valores percentuais (%).

Ranking	Têxtil	(%)	Ranking	Vestuário	(%)
1°	China	32,16%	1°	China	37,28%
2°	Alemanha	5,50%	2°	Hong Kong, China	5,94%
3°	Índia	5,12%	3°	Itália	5,64%
4°	Itália	5,01%	4°	Bangladesh	4,83%
5°	Estados Unidos	4,69%	5°	Alemanha	4,76%
6°	Coréia do Sul	4,21%	6°	Índia	3,48%
7°	Hong Kong, China	3,84%	7°	Turquia	3,38%
8°	Taiwan	3,75%	8°	Vietnã	3,19%
9°	Turquia	3,67%	9°	França	2,67%
10°	Paquistão	3,09%	10°	Espanha	2,24%
33°	Brasil	0,38%	79°	Brasil	0,05%
...	Resto do Mundo	28,6%	...	Resto do Mundo	26,53%

Fonte: Elaborado a partir de informações coletadas na OMC / TIME SERIES (2013).

Observando a tabela 1 se compreende os principais parceiros (fornecedores) das indústrias têxteis e vestuário global, mas quando se observa se isto reflete-se na pauta de exportações brasileiras observa-se um quadro diferente do apresentado anteriormente, pois somente dois países se repetem em ambas as indústrias (Argentina e Estados Unidos), representando, respectivamente, 18% e 36% das indústrias têxtil e vestuário.

Quando compara-se, afim de entender a coincidência desta lista com a dos principais exportadores globais, se percebe que quatro países (China, Coréia do Sul, Turquia e Taiwan) estão presentes como principais exportadores têxteis globais e principais parceiros

das exportações brasileiras (representando aproximadamente 44% do comércio mundial e 37% das exportações brasileiras).

No caso da indústria de vestuário, somente a França é comum em ambas as listas, seja entre os principais exportadores globais de vestuário e principais parceiros para a indústria de vestuário brasileira, representando aproximadamente 3% do mercado global e 3% das exportações brasileiras. A amostra de países foi dimensionada de modo intencional segundo representatividade para a economia brasileira, de acordo com os níveis de exportação (TABELA 2).

Tabela 2 - Ranking dos principais parceiros ou importadores (consumidores) das indústrias têxtil e vestuário brasileira. Ano de 2011. Em valores percentuais (%).

Ranking	Têxtil	(%)	Ranking	Vestuário	(%)
1º	China	21,67%	1º	Argentina	25,26%
2º	Argentina	13,75%	2º	Paraguai	13,38%
3º	Coréia do Sul	7,65%	3º	Estados Unidos	10,04%
4º	Indonésia	7,57%	4º	Uruguai	7,69%
5º	Turquia	5,10%	5º	Bolívia	5,30%
6º	Estados Unidos	3,40%	6º	Chile	4,58%
7º	Venezuela	3,12%	7º	Angola	3,63%
8º	Vietnã	3,00%	8º	Japão	2,89%
9º	Malásia	2,71%	9º	França	2,56%
10º	Taiwan (Formosa)	2,24%	10º	Portugal	2,15%
...	Resto do Mundo	29,79%	...	Resto do Mundo	22,51%

Fonte: Elaborado a partir de informações coletadas no sistema ALICEWeb (2013).

Comparando as tabelas 1 e 2 se observa a baixa relação entre os principais exportadores globais e os principais parceiros das exportações brasileiras, principalmente em relação a indústria de vestuário. Desta forma o que se observa é que estes países parceiros das exportações brasileiros não refletem os países mais competitivos da economia, se o presente estudo busca avaliar a competitividade Brasileira, se torna necessário realizar comparativo com os principais produtores mundiais, assumisse desta forma que estes seriam os mais competitivos.

O estudo utilizará, afim de padronizar o cálculo do CMS, IVCR e 12 pilares, os países que representam os principais exportadores mundiais, logo os mais competitivos (TABELA 1). Desta forma foram selecionados os países:

- a) Indústria Têxtil: China, Alemanha, Índia, Itália, Estados Unidos, Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Turquia, Paquistão e o Brasil; e
- b) Indústria Vestuário: China, Hong Kong, Itália, Bangladesh, Alemanha, Índia, Turquia, Vietnã, França, Espanha e o Brasil.

Realizado este levantamento quanto a esta amostra de países entendidos como mais relevantes para o comércio mundial e brasileiro das indústrias têxtil e vestuário.

Apresentada estas informações será apresentada nas próximas subseções como foi construído os indicadores de competitividade, período e amostra utilizada: CMS, IVCR e os 12 pilares da competitividade, respectivamente.

3.2.1 Constant-Market-Share (CMS)

Para responder ao primeiro objetivo específico de verificar os efeitos internos e externos da competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileiro se mensurou o *Constant-Market-Share* (CMS), conforme abordagens de Leamer e Stern (1970), a partir de dados coletados no sistema ALICEWeb e OMC / TIME SERIES, assim a equação do CMS pode ser agrupada em:

$$V'_{..} - V_{..} = \sum_i \sum_j \eta_{ij} V_{ij} + \sum_i \sum_j (V'_{ij} - V_{ij} - \eta_{ij} V_{ij})$$

$$V'_{..} - V_{..} = rV_{..} + \sum_i (\eta_i - r) V_i + \sum_i \sum_j (\eta_{ij} - \eta_i) V_{ij} + \sum_i \sum_j (V'_{ij} - V_{ij} - \eta_{ij} V_{ij})$$

(a) (b) (c) (d)

Onde:

$V_{..}$ = Valor total das exportações do país “z” no período 1;

$V'_{..}$ = Valor total das exportações do país “z” no período 2;

V_i = Valor total das exportações da indústria “i” do país “z” no período 1;

V_{ij} = Valor total das exportações da indústria “i” do país “z” para o país “j” no período 1;

V'_{ij} = Valor total das exportações da indústria “i” do país “z” para o país “j” no período 2;

r = Variação das importações mundiais do período 1 para o período 2;

r_i = Variação das importações mundiais da indústria “i” do período 1 para o período 2;

r_{ij} = Variação das importações do país “j” para a indústria “i”, do período 1 para o período 2.

Entendendo neste trabalho o “i” como a indústria têxtil ou vestuário; país “z” como o Brasil e “j” como os dez principais exportadores mundiais da indústria “i” (TABELA 2). Desta forma os mercados analisados para o CMS foram os que representam os principais exportadores mundiais das indústrias têxtil ou vestuário que foram selecionados a partir de levantamento feito para o ano de 2011 na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Quanto a série temporal analisada segundo diversos autores (SEREIA, NOGUEIRA e CAMARA, 2002; ROCHA e MENDONÇA, 2004; MACHADO *et al*, 2006; CORONEL, MACHADO e CARVALHO, 2008; CORONEL, MACHADO e CARVALHO 2009; AMORIM, 2011; GRAMS *et al*, 2013) se deve separar em períodos, pois ao se analisar anualmente se corre o risco de sofrer influência devido a mudanças anuais drásticas, pois as exportações sofrem mudanças ao longo do tempo, assim estes períodos não serão compostos por anos individuais, mas por médias suficientes para normalizar os valores a serem utilizados.

Desta forma o trabalho divide o estudo em períodos e utiliza valores médios por períodos para verificar com maior segurança as alterações mais frequentes que ocorreram entre um dado período analisado. Assim dividiu-se em três subperíodos que constituem dois períodos, onde o primeiro período é a diferença entre subperíodo 1 e 2 e o período 2 consiste da diferença entre subperíodo 2 e 3, mas desagregadas a partir de acontecimentos internacionais e nacionais que partem do início do plano real. Antero (2005) enfatiza que as indústrias têxtil e vestuário sofreram grande impacto devido a fatores como a abertura comercial e valorização cambial ocorridos com o advento do plano real.

- 1) 1994 a 1998 = primeiro subperíodo, que coincide com o início do acordo de têxteis e vestuário (ATV) e do plano real baseado no modelo econômico caracterizado pelo uso de uma âncora nominal para fins de estabilização e a implementação de uma política monetária bastante apertada, que resultou em uma grande sobrevalorização e o consequente déficit comercial, financiado por entrada de capitais;
- 2) 1999 a 2004 = segundo subperíodo, final do acordo de têxteis e vestuário (ATV) e amortecimento dos efeitos do plano real que passa a utilizar outro modelo econômico baseado em regime de câmbio flutuante, sistema de metas de inflação e geração de constantes superávits primário;
- 3) 2005 a 2011 = terceiro subperíodo, início do comércio liberalizado no setor têxtil e taxa de câmbio em movimento de apreciação, níveis de inflação maiores.

A justificativa da seleção dos subperíodos se deve ao fato de que o conceito de competitividade é o do desempenho revelado nas exportações, assim se busca com esta série temporal relacionar desempenho ao conceito de competitividade para Fajnzylber (1988) que caracteriza a competitividade como autêntica ou espúria e esta será determinada a partir das sinalizações evidenciadas nos períodos que simbolizam significativas mudanças na política

econômica brasileira. Quanto aos efeitos apresentados pelo CMS são quatro, sendo (a) e (b) efeitos externos, e (c) e (d) efeitos internos, conforme Richardson (1971), onde:

- a) efeito crescimento do comércio mundial – responde que caso positivo o crescimento das exportações do país ocorre devido ao crescimento mundial das exportações;
- b) efeito composição da pauta – responde que se o crescimento das importações mundiais do produto “i” for superior a de todas as mercadorias, ou seja, positiva, indica que a exportação do país “z” está concentrada no produto de maior expansão ou que sua expansão é superior à média mundial, podendo seu impacto ser potencializando, dependendo do desempenho evidenciado pelo valor das exportações do produto “i” do país “z” no período 1;
- c) efeito destino das exportações – responde que caso seja positivo o país “z” concentrou suas exportações em mercados que experimentaram maior dinamismo no período analisado e este resultado pode ter seu impacto potencializando, dependendo do desempenho evidenciado pelo valor das exportações do produto “i” do país “z” para o país “j” no período 1;
- d) efeito competitividade – responde a uma diferença entre o crescimento das exportações e o crescimento efetivo das exportações que seria a competitividade. Podendo representar ganhos de eficiência, visto que se relaciona as mudanças de preços relativos segundo Leamer e Stern (1970). E também está relacionado a fatores tais como mudanças tecnológicas e políticas públicas.

Segundo Fialho (2006, p.49) o modelo CMS é muito utilizado para verificar e avaliar a competitividade, porém possui restrições, entre estas é o fato de que diversos autores realizam a mensuração deste a partir da seleção dos parceiros “preferenciais” do país, ou seja, os países em que o país focal apresenta maior participação, principais consumidores (SEREIA, NOGUEIRA e CAMARA, 2002; ROCHA e MENDONÇA, 2004; MACHADO *et al*, 2006; CORONEL, MACHADO e CARVALHO, 2008; CORONEL, MACHADO e CARVALHO 2009; AMORIM, 2011; GRAMS *et al*, 2013).

A forma utilizada por esses autores evidencia aumento ou redução da participação de mercado, porém não significa competitividade, assim este trabalho se propõe a realizar a comparação com os países mais competitivos, evidenciado pelos principais exportadores

mundiais das indústrias têxtil e vestuário e não os principais consumidores das exportações das indústrias têxtil e vestuário brasileira. Feito isto pode evidenciar a posição brasileira diante dos principais concorrentes, assim como a esclarecimento sobre que aspectos estes se diferenciam do Brasil.

3.2.2 Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

Com o propósito de responder ao segundo objetivo específico de avaliar a vantagem comparativa revelada dos principais exportadores e Brasil para as indústrias têxtil e vestuário se utilizou o índice de vantagem comparativa revelada (IVCR). Este índice é bastante utilizado para avaliar a capacidade de competição de determinada indústria, setor, produto, região ou país. Foi adotado para o período de 1994 a 2011, afim de compreender a evolução desta vantagem.

Para Farina e Zylbersztajn (1998) o IVCR evidencia se a participação das exportações de determinado objeto de estudo é maior ou menor do que sua participação nas exportações totais em relação ao conjunto de referência, sendo uma forma útil de identificar vantagens e desvantagens comparativas de produtos selecionados.

O IVCR expressa o desempenho relativo de determinada indústria em relação ao fluxo de comércio, relacionando ao desempenho global do comércio para o país, com base no mesmo fluxo, que pode tanto ser exportação, importação ou comércio líquido (FARINA E ZYLBERSTAJN, 1998).

Desta forma este trabalho irá mensurar a vantagem comparativa revelada dos principais exportadores e Brasil para as indústrias têxtil e vestuário para o período de 1994 a 2011. Tendo como variável elementar as exportações, pois segundo Hidalgo e Mata (2004) o IVCR deve ser calculado pelas exportações, assim será reduzido o impacto de restrições oriundas de políticas protecionistas que é o principal motivo do descarte da utilização das importações.

Portanto, para o cálculo do IVCR se usa a definição de Balassa (1965), segundo a fórmula:

$$IVCR_{iy} = \{(X_{iy} / X_{ty}) / (X_{im} / X_{tm})\}$$

Onde:

IVCR_{iy} = Índice de vantagem comparativa revelada da indústria “i” do país “y”;

X_{iy} = Valor das exportações da indústria “i” do país “y”;

X_{ty} = Valor das exportações de “t” do país “y”;

X_{im} = Valor das exportações da indústria “i” dos países “m”;

X_{tm} = Valor das exportações de “t” dos países “m”.

Entendendo neste trabalho o “i” como a indústria têxtil ou vestuário; “t” é o valor de todas as mercadorias que foram exportadas; “m” são todos os países; e país “y” é cada um dos dez maiores exportadores da indústria “i” e o Brasil (TABELA 1).

O resultado do IVCR demonstra se o país “y” possui vantagem ou desvantagem comparativa para a indústria “i”, pois parte do pressuposto de que o país “y” possui uma tendência em se especializar nas exportações de produtos que ofereçam vantagens competitivas, confrontando sua participação na pauta exportadora nacional e mundial. Segundo Barbosa e Waquil (2001), índice acima da unidade ($IVCR > 1$) indica que a indústria em estudo possui uma vantagem comparativa, mas se obtendo valores abaixo da unidade ($IVCR < 1$), o país apresenta uma desvantagem comparativa revelada. De acordo com Carvalho *et al.* (2011) quanto maior o valor do índice, maior será a capacidade que determinado setor terá para competir no mercado internacional, assim estas são as primícias quanto ao construto básico do IVCR elaborado por Balassa (1965).

No entanto o IVCR incorre em uma dupla contagem da indústria “i” no total do país “y” e do país “y” no total do mundo. Para resolver esse problema é sugerido a aplicação do índice de vantagem comparativa revelada de Vollrath ($IVCR\#$), que pode ser expresso pela seguinte equação:

$$IVCR\# = \frac{\frac{X_{iy}}{[\sum_y X_{iy}] - X_{iy}}}{\frac{[\sum_y X_{iy}] - X_{iy}}{[(\sum_y \sum_i X_{iy}) - (\sum_y X_{iy})] - [(\sum_i X_{iy}) - X_{iy}]}}$$

Onde:

$IVCR\#$ = Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath;

X_{iy} = Valor das exportações da indústria “i” do país “y”;

$\sum_i X_{iy}$ = Valor de todas as mercadorias exportadas do país “y”;

$\sum_y X_{iy}$ = Valor das exportações da indústria “i” para todos os países;

$\sum_y \sum_i X_{iy}$ = Valor de todas as mercadorias exportadas para todos os países.

Entendendo neste trabalho o “i” como a indústria têxtil ou vestuário; e país “y” como os dez maiores exportadores da indústria “i” mais o Brasil (TABELA 2).

A interpretação dos resultados gerados pelo índice de Balassa, ajustado por Vollrath (1991) é o mesmo do IVCR no que tange ao valor do indicador de IVCR# nos aspectos da interpretação do índice como citado por Barbosa e Waquil (2001) em que possui vantagem aquela indústria que apresentar índice maior do que a unidade.

No entanto, de acordo com Laursen (1998), este indicador original de Balassa (1965) possui outra uma desvantagem de uso: seus valores de resultados são assimétricos. Caso um país “y” obtenha a vantagem comparativa, o IVCR assumirá um valor entre $[1, \infty[$ e caso haja desvantagem, o intervalo do valor ficará entre um valor de $[-1,1]$. Nota-se, portanto, uma assimetria no intervalo desses valores. Para superar esta deficiência do ponto de vista da sua interpretação o autor Laursen (1998) introduziu um índice normalizado que é o Índice de Vantagem Comparativa Revelada Simétrico (IVCRS). Caso o resultado desse indicador esteja no intervalo entre $[0,1]$ a indústria terá vantagem comparativa. Se o resultado ocorrer no intervalo de $[-1,0]$, a indústria apresentará desvantagem comparativa revelada. Logo, o índice de Laursen (1998) é calculado pela expressão abaixo:

$$IVCRS_{ij} = \frac{(IVCR_{ij} - 1)}{(IVCR_{ij} + 1)}$$

Onde:

$IVCRS_{iy}$ = Índice de vantagem comparativa revelada simétrica da indústria “i” do país “y”; e
 $IVCR_{iy}$ = Índice de vantagem comparativa revelada da indústria “i” do país “y”.

Entendendo neste trabalho o “i” como a indústria têxtil ou vestuário; e país “y” como os dez maiores exportadores da indústria “i” mais o Brasil (TABELA 2).

Apesar desta correção da dupla contagem de Vollrath (1991) e da “normalização” feita por Laursen (1998) existem outras contribuições como a de Amador, Cabral e Maria (2006) ao IVCR de Balassa (1965). O presente trabalho fará uso dos ajustes realizados por Vollrath e Laursen, pois não se limita a somente ordenar os países numa determinada indústria “i”. Estes trabalhos têm ampla aceitação, visto a vasta utilização como apresentado na presente seção. Desta forma o presente trabalho também busca compreender a evolução dos principais exportadores mundiais para subsidiar a compreensão da inserção brasileira nesta e entender as fontes de competitividade destes.

Como explicitado como restrição ao *Constant-Market-Share* (CMS) este indicador por também se tratar de ser um modelo *ex-post* não permitem estabelecer relações diretas de causalidade. Apesar de eliminar algumas limitações que são inerentes às relações comerciais, como exemplo das tarifas sobre importação, ainda existem outros complicadores que podem influenciar o comércio, assim como o resultado dos indicadores, como subsídios às exportações, poder de mercado, desalinhamento cambial e outras que afetam a mensuração da vantagem comparativa revelada. Essas limitações aparecem uma vez que esses indicadores estão associados a fatores estruturais do processo produtivo, como por exemplo, custos relativos de produção. Por conseguinte, se explanará sobre os 12 pilares da competitividade.

3.2.3 Os 12 pilares da Competitividade: Relatório da Competitividade Global (RCG)

Para responder ao terceiro e último objetivo específico de comparar a competitividade das indústrias têxtil e vestuário mundiais com a competitividade brasileira se utiliza os 12 pilares da competitividade para explicar qual a fonte da competitividade.

Esta proposta se coloca com escopo diferente dos objetivos anteriores que eram de nível microeconômico, assim como os indicadores utilizados para respondê-los, respectivamente, CMS e IVCR.

Nesta seção será tratado os fatores macroeconômicos, que impactam, por exemplo, a capacidade de elevar o bem-estar geral de seus habitantes, o que seria fruto de escolhas políticas, se tratando de escolhas políticas que alavancam, ou restringem sua expansão internacional, assim como externalidades a competitividade (FAJNZYLBER, 1988; CHUDNOVSKY e PORTA, 1990; e COUTINHO e FERRAZ, 1994).

Sendo caracterizado como potencial, ou pela eficiência (*ex-ante*), pois de acordo com Haguenuer (1989), Kupfer (1993), e Ferraz, Kupfer e Haguenuer (1996) a metodologia para mensuração da competitividade, também conhecida pela ótica da eficiência trata a competitividade como uma possibilidade potencial, atribuindo à competitividade, uma condição “*ex-ante*”.

De acordo com Fajnzylber (1989), o conceito de competitividade autêntica e espúria, explica que a competitividade pode ser distinguida por duas modalidades, que vão de acordo com as fontes que as originam, podendo uma ser denominada como competitividade espúria (baseada em baixos salários, manipulação da taxa de câmbio, subsídios concedidos

pelo governo, excessivo apoio estatal, abundância de recursos naturais, depredação do meio ambiente, e/ou quanto ao nível de exploração da força de trabalho), e a competitividade autêntica (baseada em fatores, como diferencial tecnológico, escala e eficiência), ou seja, dependente de fatores macroeconômicos, conforme Chudnovsky e Porta (1990).

O que nos pilares da competitividade é possível compreender a competitividade nacional, que segundo Schwab e Porter (2008) levam em consideração o nível de desenvolvimento dos países, avaliando: instituições, infraestrutura, macroeconomia, saúde e educação primária, educação superior e treinamento, eficiência do mercado (bens, mão-de-obra, financeiro), aptidão tecnológica, tamanho do mercado, sofisticação do negócio e inovação que definiriam a competitividade de uma nação, isto é, sua capacidade de crescimento futura.

Desta forma os 12 pilares da competitividade apresentam uma série de fatores que subsidia a compreensão das fontes de competitividade do país, permitindo relacionar com o desempenho apresentado pelo CMS e IVCR.

A escolha do índice publicado pelo Fórum Econômico Mundial (FEM) se deu pela sua estrutura métrica, periodicidade da publicação e, principalmente, pelo número de países envolvidos na pesquisa. Esta base foi selecionada por apresentar uma amostra maior do que outras bases como a do UNIDO que apresenta 100 países, pois esta apresenta uma base de dados para 142 países, além disso, como afirma Carvalho, Serio e Vasconcellos (2012) este tem ganhado destaque pela sua composição estrutural e periodicidade passando a ser o mais utilizado dentre estes relatórios globais da competitividade dos países.

O Relatório da Competitividade Global (RCG) além de promover um instrumento a ser observado como ferramenta de *benchmarking* tem como objetivo diferenciar aspectos promotores da competitividade entre os países com diferentes estágios de desenvolvimento, avaliando estes últimos é possível compreender as melhorias sucessivas em que as economias encontram para cada vez mais serem mais “produtivas e competitivas”. Assim, o processo de desenvolvimento econômico envolve estágios.

Para os países que se encontram entre os estágios, os pesos vão mudando aos poucos na medida do grau de desenvolvimento do país. Desta forma os 12 pilares da competitividade estão representados e definidos na figura abaixo (FIGURA 4).

Figura 4 - Os 12 pilares da competitividade.

Grupos ou Estágios	Pilares	Descrição
Requisitos Básicos	1. Instituições	Referem-se à transparência, grau de corrupção e eficiência do setor público, proteção a direitos de prosperidade, qualidade da segurança pública, além da ética das empresas, e eficácia das auditorias e padrões contábeis do setor privado.
	2. Infraestrutura	Relacionado à qualidade da infraestrutura de transportes, comunicação e de fornecimento de energia.
	3. Estabilidade Macroeconômica	Refere-se ao nível de endividamento, inflação, contas públicas e <i>spread</i> bancário.
	4. Saúde e Educação primária	Refere-se à incidência de doenças e seus impactos na economia, a expectativa de vida e a abrangência do sistema educacional primário.
Propulsores da Eficiência	5. Educação Superior e Treinamento	Refere-se à abrangência e qualidade do sistema educacional nos níveis secundário e terciário, além dos serviços de treinamento e pesquisa especializados.
	6. Eficiência do Mercado de Bens	Refere-se ao impacto das regulamentações governamentais na atividade empresarial privada e as características competitivas do ambiente empresarial.
	7. Eficiência do Mercado de Trabalho	Reflete o grau de flexibilidade das leis do trabalho e as práticas de meritocracia adotada nas empresas.
	8. Sofisticação do Mercado Financeiro	Avalia a qualidade do mercado bancário e a disponibilidade no país de marcos regulatório, práticas e recursos que facilitem o acesso a capital por empresas do setor privado.
	9. Prontidão Tecnológica	Relacionada à difusão de novas tecnologias nas empresas e na sociedade
	10. Tamanho do Mercado	Refere-se ao tamanho do mercado pelo qual as empresas se orientam
Inovação e sofisticação empresarial	11. Sofisticação dos Negócios	Relacionado à qualidade e quantidade de fornecedores locais, as práticas empresariais e a natureza da vantagem competitiva das firmas.
	12. Inovação	Refere-se à capacidade inovativa da economia

Fonte: Adaptado do FEM (2013)

Os pilares apresentados, conforme FEM (2013), representam as variáveis e subíndices que compõem cada um dos 12 pilares da competitividade. Quanto a classificação dos países entre os estágios para o ano de 2012, consulte o ANEXO A.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

Apesar de existir programas/políticas com a proposta de promover a competitividade na economia brasileira, agora mais inserida em uma economia aberta, globalizada e competitiva, o que ocorre é que mesmo com a transição possibilitada pelo ATV, assim como pelo efeito plano real e programas como, por exemplo, o Brasil Competitivo, as indústrias têxtil e vestuário não respondem ao suporte oferecido e sofre o impacto da concorrência por não ter se tornado competitivo durante a “sorte temporal”.

Observando a pauta de comércio internacional se visualiza a ascensão continua das *commodities* combustíveis e minérios, enquanto todas as demais apresentam queda de participação para todo o período. A pauta de comércio mundial continua possuindo como principal produto os manufaturados que representam aproximadamente 3/5 das exportações mundiais (TABELA 4).

Tabela 1 - Estrutura e evolução do comércio mundial das exportações para o período analisado. Em valores percentuais (%).

Pauta	Subperíodo I	Subperíodo II	Subperíodo III	I-II (%)	II-III (%)	I-III (%)
Produtos Agrícolas	11,00%	8,89%	8,58%	-19,18%	-3,44%	-21,99%
Combustíveis e minérios	10,73%	12,65%	19,77%	17,83%	56,30%	84,17%
Manufaturas	66,39%	67,45%	62,01%	1,60%	-8,07%	-6,61%
Indústria Têxtil	2,86%	2,33%	1,68%	-18,59%	-27,62%	-41,08%
Indústria de Vestuário	3,19%	3,06%	2,41%	-4,09%	-21,31%	-24,53%
Outros	5,82%	5,63%	5,55%	-3,41%	-1,33%	-4,70%
Total	100%	100%	100%			

* Subperíodo I - 94 a 98; Subperíodo II - 99 a 04; e Subperíodo III - 05 a 11.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados na SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

A pauta de comércio brasileiro também apresentou crescimento da *commodity* combustíveis e minérios, porém percentual superior ao mundial, podendo sinalizar ganho de competitividade, ou tendência de especialização, ou conjuntura favorável. Passando a representar 1/5 do produtos exportados pelo Brasil, que quando somado aos produtos agrícolas representa mais da metade da pauta exportada pelo Brasil, porém apesar de já possuir uma pauta diferente do comércio mundial, por ser dominada pelos produtos agrícolas, combustíveis e minérios apresentaram queda superior a mundial na participação das *commodities* (TABELA 5).

Tabela 2 - Estrutura e evolução do comércio Brasileiro das exportações para o período analisado. Em valores percentuais (%).

Pauta	Subperíodo I	Subperíodo II	Subperíodo III	I-II (%)	II-III (%)	I-III (%)
Produtos Agrícolas	40,64%	33,67%	34,45%	-17,16%	2,31%	-15,24%
Combustíveis e minérios	8,22%	9,17%	19,47%	11,67%	112,19%	136,95%
Manufaturas	33,28%	28,78%	24,97%	-13,54%	-13,22%	-24,97%
Indústria Têxtil	1,72%	1,31%	1,03%	-23,56%	-21,50%	-39,99%
Indústria de Vestuário	1,05%	0,85%	0,30%	-18,54%	-65,19%	-71,64%
Outros	15,09%	26,21%	19,78%	73,68%	-24,52%	31,09%
Total	100%	100%	100%			

* Subperíodo I - 94 a 98; Subperíodo II - 99 a 04; e Subperíodo III - 05 a 11.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados na SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

A indústria brasileira está na descendente, estando no sentido inverso ao das economias emergentes, como as asiáticas, que se tornam o principal parceiro comercial das importações brasileiras, assim como das indústrias têxtil e vestuário. O Brasil, apesar de apresentar tendência semelhante ao comércio internacional, ainda apresentou queda superior a mundial, podendo evidenciar sinais de desindustrialização de sua pauta comercial, comparando as *commodities* mundiais.

Fazendo um comparativo entre as tabelas 4 e 5 o comércio brasileiro apresentou um maior crescimento das *commodities* (combustíveis e minérios), todavia o destaque, negativo, se deve as indústrias têxtil e vestuário que demonstraram queda de participação no valor comercializado geral, porém no caso brasileiro se têm a ênfase a indústria de vestuário que apresentou queda superior (-72%), tabela 5, se comparado a apresentada pelo comércio internacional (-25%), tabela 4, enquanto que a indústria têxtil brasileira apresentou desempenho (-40%), tabela 5, semelhante ao evidenciado pelo comércio internacional (-42%), tabela 4.

Ainda analisando as tabelas 4 e 5, o Brasil experimentou um crescimento significativo (136%), tabela 5, na participação dos combustíveis e minérios em sua pauta. Agora será destacado a tabela 6, aonde será apresentado a evolução da participação dos produtos brasileiros e mundiais em suas respectivas pautas de exportação.

Tabela 3 - Evolução da pauta das exportações do Brasil e Mundo. Anos de 1994 a 2011. Em valores percentuais (%).

Anos	Produtos Agrícolas		Combustíveis e minérios		Manufaturas		Indústria Têxtil		Indústria de Vestuário		Outras	
	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo	Brasil	Mundo
1994	39,2%	11,6%	8,4%	10,9%	32,9%	65,3%	1,8%	3,0%	1,4%	3,3%	16,3%	5,9%
1995	40,1%	11,4%	7,7%	10,6%	31,7%	66,0%	2,0%	2,9%	1,1%	3,1%	17,3%	6,0%
1996	39,9%	11,2%	8,0%	11,5%	31,5%	65,4%	1,7%	2,8%	1,0%	3,1%	18,0%	6,0%
1997	45,9%	10,7%	8,4%	11,4%	36,6%	66,1%	1,8%	2,8%	1,0%	3,2%	6,3%	5,8%
1998	38,3%	10,3%	8,5%	9,2%	33,7%	68,8%	1,4%	2,7%	0,8%	3,4%	17,3%	5,5%
1999	39,3%	9,6%	8,1%	10,3%	32,0%	68,8%	1,3%	2,6%	0,8%	3,2%	18,4%	5,5%
2000	34,0%	8,5%	8,8%	13,2%	35,3%	67,2%	1,2%	2,4%	1,0%	3,1%	19,7%	5,6%
2001	36,7%	8,9%	10,1%	12,5%	31,8%	67,4%	1,3%	2,4%	0,9%	3,1%	19,1%	5,7%
2002	37,6%	9,0%	11,4%	12,0%	30,6%	67,7%	1,1%	2,4%	0,8%	3,1%	18,3%	5,7%
2003	38,5%	9,0%	11,5%	12,8%	30,1%	67,2%	1,4%	2,3%	0,9%	3,1%	17,7%	5,7%
2004	37,7%	8,5%	11,3%	14,1%	32,0%	66,9%	1,4%	2,1%	0,8%	2,8%	16,9%	5,6%
2005	34,5%	8,1%	14,1%	17,2%	31,4%	64,9%	1,2%	1,9%	0,6%	2,6%	18,2%	5,2%
2006	35,1%	7,8%	16,1%	19,0%	29,4%	63,6%	1,1%	1,8%	0,5%	2,6%	17,9%	5,2%
2007	35,9%	8,1%	17,1%	18,9%	29,3%	63,6%	1,1%	1,7%	0,4%	2,5%	16,2%	5,2%
2008	35,5%	8,3%	20,1%	21,8%	28,0%	60,8%	0,9%	1,5%	0,3%	2,3%	15,2%	5,3%
2009	41,0%	9,4%	19,5%	18,0%	24,2%	62,4%	1,0%	1,7%	0,2%	2,5%	14,1%	6,0%
2010	36,7%	8,9%	26,1%	19,6%	22,9%	61,5%	0,9%	1,6%	0,2%	2,3%	13,2%	5,9%
2011	36,0%	9,1%	28,6%	22,0%	21,7%	59,2%	1,1%	1,6%	0,1%	2,3%	12,5%	5,9%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

A tabela 6 permite identificar uma ascensão da participação percentual de 8% para 28%, das *commodities* (combustíveis e minérios) na pauta comercial brasileira para o período analisado. Isto é explicado, “parcialmente”, pela redução da importância das manufaturas que passaram de 33% para 22%, queda de 10 pontos percentuais, que se somados a queda das indústrias têxtil e vestuário evidencia a desindustrialização da pauta comercial brasileira, seguindo a contramão do mundo.

Apesar de que a indústria têxtil mundial tenha reduzido sua participação pela metade no comércio mundial, a brasileira reduziu a uma velocidade menor, no entanto a indústria de vestuário caiu acentuadamente, passando de uma participação de 1,4% para 0,1%, enquanto que a indústria de vestuário mundial caiu de 3,3% para 2,3%, tabela 6.

As tendências de comércio internacional entre Brasil e Mundo indicam que o Brasil permanecerá tendo como principal pauta de exportações os produtos agrícolas. Em 2º lugar, inicialmente, se observa a participação das manufaturas, que passa a perder continuamente participação ao longo dos anos, tanto que a partir de 2010 passou a ser a 3ª principal grupo de produtos exportado, pois esta posição passou a ser ocupada pela ascendente grupo de produtos que são os combustíveis e minérios que teve grande

crescimento na participação das exportações brasileiras passando de 4ª para 2ª. A indústria têxtil e de vestuário vem perdendo participação do que já era mínima, ou seja, representava aproximadamente 3% passou a representar ao término 1%, tabela 6.

O grupo de produtos exportados com maior participação na pauta de comércio mundial é das manufaturas, estando em 1º lugar durante todo o período e representando 3/5 do valor comercializado, seguida pelos combustíveis e minérios que passa a ser a 2ª *commodity* mais importante a partir de 1996, ultrapassando os produtos agrícolas que passam a ser o 3º mais importante, enquanto que a indústria têxtil e de vestuário perde participação durante o período.

Com isto se observa a queda acentuada da manufatura brasileira, o que leva ao questionamento se o Brasil está se desindustrializando, isto se indaga pela queda de 10 pontos percentuais na participação da manufatura brasileira, apesar de a mundial ter caído 5%, ainda representa 60% do comércio mundial, enquanto que representa apenas 20% da pauta brasileira, assim isto demonstra o contraste entre a pauta mundial e a brasileira e está perda de participação também foi seguida pela indústria têxtil e de vestuário brasileira e mundial, mas especificamente a indústria de vestuário.

A partir destas observações se passa a comparar a evolução das exportações das indústrias objeto de estudo, indústrias têxtil e vestuário, separadamente, e se observa um descompasso entre o apresentado no comércio entre as exportações mundiais e as brasileiras, pois enquanto no comércio mundial a indústria têxtil cresceu aproximadamente 60,08%, a indústria têxtil brasileira cresceu 123,16%, quando se observa a indústria de vestuário o desempenho é inverso, pois o comércio mundial de vestuário cresceu aproximadamente 105,05%, enquanto a indústria de vestuário brasileira cresceu somente 5,46% no período (TABELA 7).

Tabela 4 – Evolução das exportações mundiais e brasileiras das indústrias têxtil e vestuário entre os períodos observados. Em valores percentuais (%).

Indústrias	Exportações	Período 1	Período 2	Período 3
Têxtil	Brasileiras	5,99%	110,56%	123,16%
	Mundiais	8,75%	47,20%	60,08%
Vestuário	Brasileiras	12,94%	-6,63%	5,46%
	Mundiais	28,12%	60,05%	105,05%

*Período referente a diferença entre as médias do subperíodo II (1999-2004) e subperíodo I (1994-1998)

**Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo II (1999-2004)

***Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo I (1994-1998)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

O Brasil aumentou suas exportações de têxteis a uma taxa superior a apresentada pelo comércio mundial da indústria têxtil, porém a indústria de vestuário mundial inverte esta situação em comparação a de vestuário brasileira. Então existe dissonância entre as indústrias têxtil e vestuário brasileira.

Apesar deste resultado negativo nas indústrias têxtil e vestuário brasileiro, mas especificamente a de vestuário, porém esta é importante para economia brasileira. Observa-se que seu impacto na indústria de transformação é relevante, pois enquanto o número de estabelecimentos da indústria têxtil diminuiu no período o da indústria de vestuário mais do que duplicou no período, seguindo trajetória semelhante no pessoal ocupado, porém ao observar o valor da transformação industrial o que se observa é que o valor da transformação industrial da indústria têxtil reduziu pela metade, enquanto que o da indústria de vestuário se manteve na margem (TABELA 8).

Tabela 5 - Evolução percentual da participação das indústrias têxtil e vestuário no número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da transformação industrial para a indústria de transformação. Anos de 1994 a 2010. Em valores percentuais (%).

Variáveis	Indústria	Subperíodo I	Subperíodo II	Subperíodo III	II-I/I (%)	III-II/ II (%)	III-I/I (%)
Estabelecimentos	Têxtil	4,56%	3,55%	3,50%	22,15%	-1,41%	-23,25%
	Vestuário	12,84%	16,95%	18,73%	32,01%	10,50%	45,87%
Pessoal Ocupado	Têxtil	6,08%	5,15%	4,40%	15,30%	-14,56%	-27,63%
	Vestuário	11,58%	14,50%	14,03%	25,22%	-3,24%	21,16%
Valor da Transformação Industrial	Têxtil	3,54%	2,72%	2,00%	23,16%	-26,47%	-43,50%
	Vestuário	4,18%	3,88%	3,67%	-7,18%	-5,41%	-12,20%

*Subperíodo I - 94 a 98; Subperíodo II - 99 a 04; e Subperíodo III - 05 a 11.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no SIDRA/IBGE (2013)

Buscando compreender a razão da queda das exportações, percebe-se que isto não é refletido no número de estabelecimento ou pessoal ocupado. Assim considera-se as características deste setor, que diferente do têxtil é intensivo em mão-de-obra, apresenta menores barreiras à entrada e possui pulverizada número de empresas entre MPEs.

Agora será apresentado a tabela 9 aonde será analisado a relação valor/peso e valor/quantidade para compreender as evidências levantadas até o momento.

Tabela 6 - Relação valor/peso e valor/quantidade da indústria têxtil e de vestuário para o período de 1994 a 2011.

Anos	Valor/Peso		Valor/Quantidade	
	Indústria têxtil	Indústria de vestuário	Indústria têxtil	Indústria de vestuário
1994	2,66	11,20	5,94	13,06
1995	2,85	12,22	6,41	16,74
1996	3,35	12,14	7,13	12,89
1997	3,23	11,81	8,07	20,94
1998	3,03	11,09	7,11	16,75
1999	2,69	9,64	5,87	13,80
2000	2,45	9,29	4,93	10,70
2001	1,96	8,56	4,88	10,76
2002	1,82	7,86	5,95	13,17
2003	1,88	7,80	5,19	13,08
2004	1,95	8,33	6,01	16,31
2005	1,97	8,33	7,47	20,69
2006	2,22	8,92	8,54	26,00
2007	2,21	8,90	9,73	32,39
2008	2,19	9,59	10,63	41,46
2009	2,01	9,53	8,82	39,51
2010	2,44	10,79	9,68	49,14
2011	2,70	16,16	7,51	65,82
Média	2,42	10,12	7,22	24,07

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da SECEX/ALICE (2013)

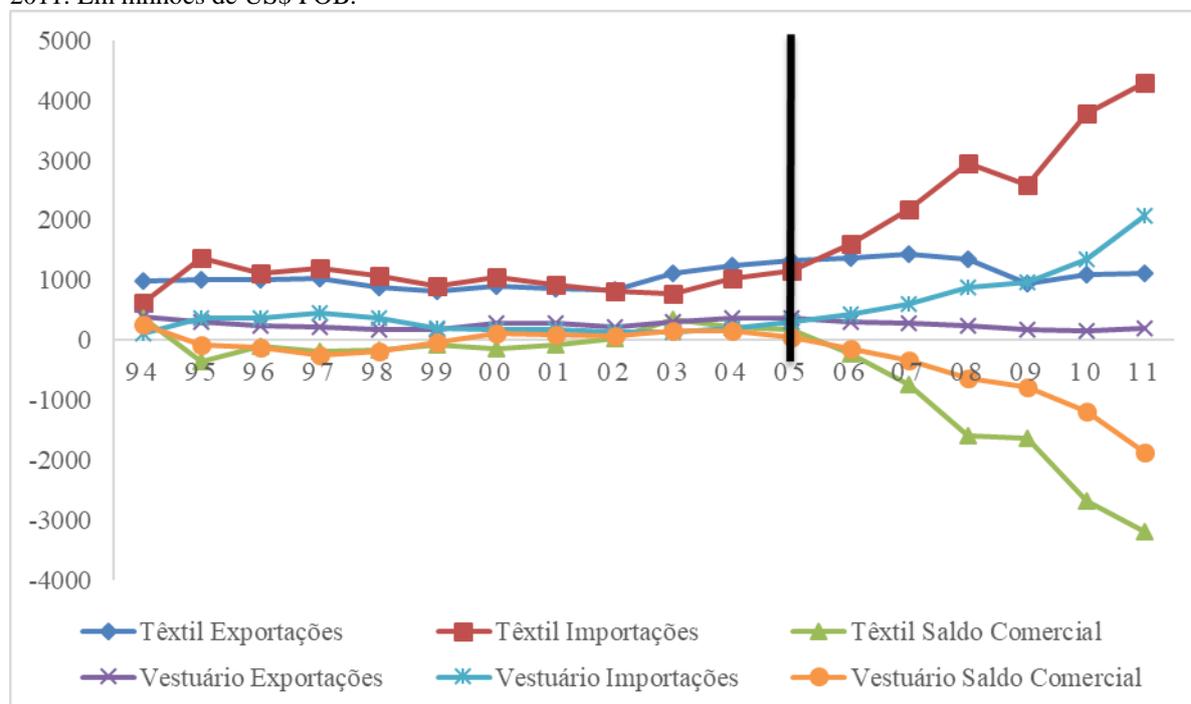
Na tabela 9 o que observa-se é que mesmo com as sinalizações apresentadas pelos dados referentes a razão valor / peso ou quantidade exportada não justificam o desempenho, pois se manteve na média para a indústria têxtil, assim como para a indústria de vestuário que apresentou significativa melhora nos anos finais, pois a relação valor/quantidade para a indústria de vestuário chegou a quadruplicar em 2011.

Este aumento acentuado do valor unitário exportado no sentido inverso do volume exportado quanto a indústria de vestuário pode sinalizar uma mudança de competição baseado em preço para qualidade/moda, ou seja, que está agregando valor, ou que a redução acentuada da participação na pauta e o crescimento mínimo das exportações signifique elevação do preço médio dos produtos.

A indústria trabalha, conforme Belik (1998), sem um entendimento suficiente do conceito “moda”, questão essencial para a obtenção de competitividade e conhecimento do seu mercado para realizar mais exportações. Desta forma se compreende que o Brasil não se equacionou entre “preços” ou “moda”, enquanto que os países asiáticos optaram por “preço” e os desenvolvidos por “moda”.

Para compreender esta situação é importante compreender o mercado internacional e o desempenho brasileiro neste contexto, a fim de observar a evolução do comércio internacional brasileiro para as indústrias têxtil e vestuário, tanto exportações como importações para entender a piora significativa a partir do final do ATV (FIGURA 6).

Figura 6 - Evolução do comércio brasileiro da indústria têxtil e de vestuário e seu saldo comercial. Anos 1994 a 2011. Em milhões de US\$ FOB.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da OMC/TIME SERIES (2013).

Nestes últimos anos para o desempenho das exportações brasileiras o que se observa é que cresceram nos últimos anos, porém mesmo que ao longo dos anos as exportações brasileiras tenham aumentado, porém não na mesma proporção que as importações como pode se observa que a partir de 2005, coincidindo com o período do final do ATV que passa a apresentar déficits crescentes.

Diante do avanço dos produtos têxteis e de vestuário importados no Brasil e mundo, a ABIT apresentou um pedido de salvaguardas para o setor, apresentado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2011). Esta solução apresentada pelo ABIT não é uma resposta ótima, mas é ilusória para a indústria, pois conforme Tribuna do Norte (2013) o que queria era um Regime Tributário Diferenciado para a Área.

O Brasil não convergiu com os fundamentos de competitividade de Porter (2004), não surpreende a falta de representatividade deste, pois mesmo apresentando maiores margens

de lucro, viabilizadas por políticas industriais protecionistas, somado a uma política de concessão de incentivos fiscais ou “guerra fiscal” que até estimulavam as empresas com mais postos de trabalhos, a deslocarem suas plantas industriais às regiões com ofertas de mão-de-obra a custos mais acessíveis, notadamente gerou novos polos nacionais de produção, porém estes deslocamentos não conferiram competitividade à indústria brasileira no comércio internacional, assim se caracterizando como estratégia de competitividade espúria, segundo Fajnzilber (1989).

Quanto a indústria de vestuário o que se observa é que nesta última década se apresenta perdas significativas de participação nas exportações, pois além de aumentar significativamente suas importações está ainda teve suas exportações reduzidas pela metade, apesar de apresentar uma tendência ascendente para o período de 1999 a 2005 que representa o último período da vigência do ATV, rompendo com a tendência decrescente apresentada durante o primeiro subperíodo, 1994 a 1998, mas posterior a 2005, coincidindo com o término do ATV, retorna a uma queda acentuada para o período recente, passando ao final do período apresentar a perda de aproximadamente 50% das exportações (TABELA 13).

Tabela **Erro! Indicador não definido.** - Exportações e Importações brasileiras da Indústria Têxtil e de Vestuário. Anos 1994 a 2011. A preços correntes, milhões de US\$ FOB.

Subperíodo	Anos	Indústria Têxtil			Indústria de Vestuário		
		Exportações	Importações	Saldo Comercial	Exportações	Importações	Saldo Comercial
I	1994	986	624	362	381	118	263
	1995	999	1362	-363	298	372	-74
	1996	1007	1110	-103	248	371	-123
	1997	1022	1199	-177	211	451	-240
	1998	891	1063	-172	185	369	-184
II	1999	820	896	-76	173	206	-33
	2000	895	1045	-150	282	173	109
	2001	853	927	-74	283	188	95
	2002	842	808	34	224	144	80
	2003	1109	770	339	303	145	158
	2004	1248	1027	221	362	207	155
III	2005	1330	1159	171	365	309	56
	2006	1365	1599	-234	305	442	-137
	2007	1436	2183	-747	281	614	-333
	2008	1361	2947	-1586	252	883	-631
	2009	953	2584	-1631	173	963	-790
	2010	1094	3773	-2679	157	1355	-1198
	2011	1108	4303	-3195	193	2066	-1873

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados na SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

Concluída esta subseção percebe-se um cenário com a indústria têxtil e de vestuário brasileira perdendo relevância no mercado externo, mas ainda relevante para geração de empregos. É importante compreender que fatores estão influenciando este desempenho, além do fim das salvaguardas, ATV. Isto é o que será observado com a análise do Constant-Market-Share (CMS), IVCR e a análise dos 12 pilares.

4.2 Análise dos Indicadores de Competitividade

4.2.1 Constant-Market-Share (CMS)

A mensuração de indicadores baseados na competitividade revelada ou pelo desempenho, *ex-post*, inicialmente se mensura os efeitos internos e externos relacionados ao *Constant-Market-Share* (CMS) para posteriormente utilizar os índices de vantagem comparativa revelada e por fim os 12 pilares da competitividade, seguindo a ordem dos objetivos específicos.

Conforme explorado na metodologia a amostra dos 10 maiores exportadores e o Brasil, separadamente para a indústria têxtil e indústria de vestuário para o período de 1994 a 2011. Com relação ao primeiro objetivo específico que é o de verificar os efeitos internos e externos da competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileira se analisa as indústrias têxtil e vestuário, com base na competitividade do *Constant-Market-Share* (CMS).

O que se observa é que a partir da desagregação entre os períodos I, II e III que como apresentado na metodologia são marcados por eventos internacionais e nacionais que possibilitam verificar os efeitos internos e externos da competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileiro em que se observa basicamente que a indústria têxtil conseguiu resultado positivo quanto ao efeito competitividade, entendido como um resíduo, segundo Leamer e Stern (1970), durante todo o período, enquanto que a indústria de vestuário apresentou perda de competitividade durante o período (TABELA 14).

Tabela 7 - Efeitos internos e externos do *Constant-Market-Share* brasileiro segundo os principais exportadores mundiais das indústrias têxtil e vestuário.

Período	Indústria	Efeitos Internos		Efeitos Externos	
		Crescimento do Comércio Mundial	Composição da Pauta	Destino das Exportações	Competitividade
1*	Têxtil	96,13%	-1,22%	-2,06%	43,65%
	Vestuário		-0,16%	-13,14%	-18,39%
2**	Têxtil	61,45%	-0,44%	-9,09%	26,61%
	Vestuário		-0,22%	-0,25%	-6,84%
3***	Têxtil	65,54%	-0,71%	-7,78%	30,71%
	Vestuário		-0,26%	-3,06%	-9,82%

*Período referente a diferença entre as médias do subperíodo II (1999-2004) e subperíodo I (1994-1998)

**Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo II (1999-2004)

***Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo I (1994-1998)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

A análise da decomposição dos efeitos internos e externos do CMS possibilita compreender que para o período analisado, o período I representou para a indústria têxtil um ganho significativo de competitividade, o que pode ser entendido como ganhos de eficiência, ou crescimento efetivo das exportações em relação ao preço praticado pelo mercado, sendo o principal fator explicativo da taxa de crescimento positiva das exportações. Apesar de o crescimento do Comércio Mundial ser o principal fator explicativo da participação de mercado, porém a indústria de vestuário apresentou forte queda de competitividade para o mesmo período, o que colabora com as dúvidas ao analisar as tabelas 7 e 9 sobre as evidências de mesmo a indústria apresentando queda, ocorreu crescimento do número de estabelecimento, empregos e do valor agregado sobre as exportações.

Isto pode significar que o desempenho das exportações brasileiras de têxteis e vestuário está fortemente associado ao dinamismo do comércio internacional, visto que esse efeito superou a influência dos demais (composição da pauta, destino das exportações e competitividade) que foram negativos.

Como evidenciado na análise descritiva as indústrias em estudo confirmam as quedas de participação na pauta de comércio mundial, representando que o efeito externo quanto a composição de pauta do produto confirmar se trata de um produto em queda.

O efeito interno relativo ao destino das exportações por se tratar dos maiores exportadores evidencia que o país não apresenta um produto para competir com os principais produtores mundiais. Isto é relevante, pois ao caracterizar os principais exportadores de têxteis e vestuário, ou seja, concorrente de “classe mundial” sinalizará a necessidade de um

benchmarking, porém quando se analisa os parceiros comerciais do Brasil que importam os têxteis e vestuário, percebe-se que a maioria não são competitivos para a indústria em estudo, pois em sua maioria são parceiros regionais ou parceiros intra-industriais (TABELA 15).

Tabela 8 - Efeitos internos e externos do *Constant-Market-Share* brasileiro segundo os principais parceiros comerciais das exportações das indústrias têxtil e vestuário brasileira.

Período	Indústria	Efeitos Internos		Efeitos Externos	
		Crescimento do Comércio Mundial	Composição da Pauta	Destino das Exportações	Competitividade
1*	Têxtil	96,13%	-1,22%	49,57%	-7,99%
	Vestuário		-0,16%	7,67%	-39,21%
2**	Têxtil	61,45%	-0,44%	0,68%	16,85%
	Vestuário		-0,22%	-4,44%	-2,65%
3***	Têxtil	65,54%	-0,71%	9,91%	13,02%
	Vestuário		-0,26%	-3,73%	-9,15%

*Período referente a diferença entre as médias do subperíodo II (1999-2004) e subperíodo I (1994-1998)

**Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo II (1999-2004)

***Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo I (1994-1998)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

Quanto aos demais efeitos se pontua que o efeito composição da pauta foi negativa para ambas as indústrias demonstrando que estas indústrias vêm acompanhando a tendência global de perda de participação no comércio mundial e conseqüentemente brasileiro.

Por fim, o efeito competitividade evidencia que a única indústria que apresentou ganhos de competitividade foi a indústria têxtil, evidenciando que a indústria têxtil brasileira conseguiu elevar seus padrões de eficiência vigentes no resto do mundo, com base na tabela 8, ao se considerar a redução da utilização dos recursos, pois segundo o constructo do CMS este efeito competitividade pode estar relacionado a mudanças nos preços relativos (tabela 9).

Isto pode sinalizar que a indústria têxtil se reestruturou a base de capital físico e mudanças organizacionais, pois a indústria diminuiu o número de estabelecimentos e empregos (tabela 8), soma-se a característica de ser intensiva em capital físico, enquanto que a indústria de vestuário é intensiva em trabalho humano, além disso a indústria têxtil também pode ser caracterizada por um produto com maior grau de homogeneização, diferentemente do vestuário que possui um produto heterogêneo, desta forma a indústria têxtil conseguiu

apresentar um preço unitário com menores oscilações quando observado a relação valor/peso, diferentemente da indústria de vestuário que apresentou saltos (tabela 9).

Feito esta análise inicial e ciente das oscilações que caracterizam o IVCR é apresentado o IVCR comparado ao IVCR# e IVCRS, estes dois últimos buscam corrigir o erro de dupla contagem e normalizar a distribuição do IVCR que oscila entre $[0, \infty[$, respectivamente.

4.2.2 IVCR

Desta forma, pretende-se responder ao segundo objetivo específico de avaliar a vantagem comparativa revelada dos principais exportadores e Brasil para as indústrias têxtil e vestuário. A seguir (tabela 16) será calculado o IVCR tradicional de Balassa (1956), o índice de Volrath - IVCR# (1991), e o índice normalizado de Laursen – IVCRS (1998) para a indústria têxtil, sendo comentado a seguir. Após será analisado a indústria de vestuário.

Tabela 9 – Índice IVCR, IVCR# e IVCRS para os dez principais exportadores da indústria têxtil e o Brasil.

Países	IVCR			IVCR#			IVCRS		
	Período 1	Período 2	Período 3	Período 1	Período 2	Período 3	Período 1	Período 2	Período 3
China	2,899	2,669	2,897	0,091	0,067	0,052	0,485	0,455	0,486
Alemanha	0,900	0,771	0,708	0,026	0,018	0,012	-0,053	-0,130	-0,171
Índia	5,101	5,133	3,634	0,171	0,138	0,066	0,672	0,673	0,565
Itália	1,893	2,046	1,891	0,057	0,050	0,033	0,308	0,343	0,307
Estados Unidos	0,455	0,622	0,626	0,013	0,015	0,011	-0,375	-0,235	-0,232
Coréia do Sul	3,227	2,152	0,897	0,109	0,070	0,028	0,525	0,353	-0,061
Hong Kong	2,742	2,645	2,046	0,085	0,066	0,036	0,466	0,451	0,335
Taiwan (Formosa)	3,621	3,055	2,331	0,116	0,078	0,041	0,567	0,504	0,399
Turquia	4,300	5,102	4,816	0,140	0,136	0,089	0,621	0,672	0,656
Paquistão	18,337	20,807	23,054	1,107	0,953	0,651	0,897	0,908	0,917
Brasil	0,710	0,638	0,439	0,021	0,015	0,008	-0,170	-0,221	-0,398

*Período referente a diferença entre as médias do subperíodo II (1999-2004) e subperíodo I (1994-1998)

**Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo II (1999-2004)

***Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo I (1994-1998)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC (2013).

É possível observar que utilizando o índice de Volrath - IVCR# (1991), somente o Paquistão possui vantagem comparativa, enquanto que para o índice normalizado de Laursen – IVCRS (1998) se observa que Alemanha, Estados Unidos e Brasil apresentam desvantagem comparativa durante todo o período (TABELA 16).

Agora será analisado o comparativo dos dez principais exportadores de vestuário e o Brasil para saber qual o desempenho observado (TABELA 17).

Tabela 10 – Índices IVCR, IVCR# e IVCRS para os dez principais exportadores da indústria de vestuário e o Brasil.

Países	IVCR			IVCR#			IVCRS		
	Período 1	Período 2	Período 3	Período 1	Período 2	Período 3	Período 1	Período 2	Período 3
China	5,401	4,247	3,686	0,208	0,151	0,098	0,686	0,616	0,573
Hong Kong, China	3,981	3,659	3,055	0,146	0,127	0,081	0,598	0,569	0,501
Itália	1,959	1,823	1,936	0,067	0,059	0,049	0,323	0,292	0,319
Bangladesh	18,040	25,129	31,490	1,497	3,473	3,417	0,894	0,923	0,938
Alemanha	0,449	0,437	0,550	0,015	0,014	0,013	-0,381	-0,392	-0,292
Índia	4,240	3,925	2,672	0,157	0,139	0,070	0,618	0,590	0,448
Turquia	8,253	7,047	5,049	0,357	0,279	0,141	0,783	0,751	0,667
Vietnã	1,771	4,784	5,924	0,068	0,173	0,168	-0,348	0,649	0,711
França	0,582	0,566	0,790	0,019	0,018	0,020	-0,265	-0,278	-0,118
Espanha	0,465	0,640	1,076	0,015	0,020	0,027	-0,366	-0,223	0,028
Brasil	0,176	0,137	0,063	0,006	0,004	0,002	-0,705	-0,760	-0,882

*Período referente a diferença entre as médias do subperíodo II (1999-2004) e subperíodo I (1994-1998)

**Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo II (1999-2004)

***Período referente a diferença entre as médias do subperíodo III (2005-2011) e subperíodo I (1994-1998)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados da SECEX/ALICE/OMC/TIME SERIES (2013).

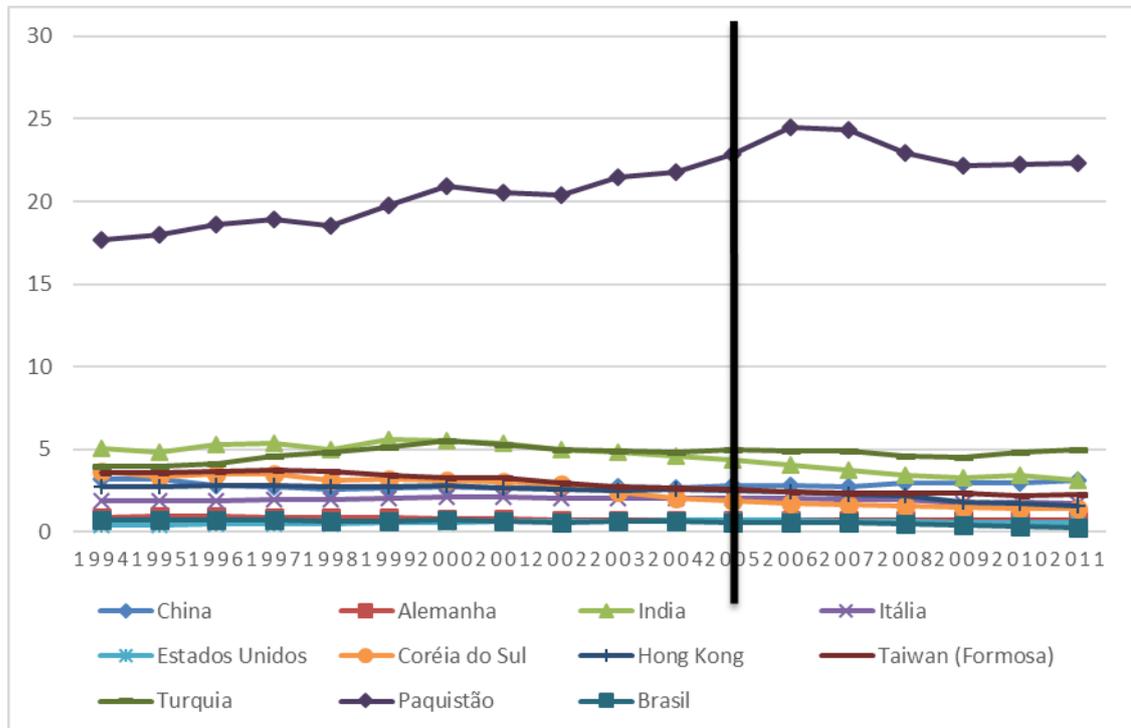
Observa-se que, neste caso, é Bangladesh que apresenta vantagem comparativa revelada segundo o índice de Volrath - IVCR# (1991) e que pelo índice normalizado de Laursen – IVCRS (1998) a Alemanha, França e Brasil apresentaram desvantagem comparativa durante todo o período, porém o Brasil conseguiu corresponde a soma da desvantagem dos demais citados para o período completo, ou seja, o Brasil apresentou a maior desvantagem comparativa para todo o período (TABELA 17).

Baseado nestes principais exportadores mundiais, tanto para a indústria têxtil ou vestuário se pode destacar a China, que é o maior exportador em ambas as indústrias e principalmente por ser o principal parceiro comercial do Brasil, assim se caracteriza como um exemplo emblemático e preocupante a indústria têxtil e de vestuário chinesa que representa a maior do mundo e com o maior *market-share*, mas que não está nos destaques quando se calcula o IVCR pelo fato de considerar a proporção do setor em análise em proporção a economia do país.

A competitividade com base no Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR), Índice de Vantagem Comparativa de Vollrath (IVCR#) e o Índice de Vantagem

Comparativa Simétrico (IVCRS). Desta forma é apresentado estes índices para os principais exportadores mundiais da indústria têxtil. Observa-se com o cálculo do IVCR que estes países já eram competitivos, mas com o final do Acordo de Têxteis e Vestuário em 2004, se finda as restrições ao comércio destas indústrias e se observa saltos de competitividade (FIGURA 7).

Figura 7 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada para os maiores exportadores da indústria têxtil mundial. Anos de 1994 a 2011.

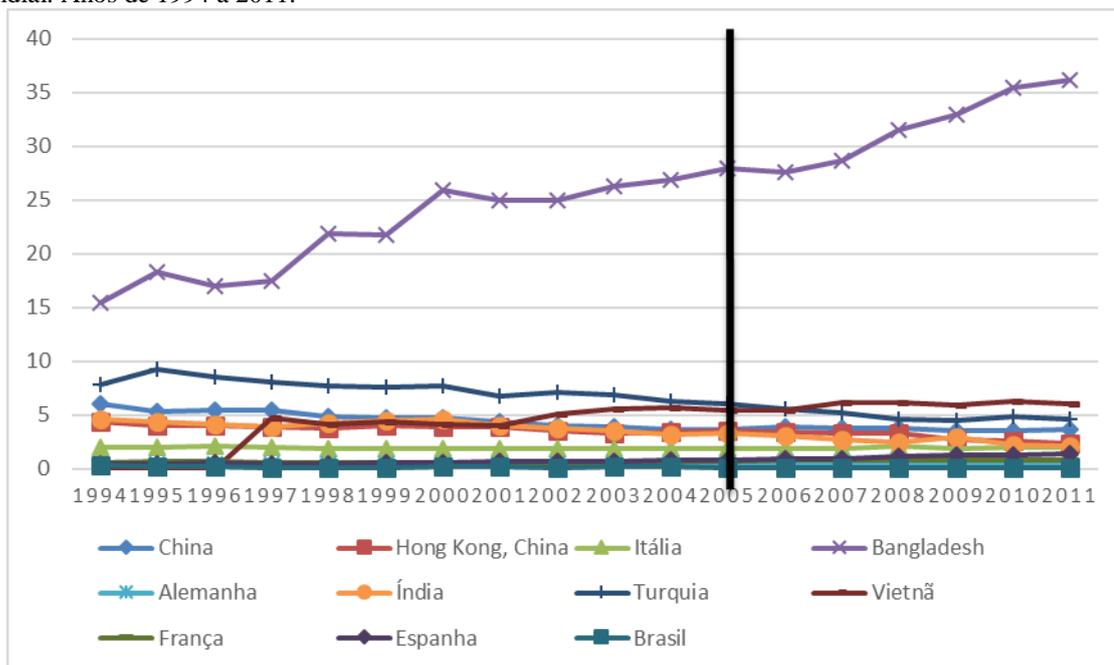


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações da OMC (2013)

A análise da figura 7 sinaliza que o principal beneficiado foi o Paquistão com o término do ATV para o caso da indústria têxtil, pois com o fim das restrições tarifárias vigentes apresentou uma alta variação do IVCR entre 2005 e 2006, mas voltou ao estágio similar ao de 2005 em 2009, mantendo este nos anos posteriores.

No caso da indústria de vestuário se observa a ascensão de Bangladesh durante todo o período analisado, mesmo antes do final do ATV, porém com o término desta a inclinação aumentou, enquanto que os demais países se mantiveram, ou oscilaram brevemente (FIGURA 8).

Figura 8 - Índice de Vantagem Comparativa Revelada para os maiores exportadores da indústria de vestuário mundial. Anos de 1994 a 2011.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações da OMC (2013)

Evidenciado que são os países que apresentam vantagem comparativa na próxima seção será analisado os motivos que levam a este resultado.

4.2.3 Os 12 Pilares da Competitividade

Até o momento as evidências destacam que quanto ao CMS o único efeito positivo foi evidenciado pelo ganho do resíduo de competitividade para a indústria têxtil. Acrescenta-se, ao comparar com principais parceiros, o efeito positivo do destino das exportações em que se mostrou parceiros não estagnados e ascensão no consumo de produtos têxteis.

Quando se realiza a relação do Brasil em comparação com os países que apresentaram vantagem comparativa revelada (IVCR#) no caso do vestuário foi Bangladesh (TABELA 18).

Tabela 11 – Os 12 pilares da competitividade para os cinco principais exportadores mundiais da indústria de vestuário para o ano de 2013. Em escores.

12 Pilares/ Países	China	Alemanha	Bangladesh	Itália	Hong Kong	Brasil
Instituições	4,22	5,31	3,2	3,56	5,53	3,78
Infraestrutura	4,46	6,36	2,22	5,19	6,72	4
Ambiente Macroeconômico	6,22	5,48	4,24	4,23	6,07	4,73
Educação primária e saúde	6,11	6,3	5,2	6,27	6,24	5,43
Treinamento e educação superior	4,32	5,8	2,88	4,73	5,26	4,27
Eficiência do mercado de bens	4,31	4,92	4,1	4,29	5,44	3,94
Eficiência do mercado de trabalho	4,6	4,51	3,91	3,72	5,65	4,39
Desenvolvimento do mercado financeiro	4,31	4,66	3,74	3,57	5,89	4,45
Disponibilidade Tecnológica	3,5	5,71	2,74	4,71	6,16	4,43
Tamanho do mercado	6,82	6,02	4,36	5,63	4,82	5,63
Sofisticação dos negócios	4,25	5,71	3,5	4,75	5,09	4,51
Inovação	3,85	5,42	2,47	3,73	4,37	3,42

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações coletadas na plataforma de dados do FEM (2013)

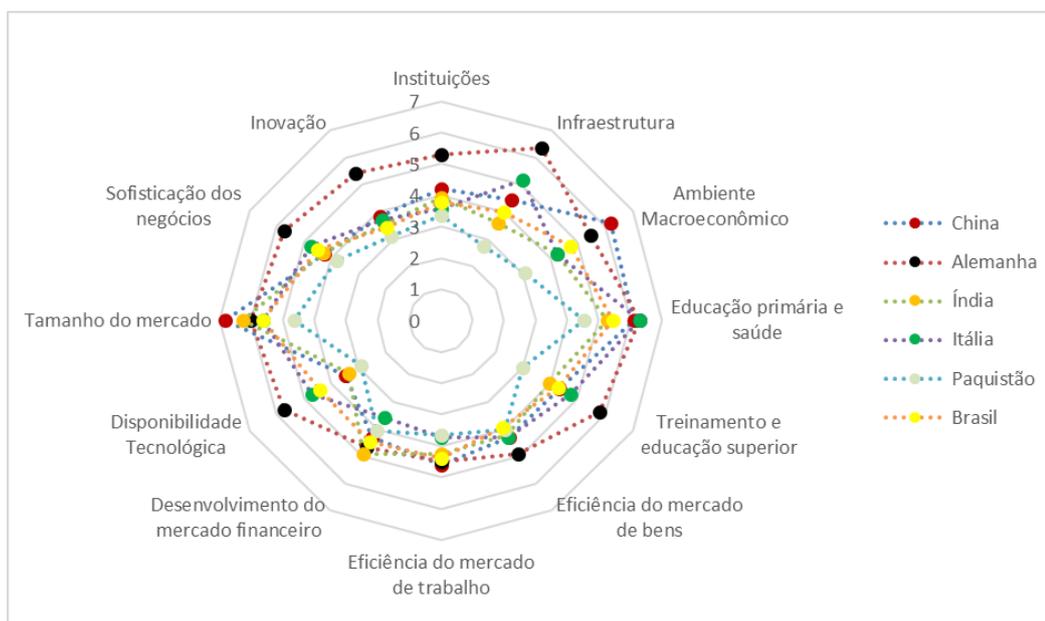
Com estas informações é possível observar que existem estratégias para países desenvolvidos e em desenvolvimento e que estes grupos representam a estratégia de competir neste mercado, entre preço e moda em que os países em desenvolvimento, essencialmente, os asiáticos competem em preço e os desenvolvidos, desde a década de 1980, passaram a deixar de concorrer nas faixas dominadas pelos artigos de pequeno valor agregado, provenientes principalmente da Ásia. Procuraram especializar-se em nichos mais lucrativos pela qualidade diferenciada.

Desta forma o Brasil demorou a se posicionar em uma das estratégias e se encontra com uma estrutura macroeconômica com pilares mais elevados que Bangladesh, exceto no pilar da eficiência do mercado de bens, ou seja, apresentando maior ineficiência para obtenção dos fatores de produção que os de Bangladesh.

A competitividade com base nos 12 pilares da competitividade relacionada aos principais países exportadores das indústrias têxtil e vestuário e Brasil para os anos de 2006 e 2013. Se observa com isto que os pilares dos principais exportadores são superiores ao Brasil com exceção, do caso de Bangladesh que é o país que apresentou os melhores índices de vantagem comparativa. Assim se questiona que tipo de competitividade caracteriza este país, pois este apresenta a maioria de seus indicadores abaixo do brasileiro. Desta forma sinaliza que sua competitividade se deve a competitividade espúria, sendo baseada em preço da mão-de-obra, como também existe a participação dos países desenvolvidos que justifica o

esclarecimento de Belik (1998) em que a competição nem sempre é voltada simplesmente para a questão “preço”. (FIGURA 9).

Figura 9 – 12 Pilares da competitividade para os cinco principais exportadores mundiais da indústria têxtil e o Brasil para o ano de 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do FEM (2013).

Quando se realiza a mesma análise comparativa entre Brasil e o país que apresentou IVCR com vantagem para a indústria têxtil se apresenta a tabela 19.

Tabela 12 – Os 12 pilares da competitividade para os cinco principais exportadores mundiais da indústria têxtil para o ano de 2013. Em escores.

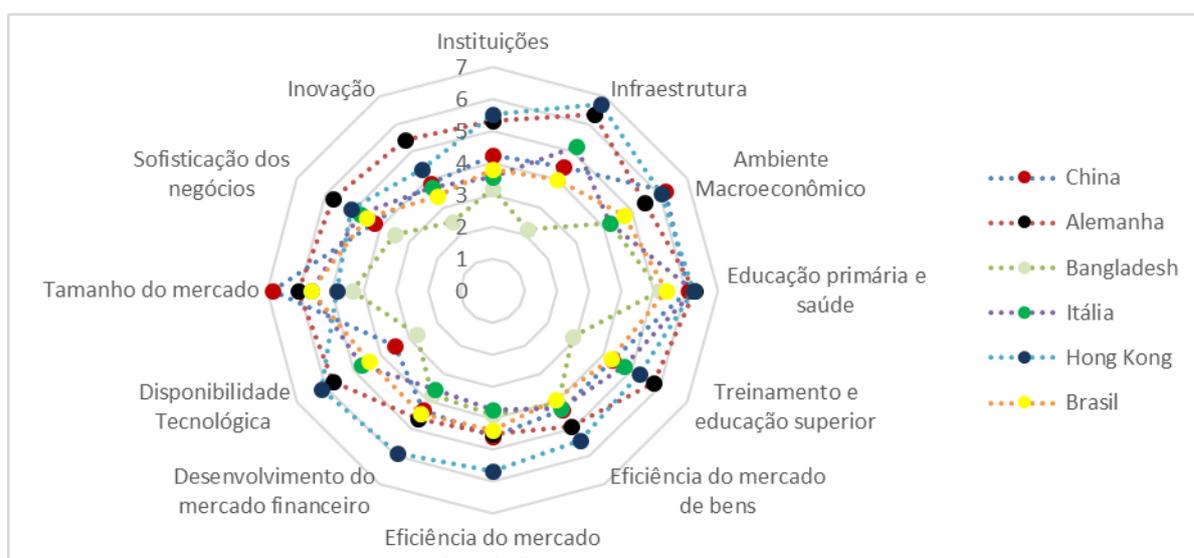
12 Pilares/ Países	China	Alemanha	Paquistão	Itália	Hong Kong	Brasil
Instituições	4,22	5,31	3,34	3,56	5,53	3,78
Infraestrutura	4,46	6,36	2,73	5,19	6,72	4
Ambiente Macroeconômico	6,22	5,48	3,06	4,23	6,07	4,73
Educação primária e saúde	6,11	6,3	4,52	6,27	6,24	5,43
Treinamento e educação superior	4,32	5,8	2,99	4,73	5,26	4,27
Eficiência do mercado de bens	4,31	4,92	4,02	4,29	5,44	3,94
Eficiência do mercado de trabalho	4,6	4,51	3,65	3,72	5,65	4,39
Desenvolvimento do mercado financeiro	4,31	4,66	4,04	3,57	5,89	4,45
Disponibilidade Tecnológica	3,5	5,71	2,90	4,71	6,16	4,43
Tamanho do mercado	6,82	6,02	4,67	5,63	4,82	5,63
Sofisticação dos negócios	4,25	5,71	3,82	4,75	5,09	4,51
Inovação	3,85	5,42	3,11	3,73	4,37	3,42

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações coletadas na plataforma de dados do FEM (2013)

Repetindo comportamento semelhante ao constatado no comparativo com Bangladesh para a indústria de vestuário a indústria têxtil do Paquistão ao se observar os pilares macroeconômicos só o pilar da eficiência do mercado de bens é superior ao brasileiro, ou seja, apresentando maior ineficiência para obtenção dos fatores de produção que os do Paquistão.

A partir da figura 10 se observa que o país que possui vantagem comparativa (Paquistão) na indústria têxtil é que o mesmo que apresenta os menores valores, em geral, nos pilares da competitividade macroeconômica.

Figura 10 - 12 Pilares da competitividade para os cinco principais exportadores mundiais da indústria de vestuário e o Brasil para o ano de 2013.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do FEM (2013).

O mesmo se repete para a indústria de vestuário em que o país que possui vantagem comparativa (Bangladesh) apresenta os menores valores em geral nos pilares da competitividade macroeconômica.

Isto coincide com perspectiva dos fluxos de comércio internacional norte-sul, ou seja, desenvolvidos e em desenvolvimento ser caracterizado pelas vantagens comparativas, determinadas pela dotação de fatores de produção, comércio interindustrial, enquanto que os países desenvolvidos baseiam-se em economias de escala, principalmente, diferenciação de produto, ou seja, comércio intra-industrial, assim os países em desenvolvimento são inseridos no comércio internacional via exportações de bens intensivos em recursos naturais e mão-de-obra, e os desenvolvidos inserem-se nas exportações de bens intensivos em capital (DE NEGRI, 2003).

Desta forma a competitividade dos países que apresentaram vantagem comparativa (Paquistão e Bangladesh) são derivadas de competitividade espúria, comprovada pelos 12 pilares da competitividade que permitiu compreender os indicadores macroeconômicos, refletindo o que, conforme Fajnzylber (1988), baseia-se em baixos salários, manipulação da taxa de câmbio, subsídios concedidos pelo governo, excessivo apoio estatal, abundância de recursos naturais, depredação do meio ambiente, e/ou quanto ao nível de exploração da força de trabalho. Quanto ao CMS foi compreendido que entre as duas indústrias, somente a têxtil esboçou mudanças de natureza interna, ou seja, efeito competitividade no período analisado que segundo Richardson (1971) estão relacionados a mudanças tecnológicas e ganhos de eficiência, sem afetar os preços relativos o que é evidenciado pela tabela 9.

O Brasil compete ajustar o ambiente macroeconômico e direcionar para competição em qualidade/moda, pois está sofrendo ação do mercado internacional dentro do seu mercado doméstico e não se posicionando na competição.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de que a questão norteadora que é “qual a análise do desempenho competitivo das indústrias têxtil e vestuário brasileira entre 1994 e 2011?” O que se conclui é que a indústria brasileira não possui vantagem comparativa desde a década de 80, mas experimentou para o período em análise melhorias nos efeitos internos de competitividade, conforme o modelo CMS, mas somente para a indústria têxtil e foi “residual”, porém não é suficiente para responder a dinâmica de competição no mercado, confirmado pelo desempenho no Índice de Vantagem Comparativa (IVCR), Índice de Vantagem Comparativa de Vollrath (IVCR#) e Índice de Vantagem Comparativa Simétrico (IVCRS).

No entanto, além de não possuir vantagem comparativa, não apresenta posicionamento estratégico quanto a competitividade potencial quando se diagnostica seus 12 pilares da competitividade.

O objetivo geral do trabalho foi analisar a competitividade das indústrias têxtil e vestuário brasileira foi realizado e como retratado o Brasil não apresenta posicionamento estratégico, entenda-se, fatores macroeconômicos que o façam ser competitivo em preço ou

qualidade e as indústrias em análise (têxtil e vestuário) não conseguem responder a velocidade das mudanças dos principais players do mercado.

Quanto aos objetivos específicos de: a) Mensurar o IVCR e o CMS das indústrias têxtil e vestuário brasileira. O CMS foi compreendido que entre as duas indústrias, somente a têxtil esboçou mudanças de natureza “interna”, ou seja, “efeito competitividade” e no período analisado que segundo Richardson (1971) estão relacionados a mudanças tecnológicas e ganhos de eficiência, sem afetar os “preços relativos”.

Foi respondido que a indústria têxtil encontra-se em reestruturação, mesmo que “residual” (efeito competitividade), enquanto que a de vestuário não apresentou sinais de melhoria, mesmo que “residuais”, apresentando sucessivos efeitos negativos durante todo o período analisado, necessitando de uma estratégia dinâmica que exige, por exemplo, uma maior articulação entre os agentes que vão desde o empresário ao governo, porém, além destes fatores o Brasil não é referência em estratégias de “preço” ou tecnologia/qualidade/moda.

O objetivo específico: b) Comparar o IVCR dos principais exportadores internacionais com os do Brasil para as indústrias têxtil e vestuário. Identificou-se que entre os 10 principais exportadores do mundo para as indústrias de têxteis e de vestuário os únicos que apresentaram vantagem competitiva, segundo Volrath (1991), no índice IVCR#, são o Paquistão e Bangladesh, nas indústrias têxtil e vestuário, respectivamente, que conseguiram aumentar sua participação no comércio mundial, mas não se sabia se a fonte da competitividade era espúria ou autêntica.

O que leva ao último objetivo: c) Explicar os motivos da competitividade potencial dentre os países que apresentaram vantagem comparativa, para as indústrias têxtil e vestuário mundiais. Identificando a fonte de sua competitividade isto pode servir como um instrumento de *benchmarking* para se planejar a indústria brasileira.

Ao utilizar os 12 pilares do FEM (2013) foi possível relacionar ao construto de Fajnzylber (1988) e evidenciar que a competitiva comparativa do Paquistão (têxtil) e Bangladesh (vestuário) se tratam de competitividade espúria, pois os indicadores macroeconômicos, baseiam-se em baixos salários, manipulação da taxa de câmbio, subsídios concedidos pelo governo, excessivo apoio estatal, abundância de recursos naturais, depredação do meio ambiente, e/ou quanto ao nível de exploração da força de trabalho, ou seja, competição espúria e baseada em competição em preços.

O trabalho foi importante por permitir a reflexão de que o Brasil passou o período de transição da redução das barreiras ao comércio exterior sem se posicionar estrategicamente sobre qual direção prosseguir e acabou por perder ao competir com os países desenvolvidos, em aspectos como tecnologia e marca. E quando se concebe a competição em preços é que não é possível com a estrutura de custos, ineficiência e desvantagem comparativa apresentada diante dos países em desenvolvimento, especialmente os asiáticos.

Com este trabalho ficou comprovado, pois além das vantagens comparativas se associou a fatores competitivos internos e externos (CMS), e aos 12 pilares econômicos para a avaliação potencial à contínua debilidade, ou desvantagem do Brasil diante da competição internacional que sofre de forma mais atenuada com os efeitos do fim do ATV, não somente na participação nas exportações mundiais, mas na atuação em seu mercado interno.

É percebido que o Brasil não poderia ser considerado competitivo no comércio internacional, fato agravado com o término do ATV. A participação se demonstra declinante, confirmando que o Brasil não está apto para competir no mercado externo e ainda sofre ameaças dentro de seu próprio mercado nacional pelos produtos importados.

Entre as limitações se apresenta a dificuldade em alinhar os indicadores “*ex-post*” com o construto “*ex-ante*” e emergente que ficará como proposta para trabalhos futuros que é a “economia criativa” ou “cultural” como paradigma passível para o “reposicionamento estratégico” da indústria têxtil e de vestuário, pois percebe-se que os países são movidos pela economia de serviços e aspectos intangíveis estão cada vez fazendo mais parte da percepção de qualidade do produto, assim pode associar a moda brasileira valores “intangíveis” como a cultura, carisma e talento para agregar valor e diferenciação a moda nacional.

A dificuldade residiu em materializar o intangível, economia criativa. Ficando com contribuição sugestão para analisar o impacto da economia criativa sobre a moda exportada pelo Brasil e como pode ser percebido como um diferencial competitivo para a indústria.

Espera-se que o trabalho contribua e que as sugestões passadas possam ser apreciadas. Fica ofertado como insumo para quem deseja aprofundar ou comparar com outros modelos para mensurar a competitividade na indústria em estudo, ou até mesmo para auxílio para avaliar outras indústrias a partir dos modelos utilizado no estudo.

RERERÊNCIAS

ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÃO. **Estudos Setoriais**. 2012. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/>>. Acesso em: abril. 2013.

ALICE-WEB. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet**. Site mantido pela Secretaria de Comércio Exterior e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em:<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>> Acesso em: maio. 2013.

AMADOR, J.; CABRAL, S.; MARIA, J. R. Estruturas de exportação relativas e especialização vertical: Um índice simples de comparação dos países. **Banco de Portugal - Boletim Económico**, 2006.

AMORIM, Alberto Henrique. Competitividade Internacional do Complexo Têxtil Brasileiro no período 1998 a 2006. **Revista de Design, Inovação e Gestão Estratégica – REDIGE**, v.2, n.1, 2011.

ANTERO, Samuel A. Articulação de políticas públicas a partir dos fóruns de competitividade setoriais: a experiências recente da cadeia produtiva têxtil e de confecções. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 57-80, Jan./Fev. 2006

ARAÚJO JR., J.I. Mudanças tecnológicas e competitividade das exportações brasileiras de manufaturados. **In: Encontro Nacional de Economia**, 5, v. 2, ANPEC, Rio de Janeiro, 1982.

ARAUJO, C. A. L.; PEREIRA, C. F. A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções). In: **XIII SIMPEP**, Bauru, São Paulo, 2006.

ARAÚJO, B. C. P. O. de; DE NEGRI, J. A. **As empresas brasileiras e o comércio internacional**. Brasília: Ipea, 2006

ARAUJO JR, J. T. de; HAGUENAUER, L.; MACHADO, J. B. M. Proteção, Competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80. **Pensamiento ibero-americano**, n. 17. p. 13-38. 1990.

ARBACHE, Jorge Saba. **Comércio Internacional, Competitividade e Políticas Públicas no Brasil**. Texto para discussão n. 903, Brasília: Ipea, 2002

ARENGUI, O.; CARIO, S. A. F.; FERNANDES, R. L. Caracterização do comércio externo da indústria têxtil-confecção de Santa Catarina em 1996-05: uma análise conjuntural. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 117-136, fev. 2008

ARMANDO, E.; FISCHMANN, A. A.; CUNHA, N. C. V. Alianças estratégicas e cadeias produtivas globais em confeccionados têxteis: um estudo de múltiplos casos. **Gestão & Regionalidade**, v. 26, n. 77, maio/agosto, p. 99-114, 2010.

ARRUDA, C. A.; ARAUJO, M. S. B.; RIOS, J. F.; SILVEIRA, F. P. A relação entre crescimento econômico e competitividade: um estudo sobre a capacidade de previsão do global competitiveness report. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos – BASE**, v. 6, n. 4, nov/dez, 2009.

ARRUDA, C.; ARAUJO, M.; KUX, A. **Competitividade nacional na América Latina**: como a interação empresa-estado promove ganhos e assimetrias competitivas. In: Cladea, Quito, 2009

ARRUDA, C.; TELLO, R.; ARAUJO, M. O Brasil na competitividade mundial: Análise do Global Competitiveness Report 2006-2007. **Cadernos de ideias – C10615**, Fundação Dom Cabral, Nova Lima, a. 6, n. 15, nov, 2006.

BALASSA, B. Trade Liberalisation and “Revealed” Comparative Advantage. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 32, p. 99-123, 1965.

BARBOSA, A. E.; WAQUIL, P. D. O rumo das exportações agrícolas brasileiras frente às negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p.70-85, nov. 2001.

BELIK, Walter. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas para a Agropecuária. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 36, n.1, p.9-33, jan/mar 1998.

BONELLI, R. A.; VEIGA, P. da Mota; BRITO, A. F. de. **As políticas industrial e de comércio exterior no Brasil**: Rumos e indefinições. Texto para discussão n. 527, Brasília: Ipea, 1997.

BONELLI, R. A. Crescimento, produtividade na indústria brasileira: impactos da orientação comercial. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.533-558, dez, 1991.

BRASIL. **Presidência da República - Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Presidência da República - O futuro da indústria têxtil e de confecções**: vestuário de malha. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Instituto Evaldo Lodi. Coordenação de Flavio da Silveira Bruno e Lucia Maria de Oliveira Maldonado. Brasília: MDIC/STI : IEL/NC, 2005.

CAMPOS, M. J. C. de; CAMPOS, L. H. R. de. **Competitividade do setor têxtil brasileiro**: uma abordagem a nível estadual. Fortaleza, BNB, 2005

CAMPOS, Silvia Horst. Acordo Multifibras e exportações brasileiras de têxteis e de vestuário. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 3, 1993.

CARVALHO, F.M.A. **O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial**. Piracicaba, 1995. 126p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/ Universidade de São Paulo, 1995.

CARVALHO, L. C. de.; SERIO, L. C. di; VASCONCELLOS, M. A. de. Competitividade das nações: Uma análise da métrica utilizada pelo world economic forum. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, v. 52, n. 4, julho/agosto, 2012

CHUDNOVSKY, Daniel; PORTA, Fernando. **La Competitividad Internacional principales cuestiones conceptuales y metodologicas**. Centro de Estudios e Investigación de Postgrado – CEIPOS, Montevideo, 1990.

COELHO, M. R. F.; BERGER, R. Competitividade das exportações brasileiras de móveis no mercado internacional: uma análise segundo a visão desempenho. **Revista da FAE**, v.7, n.1, p.51-65, jan./jun. 2004.

CORONEL, D. A.; DESSIMON, J. A. Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional da soja brasileira em relação à china. **Estudos do Cepe**, n. 26, julho/dezembro, 2007.

CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. de. Fontes de crescimento das exportações do complexo soja brasileiro. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 62-77, jul./dez. 2008.

CORONEL, D. A.; MACHADO, J. A. D.; CARVALHO, F. M. A. de. Análise da competitividade das exportações do complexo da soja brasileiro de 1995 a 2006: Uma abordagem de *Market-Share*. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 281-307, maio/ago. 2009

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Relatório Final, 1993.

DE NEGRI, J.A. **Desempenho exportador das firmas industriais no Brasil**: a influência da eficiência de escala e dos rendimentos de escala. Texto para discussão n. 997. Brasília: Ipea, 2003.

DIZ, L.A.C. **Competitividade internacional das exportações brasileiras de manga e de uva. 2008**. 95 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

DURAND, M.; GIORNO. Indicators of international competitiveness: conceptual aspects and evaluation. **OECD Economic Studies**, Aug. 1987.

FAJNZYLBER, F. Competitividad Internacional: evolución y lecciones. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n.36, 1988.

_____. Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina. **Revista Pensamiento Iberoamericano**, n° 16, Madrid, jul./dez. 1989.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão & Produção**. v. 6, n. 3. p. 147-61, dez. 1999

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade no agrobusiness brasileiro**: introdução e conceitos. São Paulo: IPEA, PENSA, FIA – USP. 61p. v.1, 1998.

FENDEL, R.; FRENKEL, M. The international competitiveness of germany and other european economies: The assessment of the global competitiveness report. **Intereconomics**, Janeiro/fevereiro, 2005

FERNANDES, L. R. A, De CAIRO S. A. F; **Desempenho comercial e padrão de concorrência internacional. Uma análise do setor têxtil-confecções catarinense entre 1996 e 2006**. Santa Catarina, 2009. Santa Catarina, 2009.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D; HEGUENAUER, L. A Herança da Crise Econômica e o Contexto da Indústria no Início dos Anos 90. In: **Estudos da Competitividade da Indústria Brasileira: desafios competitivos para a indústria**. RJ. Campus, 1995.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D; HEGUENAUER, L. **Made in Brazil**, Rio de Janeiro: Campus, 1996

FIALHO, Roberta. **Competitividade relativa das exportações brasileiras de carne suína no período de 1990 a 2004**. 2006. 94f. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

FIGUEIREDO, Adilson Martins; SANTOS, Maurinho Luz dos. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial de soja. **Revista de Política Agrícola**, ano 14, n. 1, jan. / mar. 2005.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - FEM. *The Global Competitiveness Report 2005-2006*. Genebra, Palgrave, 479 p. 2006.

_____. *The Global Competitiveness Report 2012-2013*. Genebra, Palgrave, 545 p. 2013.

FUNCEX - Fundação de Estudos do Comércio Exterior. Disponível em: <[http:// www.funcec.com](http://www.funcec.com)>. Acesso em: 1 maio 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da Competitividade da Indústria Têxtil Brasileira**. Tese de doutoramento (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas). Campinas, 1994.

GALVÃO, O. J. A; VERGOLINO, J. R. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil**. Fortaleza: BNB, 2004.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Indicadores de competitividade e de comércio exterior da agropecuária brasileira**. Texto para discussão – IPEA, Brasília, p. 97. 2002

GEREFFI, G.; Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América do Norte. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, ano 4, n. 6, p. 101-127, 1998.

GONÇALVES, Robson R. **A política industrial em uma perspectiva de longo prazo**. Texto para discussão n. 590. Rio de Janeiro, Ipea, 1998.

GORINI, A. P. F. **Panorama do Setor Têxtil no Brasil e no Mundo: Reestruturação e Perspectivas**. Fórum de Competitividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – BNDES setorial, 2000.

GRAMS, J. C.; CYPRIANO, L. A.; CORONEL, D. A.; MARTINS, R. S. Competitividade das exportações da indústria automobilística brasileira: Uma análise Constant-Market-Share. **Revista Desenvolvimento em Questão**, v.11, n.23. 2013.

GUIMARÃES, Diego Duque; CAMPOS, Antônio Carvalho. Competitividade das exportações brasileiras de milho: 1990/2004. In: **CONGRESSO DA SOBER**, 44. 2006, Fortaleza, **Anais**. Fortaleza: SOBER, 2006.

HAGUENAUER, L. **Competitividade: Conceitos e Medidas**, Texto para Discussão, IEI-UFRJ, n. 211, Rio de Janeiro, 1989.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. & BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

HIDALGO, Á. B.; DA MATA, D. F. P. G. Exportações do Estado de Pernambuco: concentração, mudança na estrutura e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 2, p. 264-283, abr./jun. 2004.

HIRATUKA, C. e RAUEN, C. V. (coord). **Relatório de Acompanhamento Setorial** (Volume I). Convênio: ABDI e NEIT/IE/UNICAMP. Campinas/SP: jun. de 2008.

HORTA, M. H. Crescimento das exportações brasileiras na década de 70. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v.13, n.12, p.507-547, ago. 1983.

HORTA, M. H.; SOUZA, C. F. B. de. **A inserção das exportações brasileiras**: análise setorial no período 1980/96. Texto para discussão n. 736. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

ILHA, A. da Silva; CORONEL, D. A. Vantagens Comparativas Reveladas e orientação regional da Soja brasileira frente à união europeia e ao foro de cooperação econômica na ásia e no pacífico (1992-2004). **Revista de economia e agronegócio**. v. 4, n. 1, 2006

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. **Relatório setorial da indústria têxtil brasileira**: Brasil têxtil 2011. São Paulo: IEMI, 2011.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, p. 797, 2001.

KRUGMAN, Paul. Making sense of the competitive debate. **Oxford review of economic policy**, Vol. 12, n. 3, p. 17-25, 1996.

KRUGMAN, Paul. The current case for industrial policy. In: SALVATORE, D. (ed.) **Protectionism and World Welfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=E0QpVtHF6PoC&pg=PA1&lpg=PA1&dq=Protectionism+and+World+Welfare.&source=bl&ots=uyngn60a_6&sig=jN2A_QebyR2hOAYh7mSopUsTzUQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=OvXjUcO2G8KMrGH6IDIBA&ved=0CDMQ6AEwAA Acesso em: 15/07/2013.

KUPFER, D. **Padrões de concorrência e competitividade**. Texto para discussão, 265, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1993.

LAFAY, G. The measurement of revealed comparative advantages. In: M.G. Dagenais and P.A. Muet (eds.), **International Trade Modelling**, London, Chapman and Hill, 1992.

LAURSEN, Keld. Revealed Comparative Advantage and the alternatives as measures of international specialization. Danish Unit for Industrial Dynamics (DRUID) **Working Paper**, n. 98-30, 1998.

LEAMER, E. E.; STERN, R. M. Constant-market-share analysis of export growth. In: **Quantitative international economics**. cap.7, p.171–183. Boston: Allyn and Bacon, 1970.

LUPATINI, M.P. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências: Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas. 2004.

MACHADO, D. D. P. N.; ARAÚJO, B. Ambiente e comportamento da indústria têxtil do médio vale do Itajaí. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICO. 17 a 20 de outubro de 2006, Gramado, RS. **Anais do XXIV**, 2006.

MACHADO, L. V. N.; AMIN, M. M.; CARVALHO, F. M. A.; SANTANA, A. C. Análise do desempenho das exportações brasileiras de carne bovina: Uma aplicação do método *Constant-Market-Share*, 1995-2003. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 195-218, abr./jun. 2006.

MAIA, Jaime, de Mariz. **Economia Internacional e comércio exterior**. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Texto para discussão nº 787, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Rio de Janeiro: 2001.

MDIC. **Circular Nº 21, de 13 de maio de 2011 – DOU de 16/05/2011**. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1305554291.pdf Acesso em: 15 de maio de 2013

MEYER, T. R.; PAULA, L. F. Taxa de câmbio, exportações e balança comercial no Brasil: Uma análise do período 199-2006. **Revista de Análise Econômica**, ano 27, n. 51, p. 187-219, Porto Alegre, março, 2009

MOREIRA, C. A. L. & MELO, M. C. P. China X Região Nordeste do Brasil: uma qualificação das transações comerciais bilaterais recentes, Encontro Regional de Economia do Nordeste, 13, 2008, **Anais ...**, Fortaleza, 2008.

NONNEMBERG, M. As exportações brasileiras no período 1977/96: desempenho e determinantes. **BNDES**. Texto para discussão 804, Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA, L.; SOUZA, F. Evolução da produtividade/competitividade dos setores agroindustriais. In: CARLEIAL, L. (Org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

PESSOA, P. H. P. **O Impacto do Acordo de Têxteis e Vestuários: uma análise sobre a competitividade da indústria brasileira de confecções têxteis**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

PINHEIRO, A.; HORTA, M. A competitividade das exportações brasileiras no período 1980/88. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.437-474, dez. 1992

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. R. B.; HORTA, M. H. **Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período 1980/88**. Texto para Discussão, IPEA, n. 257, Brasília, p. 60, 1992

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PORTER, Michael. **Estratégia competitiva: técnicas para análise da indústria e da concorrência**. Rio de Janeiro: 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RANGEL, A. S. **Uma agenda de competitividade para a indústria paulista**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), fev. 2008.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICHARDSON, J. D. *Constant-Market-Shares* analysis of export growth. **Journal of International Economics**, New York, v.1, p.227-239, 1971

RIOS, S. M. Exportações brasileiras de produtos manufaturados: uma avaliação econométrica para o período 1964/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.22, n.3, p.437-474, dez.1992.

ROCHA, L. E. V.; MENDONÇA, T. G. de. Desempenho das exportações de soja em grão: Uma análise de *Constant-Market-Share*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Mato Grosso. **Anais...** Mato Grosso: SOBER, 2004.

ROCHA, R. E. V. **Proposta de padronização do setor de engenharia para indústria de confecções jeans no estado do Ceará**. 54 f. Monografia (Graduação em Engenharia Mecânica) – DEMP/UFC: Fortaleza, 2002.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**. São Paulo, Companhia das letras, 2005.

SALA-I-MARTIN, X., G.; DOPPELHOFFER, e MILLER, R. Cross-Sectional Growth Regressions: Robustness and Bayesian Model Averaging. **American Economic Review** 94 (4) September, 2004.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Row; 3rd Edition, 1950.

SCHWAB, Klaus; PORTER, Michael E. **The Global Competitiveness Report 2008-2009**. Genebra, Suíça: World Economic Forum, 2008.

SEREIA, V.J.; NOGUEIRA, J. M.; CÂMARA, M. R. G. da. As exportações paranaenses e a competitividade do complex agroindustrial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.103, p.45-59, jul./dez. 2002.

SILVA, C. A.; BATALHA, M. O. **Competitividade em Sistemas Agroindustriais: Metodologia e Estudo de Caso**, II WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, Ribeirão Preto - SP, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996

SOUSA, L.G.A, CÂMARA ,M.R.G e SEREIA,V.J. As exportações e a competitividade da carne bovina brasileira e paranaense no período 1990-2005. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.114, p.153-178, jan./jun. 2008.

SOUZA, M. J. P. de; ILHA, A. da Silva. Índices de Vantagem Comparativa revelada e de orientação regional para alguns produtos do agronegócio brasileiro no período de 1992 a 2002. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2005. Ribeirão Preto, **Anais**, 2005. CD-ROM

TAUILE, J. **Novos padrões tecnológicos, competitividade industrial e bem-estar social: perspectivas brasileiras**. In: VELLOSO, J. A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III revolução industrial. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1990.

TEIXEIRA, R. F.; PACHECO, M. E. C. **Pesquisa social e a valorização da abordagem qualitativa no curso de Administração: a quebra de paradigmas científicos**. Cadernos de Pesquisa em Administração, v.12, n. 1, p. 55-68, jan-mar 2005

TIME SERIES – **Banco de dados pesquisáveis para o comércio internacional de mercadorias e serviços comerciais**. Site mantido pela OMC - Organização Mundial do Comércio. Disponível em: <<http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>>. Acesso em: maio. 2013.

THORSTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio – As regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais**. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

TRIBUNA DO NORTE. **Bens de capital acendem sinal amarelo**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/bens-de-capital-acendem-sinal-amarelo/242524>
Acesso em: 15 de maio de 2013

TYSZYNSKI, H. World trade in manufactured commodities. **The Manchester School**, v. 19, 27.2-3.04. p. 1899-1950, 1951.

UNSTATS. **Standard International Trade Classification Revision 3**. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/tradekb/Knowledgebase/Standard-International-Trade-Classification-Revision-3> Acesso em: 15 mai 2013

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. **A indústria têxtil e de confecções no nordeste: características, desafios e oportunidades**. Fortaleza, ETENE/BANCO DO NORDESTE, 2005.

VILLELA, André. Sistematização do debate sobre “exportação e competitividade. CASTRO, A. C. (org). In: **Desenvolvimento em debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro I**. Rio de Janeiro, Mauad, BNDES, 2002.

VITTI, Aline. **Análise da competitividade das exportações brasileiras de frutas selecionadas no mercado internacional**. 107 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009.

VOLLRATH, Thomas L. A theoretical evaluation of alternative trade intensity measures of revealed comparative advantage. **Weltwirtschaftliches Archiv**, v. 127, n. 2, p. 263-80. 1991

ZINI, A. Funções de exportações e importações para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.615-662, dez.1998.

ANEXO A – ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES
QUANTO A COMPETITIVIDADE SEGUNDO O FEM (2013)

Estágio 1: Direcionado por recursos básicos	Transição de 1 para 2	Estágio 2: Direcionado pela eficiência	Transição de 2 para 3	Estágio 3: Direcionado pela inovação
(38 Países)	(17 Países)	(33 Países)	(21 Países)	(35 Países)
Bangladesh	Algeria	Albania	Argentina	Australia
Benin	Azerbaijan	Armenia	Bahrain	Austria
Burkina Faso	Bolivia	Bosnia and Herzegovina	Barbados	Belgium
Burundi	Botswana	Bulgaria	Brazil	Canada
Cambodia	Brunei	Cape Verde	Chile	Cyprus
Cameroon	Darussalam	China	Croatia	Czech Republic
Chad	Egypt	Colombia	Estonia	Denmark
Côte d'Ivoire	Gabon	Costa Rica	Hungary	Finland
Ethiopia	Honduras	Dominican Republic	Kazakhstan	France
Gambia, The	Iran, Islamic rep.	Ecuador	Latvia	Germany
Ghana	Kuwait	El Salvador	Lebanon	Greece
Guinea	Libya	Georgia	Lithuania	Hong Kong SAR
Haiti	Mongolia	Guatemala	Malaysia	Iceland
India	Philippines	Guyana	Mexico	Ireland
Kenya	Qatar	Indonesia	Oman	Israel
Kyrgyz Republic	Saudi Arabia	Jamaica	Poland	Italy
Lesotho	Sri Lanka	Jordan	Russian Federation	Japan
Liberia	Venezuela	Macedonia, FYR	Seychelles	Korea, Rep.
Madagascar		Mauritius	Trinidad and Tobago	Luxembourg
Malawi		Montenegro	Turkey	Malta
Mali		Morocco	Uruguay	Netherlands
Mauritania		Namibia		New Zealand
Moldova		Panama		Norway
Mozambique		Paraguay		Portugal
Nepal		Peru		Puerto Rico
Nicaragua		Romania		Singapore
Nigeria		Serbia		Slovak Republic
Pakistan		South Africa		Slovenia
Rwanda		Suriname		Spain
Senegal		Swaziland		Sweden
Sierra Leone		Thailand		Switzerland
Tajikistan		Timor-Leste		Taiwan, China
Tanzania		Ukraine		United Arab Emirates
Uganda				United Kingdom
Vietnam				United States
Yemen				
Zambia				
Zimbabwe				

Fonte: Adaptado de FEM (2013).